



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 476 - 14 de julho de 2015

Universidade Federal do ABC

Reitor:

Prof. Klaus Werner Capelle

Vice-Reitor:

Prof. Dácio Roberto Matheus

Chefe de Gabinete:

Marcos Joel Rúbia

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. José Fernando Rey

Pró-Reitor de Pós-Graduação:

Prof. Gustavo Martini Dalpian

Pró-Reitora de Pesquisa:

Profª. Marcela Sorelli Carneiro Ramos

Pró-Reitor de Extensão:

Prof. Daniel Pansarelli

Pró-Reitor de Administração:

Prof. Júlio Francisco Blumetti Facó

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:

Prof. Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas:

Gustavo Adolfo Galati

Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas:

Prof. Annibal Hetem Junior

Diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas:

Prof. Ronei Miotto

Diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição:

Prof. Edson Pinheiro Pimentel

Procurador:

Dr. Reginaldo Fracasso

Prefeito Universitário:

Walter Ignácio Rosa

Secretária Geral:

Soraya Aparecida Cordeiro

O Boletim de Serviço da Fundação Universidade Federal do ABC, é destinado a dar publicidade aos atos e procedimentos formais da Instituição.

Referências:

Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 112, nº 157, p. 4.971, de 10 de maio de 1966. Seção I, pt. 1.

Portaria nº 1, de 02 de janeiro de 2007 - UFABC

Institui o Boletim Mensal de Serviço da Fundação Universidade Federal do ABC.

Produção e Edição
Assessoria de Comunicação e Imprensa
4437-8450 / 4437-8498

SUMÁRIO

CONSUNI	05
CONSEPE	10
REITORIA	141
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	147
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	158
SUGEPE	168
CECS	179

CONSELHO UNIVERSITÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário - ConsUni
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

ATO DECISÓRIO CONSUNI Nº 108, DE 06 DE JULHO DE 2015

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições, e considerando as deliberações ocorridas em sua II sessão ordinária, realizada no dia 30 de junho de 2015,

DECIDE:

Art. 1º Aprovar a criação do curso de pós-graduação em Filosofia, em nível de Mestrado Profissional, em rede nacional, a realizar-se em parceria com Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF).

Art. 2º Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC.

Klaus Capelle
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário – ConsUni
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

ATO DECISÓRIO CONSUNI Nº 109, DE 06 DE JULHO DE 2015.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições e considerando os dispostos na Resolução ConsUni nº 103, de 20 de fevereiro de 2013, e as deliberações ocorridas em sua II sessão ordinária, realizada no dia 30 de junho de 2015,

DECIDE:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária 2016 a ser encaminhada ao Ministério da Educação (MEC), conforme Anexo.

Art. 2º Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC.

Klaus Capelle
Presidente

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA UFABC 2016 - IDEAL

ÁREA	CUSTEIO			INVESTIMENTO*	
	MÉDIA EXECUTADA (EMPENHADO) 2013/2014	LIMITES INDICADOS PELA PROPLADI	PROPOSTA DAS ÁREAS	MÉDIA EXECUTADA (EMPENHADO) 2013/2014	PROPOSTA DAS ÁREAS
ACI	R\$ 377.762,24	R\$ 552.900,00	R\$ 821.919,88	R\$ 56.431,70	R\$ 196.939,14
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO	R\$ 36.879,51	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 2.735,00	R\$ -
ARI	R\$ 69.905,30	R\$ 157.500,00	R\$ 300.742,80	R\$ 18.410,47	R\$ 115.745,20
AUDIN	R\$ 19.001,79	R\$ 23.900,00	R\$ 36.900,00	R\$ -	R\$ -
BIBLIOTECA	R\$ 422.625,24	R\$ 554.900,00	R\$ 1.310.960,00	R\$ 1.582.809,62	R\$ 2.797.424,00
CCNH	R\$ 1.058.390,38	R\$ 754.338,00	R\$ 776.338,00	R\$ 948.101,83	R\$ 3.289.134,33
CECS	R\$ 426.512,63	R\$ 1.053.854,00	R\$ 510.806,47	R\$ 2.511.021,10	R\$ 12.972.409,61
CMCC	R\$ 660.249,03	R\$ 410.448,00	R\$ 901.042,00	R\$ 887.688,71	R\$ 2.605.790,79
EAD	R\$ 273.234,60	R\$ 273.234,00	R\$ 234.938,74	R\$ 6.212,00	R\$ 23.591,60
EDITORA	R\$ 220.603,92	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 33.600,00
GABINETE DA REITORIA	R\$ 102.334,23	R\$ 128.000,00	R\$ 1.927.343,20	R\$ 9.174,99	R\$ 905.000,00
NTI	R\$ 1.464.683,33	R\$ 2.000.000,00	R\$ 5.204.676,96	R\$ 3.687.771,16	R\$ 20.650.000,00
NÚCLEOS	R\$ 43.596,73	R\$ 113.500,00	R\$ 108.000,00	R\$ 452.836,82	R\$ 704.950,00
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS	R\$ 7.526.013,55	R\$ 4.390.000,00	R\$ 6.364.320,76	R\$ 58.944.769,43	R\$ 164.349.683,25
PROAD	R\$ 2.941.900,96	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.776.000,00	R\$ 247.793,53	R\$ 1.000.000,00
PROAP	R\$ 8.199.984,34	R\$ 8.328.500,00	R\$ 10.664.380,34	R\$ 144.850,74	R\$ 279.341,62
PROCURADORIA	R\$ 2.017,62	R\$ 7.400,00	R\$ 7.400,00	R\$ -	R\$ -
PROEX	R\$ 1.494.528,09	R\$ 1.500.000,00	R\$ 2.985.385,00	R\$ 36.911,00	R\$ 12.000.000,00
PROGRAD	R\$ 1.654.566,84	R\$ 1.654.566,00	R\$ 1.654.556,00	R\$ 269.730,10	R\$ 485.000,00
PROPE	R\$ 1.138.982,89	R\$ 994.800,00	R\$ 1.412.000,00	R\$ 1.862.864,84	R\$ 525.000,00
PROPG	R\$ 4.517.576,07	R\$ 4.600.000,00	R\$ 4.923.472,00	R\$ 803.943,80	R\$ 200.000,00
PROPLADI	R\$ 114.658,55	R\$ 114.658,00	R\$ 114.000,00	R\$ 5.027,50	R\$ -
PU	R\$ 26.463.021,43	R\$ 31.600.000,00	R\$ 50.837.582,84	R\$ 3.568.496,66	R\$ 9.479.466,86
SECRETARIA GERAL	R\$ 231.797,12	R\$ 231.797,00	R\$ 152.200,00	R\$ 255,50	R\$ -
SUGEPE		R\$ 1.700.000,00	R\$ 2.200.000,00		R\$ -
TOTAL	59.460.826,34	62.634.295,00	R\$ 95.514.964,99	R\$ 76.047.836,47	R\$ 232.613.076,40

*A Propladi não estabeleceu limites para investimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário – ConsUni
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

MOÇÃO DE PREOCUPAÇÃO E APOIO

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições, em sua II sessão ordinária de 2015, realizada no dia 30 de junho de 2015, tomou conhecimento dos atos ocorridos no *campus* São Bernardo do Campo, os quais fizeram incitação ao crime contra a vida dos membros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) de nossa comunidade acadêmica.

O ConsUni repudia veementemente o ocorrido, ressaltando que, além de serem enquadrados como crimes contra o patrimônio público, racismo, homofobia, ameaça e injúria, representam um atentado ao ambiente acadêmico que deve prezar pelo respeito e ética no embate de ideias e, acima de tudo, pelo apreço à vida humana.

O ConsUni solidariza-se com os discentes, técnicos administrativos e docentes que se sentiram agredidos e coloca-se continuamente à disposição para discutir e elaborar políticas que visem a diminuir o sofrimento dessas pessoas.

O ConsUni recomenda aos discentes, técnicos administrativos e docentes que denunciem e, de maneira alguma, sejam coniventes com atos de violência e discriminação, seja no espaço físico da universidade, seja nos ambientes que estendem este, como redes sociais e eventos organizados pelas entidades e membros da comunidade acadêmica.

O ConsUni recomenda aos órgãos internos que apoiem e discutam em conjunto com as entidades representativas dos diversos segmentos ações, projetos e políticas para o enfrentamento à discriminação, violência e preconceito contra todas as minorias pertencentes a nossa comunidade.

II sessão ordinária, 06 de julho de 2015.

Klaus Capelle
Presidente



Universidade Federal do ABC

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - ConsEPE
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

RESOLUÇÃO CONSEPE N° 191, DE 13 DE JULHO DE 2015

*Aprova a revisão do Projeto Pedagógico do
Bacharelado em Políticas Públicas.*

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO (ConsEPE)
da **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)**, no uso de suas
atribuições, considerando o Art. 1º das Disposições Transitórias da Resolução ConsEPE n°
140 e as deliberações ocorridas na IV sessão ordinária, realizada em 5 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revisão do Projeto Pedagógico do Bacharelado em
Políticas Públicas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução revoga e substitui a Resolução ConsEP n° 91.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no
Boletim de Serviços da UFABC.

Klaus Capelle
Presidente



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



PROJETO PEDAGÓGICO DO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2015

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Klaus Capelle

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. José Fernando Rey

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Annibal Hetem

Coordenação do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas

Profa. Dra. Gabriela Spanghero Lotta- Coordenadora

Prof. Dr. Marcos Vinicius Pó - Vice-Coordenador

Equipe de Trabalho

Prof. Dr. Adalberto Azevedo

Profa. Dra. Camila Nunes Dias

Prof. Dr. Klaus Frey

Profa. Dra. Simone Diniz

Prof. Dr. Sidney Jard

Prof. Dr. Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior

Profa. Dra. Vanessa Elias de Oliveira

Sumário

1. Dados da instituição	4
1.1 Dados da UFABC	4
1.2 Dados do Curso	4
2. Apresentação	5
3. Perfil do curso	7
4. Objetivos do curso	8
4.1. Objetivo geral.....	8
4.2. Objetivos específicos	8
5. Requisito de acesso.....	8
5.1. Forma de acesso ao curso	8
5.2. Regime de matrícula.....	9
6. Perfil do egresso.....	9
7. Organização curricular	12
7.1. Fundamentação legal.....	12
7.2. Regime de ensino.....	13
7.3. Estratégias pedagógicas	16
7.4. Apresentação gráfica de um perfil de formação	19
8. Ações acadêmicas complementares à formação.....	20
9. Atividades complementares.....	22
10. Estágio curricular.....	22
11. Trabalho de conclusão de curso	22
12. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem	23
13. Infraestrutura.....	24
13.1. Biblioteca	24
13.2. Laboratórios	26
13.3. Recursos Tecnológicos.....	26
14. Docentes	26
14.1. Núcleo Docente Estruturante	28
15. Sistema de avaliação do projeto do Curso	28
16. Rol de disciplinas	29
Anexo 1: Ementas das disciplinas obrigatórias do BPP.....	31
Anexo 2: ementas das disciplinas de opção limitada do BPP.....	66
Anexo 3: Relação e ementas de disciplinas eletivas livres oferecidas pelo BPP	98
Anexo 4: Plano de transição entre as matrizes 2010 e 2015	126

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA UFABC

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07 722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005.

1.2 DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado em Políticas Públicas

Diplomação: Bacharel em Políticas Públicas

Carga horária total do curso: 3000 horas aula

Estágio: obrigatório

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número de vagas: 74

Campus de oferta: São Bernardo do Campo

Documentos Autorizativos: Resolução ConsUni nº 21, de 16/04/2009; Ato Decisório ConsUni nº 09, de 24/03/2010; Portaria de Autorização nº 568, de 07/11/2013 e Portaria de Reconhecimento do curso 495, de 29 de Junho de 2015, DOU de 30/06/2015 (seção 1, p. 19-20).

2. APRESENTAÇÃO

Em 2004, o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004, que previa a criação da Universidade Federal do ABC.

Essa Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2005, com o nº 11.145, e datada de 26 de julho de 2005.

Seu projeto de criação ressalta a importância de uma formação integral, que inclui a visão histórica da nossa civilização e privilegia a capacidade de inserção social no sentido amplo. Leva em conta o dinamismo da ciência propondo uma matriz interdisciplinar para formar novos profissionais com uma base mais abrangente e capaz de trafegar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico e tecnológico.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), o programa de ampliação do ensino superior tem como meta “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

Durante os últimos vinte anos em que muitos processos e eventos políticos, sociais, econômicos e culturais marcaram a história da educação no Brasil, a comunidade da região do ABC, amplamente representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma universidade pública e gratuita nesta região. A Universidade Federal do ABC - UFABC é o projeto concretizado após todo esse esforço.

No contexto da macropolítica educacional, a região do ABC apresenta grande demanda por ensino superior público e gratuito. A demanda potencial para suprir o atendimento do crescimento da população de jovens já é crítica, considerando que a região possui mais de 2,5 milhões de habitantes e uma oferta de vagas insuficiente nas instituições de Ensino Superior, sendo a grande maioria delas privada.

Com exceção de uma pequena porcentagem de instituições que desenvolvem atividades de pesquisa, a grande maioria se dedica apenas ao ensino. A UFABC visa,

precisamente, preencher a lacuna de oferta de educação superior pública e pesquisa científica na região.

A extensão deverá ter um papel de destaque na inserção regional da UFABC, por meio de ações que disseminem o conhecimento e a competência social, tecnológica e cultural na comunidade.

A UFABC é uma Universidade multicampi, prevendo-se que suas atividades distribuam-se, no espaço de 10 anos, em pelo menos 3 campi. Atualmente está em funcionamento o Campus Santo André e o de São Bernardo do Campo.

A UFABC tem por objetivos:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e à criação e difusão da cultura e, desse modo, promover o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora dos saberes de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para atingir esses objetivos, a atuação acadêmica da UFABC se dá nas áreas de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, visando à formação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pelo progresso da sociedade brasileira, bem como na promoção e estímulo à pesquisa científica, tecnológica e a produção de pensamento original no campo da ciência e da tecnologia.

Ainda, um importante diferencial da UFABC, que evidencia a preocupação da Universidade com a qualidade, é que seu quadro docente é composto exclusivamente por doutores, contratados em Regime de Dedicação Exclusiva.

O Bacharelado de Políticas Públicas (BPP) é um dos cursos da área de Ciências Humanas e Sociais que está vinculado ao Bacharelado Interdisciplinar (BI) de Ciências e Humanidades. O BI é a única forma de ingresso na Universidade, que, embora seja por si só um programa de nível de Graduação que conduza a um diploma, acaba também funcionando como um ciclo básico para os discentes que pretendem seguir futuramente outro bacharelado ou licenciatura da UFABC .

O Projeto Pedagógico do BPP foi aprovado em dezembro de 2010, mesmo ano em que ingressaram as primeiras turmas do BC&H. É, portanto, um curso novo em um Bacharelado Interdisciplinar também novo. E essas novidades precisam ser destacadas, pois representam uma fase de construção da área em uma Universidade que enfrenta cotidianamente o desafio da inovação pedagógica e institucional.

O Curso de Políticas Públicas se torna estratégico para a Universidade e para a Região na medida em que se compromete a formar potenciais quadros para atuarem nas organizações públicas, privadas e sociais que, por sua vez, possuem a capacidade de potencializar as demandas regionais e serem vetores de transformação social e econômico da região.

Com a consolidação dos processos de globalização, as antigas estruturas do Estado-nação precisam buscar respostas à nova ordem mundial e aos novos modelos de relações sociais, sendo necessário criar formas inovadoras de funcionamento da estrutura social, adaptadas à realidade globalizada. Neste contexto, há um redimensionamento dos papéis do Estado e da sociedade civil, abrindo caminhos para a transformação dos processos e estruturas de organização social em todos os níveis. Em diversos países está ocorrendo, ou já ocorreu, uma “reforma do Estado”, com a adoção de diferentes modelos de ação estatal e participação da sociedade civil, variando de acordo com o debate social e o contexto político de cada localidade. Pode-se perceber, na maioria dos casos, uma maior participação da

sociedade civil na vida pública e a consolidação de um terceiro setor, atuando no desenvolvimento de novas práticas de intervenção socioeconômicas.

Frente a esse processo, e somando-se a consolidação do regime democrático, as políticas públicas ganham destaque como ferramentas básicas para a organização social e a articulação entre Estado, sociedade civil e terceiro setor, redesenhando a dicotomia público-privado de acordo com os novos desafios da sociedade contemporânea. Assim, o Bacharelado em Políticas Públicas visa dar uma formação ampla nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento social, econômico e humano, e capacitados para atuar dentro do complexo setor das políticas públicas. Ao formar alunos com habilidades multifuncionais, cultura abrangente, conhecimentos ampliados e criatividade, a Universidade está contribuindo com seu papel de transformação da realidade social e econômica brasileira.

Assim, o Bacharelado em Políticas Públicas é um curso de extrema relevância não apenas local, mas em nível regional, estadual e federal.

3. PERFIL DO CURSO

O egresso em Políticas Públicas tem uma formação multidisciplinar voltada à construção de habilidades para atuar em diversas áreas do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor. Segmentos como empresas, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sindicais, sociais e culturais são apenas algumas possibilidades de trabalho do aluno formado em Políticas Públicas, além do extenso serviço público brasileiro, municipal, estadual ou federal, entrando por meio de concurso público.

Para atingir esses objetivos de formação, o BPP possui uma matriz curricular que visa garantir, ao mesmo tempo, diálogos interdisciplinares e aprofundamento em determinados tópicos essenciais dessa especialização.

A conclusão do BCH (curso interdisciplinar ao qual o BPP está vinculado) fornece ao discente uma bagagem de reflexão nas áreas mais tradicionais do campo de humanidades, como filosofia e ciências sociais, e garante diálogo com áreas como as ciências naturais, cuja presença na grade é parte do projeto interdisciplinar da UFABC. Isso é reforçado por algumas disciplinas obrigatórias do BPP, como: “Finanças Públicas”, ministrada em conjunto com o Bacharelado em Ciências Econômicas; “Estado e desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo” e “Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil”, com o Bacharelado em Relações Internacionais; e “Governança pública e democracia”, com o Bacharelado em Planejamento Territorial; além de outras disciplinas de opção limitadas compartilhadas com outros cursos.

Outro rol de disciplinas visa garantir o desenvolvimento de competências específicas na área de Administração e Políticas Públicas, como: “Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas”, “Governo, Burocracia e Administração Pública”, “Métodos de Planejamento”, (com o Bacharelado em Planejamento Territorial), “Teorias e Gestão de Organizações Públicas”.

Esses objetivos visam ser alcançados por quatro sólidos suportes: (a) o conjunto de disciplinas e práticas que incentivam a investigação científica articulando teoria e a prática, além de garantir o caráter interdisciplinar do curso; (b) o quadro docente altamente qualificado, totalmente constituído por professores doutores de dedicação integral envolvidos

em atividades de pesquisa; (c) a infraestrutura (laboratórios, informática e biblioteca); e (d) o apoio ao aluno (bolsas de caráter social, de iniciação científica, programa de tutoria).

Além da formação, o BPP também desenvolve ações de pesquisa e extensão, eventos e oferta cursos para organizações do entorno da universidade para os técnicos-administrativos da UFABC.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. OBJETIVO GERAL

O Bacharelado em Políticas Públicas objetiva formar profissionais capacitados para analisar, atuar e intervir nas complexas dinâmicas que fazem partes das políticas públicas, incluindo os agentes sociais, econômicos, o Estado e suas instituições.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A área de políticas públicas demanda, por sua natureza, um amplo conhecimento interdisciplinar para compreender a complexa máquina pública e os processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas, em distintos contextos políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, o BPP tem como objetivos fornecer aos alunos:

- Formação interdisciplinar em campos do conhecimento como ciência política, sociologia, administração pública, economia, antropologia, história e ciência e tecnologia;
- Desenvolvimento de competências pessoais como liderança, autodesenvolvimento e trabalho em equipe;
- Compreensão aprofundada das relações e conflitos entre os diversos setores da sociedade, incluindo instituições governamentais, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, empresas, sindicatos etc.;
- Conhecimento e capacidade para planejar, implantar, avaliar e subsidiar políticas públicas.

5. REQUISITO DE ACESSO

5.1. FORMA DE ACESSO AO CURSO

Os alunos ingressam no curso de Bacharelado em Ciência e Humanidades por meio de um processo seletivo definido pela UFABC e que se desenvolve das seguintes formas:

1. A seleção anual de candidatos realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), que considera a nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). É recomendável lembrar que o ingresso na Universidade, inicialmente, ocorre em um dos Bacharelados Interdisciplinares (Ciência e Tecnologia e Ciências e Humanidades); posteriormente, conforme a Resolução ConsEPE nº 31 de 2009, que normatiza o ingresso nos cursos de formação específica após a conclusão dos bacharelados, é assegurado ao concluinte o direito de ocupar uma vaga em pelo menos um dos cursos de formação específica oferecidos pela UFABC.

2. A possibilidade de transferência, facultativa ou obrigatória, de alunos de outras IES. No primeiro caso, mediante transferência de alunos de cursos afins, quando da existência de vagas, através de processo seletivo interno (art. 49 da Lei nº 9.394, de 1996); para o segundo, por transferências *ex officio* previstas em normas específicas (art. 99 da Lei 8.112 de 1990, art. 49 da Lei 9.394 de 1996 regulamentada pela Lei 9.536 de 1997 e Resolução ConsEPE nº 10 de 2008).

5.2. REGIME DE MATRÍCULA

A cada quadrimestre, estarão disponíveis na página da Graduação as orientações para a realização da matrícula. Os ingressantes terão sua primeira matrícula em disciplinas efetuadas automaticamente. A partir do segundo período letivo, os alunos deverão optar pelas disciplinas que desejam cursar, realizando as matrículas nos períodos previstos no calendário acadêmico. O aluno é responsável pela prévia verificação da oferta de disciplinas e das respectivas informações publicadas no site da UFABC.

6. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Bacharelado de Políticas Públicas da UFABC terá, necessariamente, concluído sua formação no Bacharelado interdisciplinar de Ciências e Humanidades (BC&H). Espera-se que esse formando com dois Bacharelados use as ferramentas interdisciplinares para fazer reflexões mais abrangentes e sugerir soluções mais criativas, e que use as ferramentas mais específicas para atuar em setores específicos da administração pública ou privada.

O profissional formado estará habilitado para compreender a complexa máquina que compõe o Estado e as demais instituições que com ele atuam, bem como para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, através de mecanismos inovadores e que visem a produção dos melhores resultados em termos sociais.

Por meio de uma formação interdisciplinar, o aluno irá desenvolver sua compreensão a respeito da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas. Terá formação teórica suficiente e amplo conhecimento técnico-científico para atuar em órgãos públicos, empresas estatais, agências reguladoras, organizações não governamentais e em empresas onde o conhecimento sobre o funcionamento do Estado e suas instituições é uma capacidade demandada.

As habilidades e competências esperadas de um egresso do Bacharel em Políticas Públicas da UFABC, em consonância com as Diretrizes Curriculares da área (instituídas pela Resolução no. 1 de 2014 do Conselho Nacional de Educação), são:

- I. Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

- III. Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI. Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII. Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

É o que se espera como resultado do entrelaçamento das diferentes ações promovidas pela Universidade e pelo Bacharelado de Políticas Públicas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É resultado esperado de uma matriz curricular fortemente inter/multidisciplinar, combinada com uma política de estímulo e suporte financeiro para a pesquisa acadêmica (seja pelos programas de Iniciação Científica, seja pela participação em Eventos Científicos) e pelo estímulo às atividades de extensão (tanto na promoção de cursos de especialização como na de palestras e debates com convidados externos à UFABC).

O Curso pretende formar profissionais preparados para atuar, especialmente, nas áreas:

- a. Esfera pública federal, estadual e municipal – executivo ou legislativo.
- b. Organismos internacionais e supranacionais de governança global.
- c. Terceiro Setor.
- d. Setor privado nas áreas de relacionamento com o Estado ou responsabilidade social.

Para o Bacharel em Políticas Públicas da UFABC foram definidas as seguintes competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) a serem desenvolvidas ao longo do curso:

CONHECIMENTOS

I. Compreender as instituições do Estado e suas relações com a sociedade e a economia:

- Regimes de governo e sistemas políticos;
- Governança e democracia e processos decisórios;
- Sistemas internacionais e políticas públicas;
- Relação Estado-sociedade-setor privado;
- Economia do setor público.

II. Compreender o sistema político brasileiro e sua inserção global

- Federalismo;
- Trajetórias do Estado brasileiro e reformas;

- Relações entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- Direito administrativo e constitucional;
- Participação social.

III. Conhecer e saber usar ferramentas de planejamento, gestão e avaliação

- Planejamento;
- Gestão de processos e projetos;
- Avaliação de políticas públicas;
- Métodos quantitativos e qualitativos de análise;
- Orçamento público.

IV. Compreender a forma de gestão de organizações e instituições públicas

- Teorias da burocracia;
- Gestão e empreendedorismo social;
- Modelos de administração pública;
- Orçamento e finanças;
- Teorias e gestão de organizações públicas;
- Sistema de controle e *accountability*;
- Processos de inovação em políticas públicas.

V. Conhecer os fundamentos teóricos e práticas de políticas públicas que balizam a análise:

- Teorias e modelos analíticos sobre políticas públicas;
- Políticas sociais no Brasil;
- Políticas públicas setoriais (urbanas, infraestrutura, gênero, meio ambiente...).

HABILIDADES

- Adotar visão estratégica, tática e operacional para gestão e implementação de políticas públicas;
- Ser capaz de planejar, implantar, desenvolver, avaliar, criticar e reformular políticas públicas;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos de interesse público;
- Ser capaz de gerenciar conflitos, reconhecê-los, mapeá-los, problematizá-los;
- Aplicar técnicas de gerenciamento de processos dentro de ambientes complexos;
- Conjugar a articulação entre os diversos atores afetados por uma política pública, tais como organizações governamentais, não-governamentais, privadas e outros grupos em rede da sociedade civil organizada, como movimentos sindicais, sociais e culturais
- Entender e utilizar as novas tecnologias emergentes de modo inovador e criativo;
- Promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

- Combinar o pensamento local e regional com uma abordagem global.

ATITUDES

- Ter abordagem sistêmica;
- Desenvolver competências pessoais como liderança, autodesenvolvimento e trabalho em equipe;
- Reconhecer a complexidade das relações sociais existentes e a diversidade dos sujeitos e grupos sociais envolvidos;
- Ter *ethos* republicano e democrático;
- Atuar utilizando os princípios da interdisciplinaridade (ciência política; sociologia; administração pública; economia; antropologia; história; ciência e tecnologia);
- Possuir formação humanística e crítica;
- Transitar na diversidade, respeitando diferenças e desestimulando desigualdades.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12. jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) de Administração Pública, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação na Resolução no. 1 de 13 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm.

Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid. Acesso em: 12 jul. 2011.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Projeto Pedagógico**. Santo André, 2006. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/projetopedagogico.pdf>. Acesso em: 12. jul. 2011.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Santo André, 2013. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7880%3Aresolucao-consuni-no-112-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-2013-2022&catid=226%3Aconsuni-resolucoes&Itemid=42 Acesso em: 02 set. 2014.

7.2. REGIME DE ENSINO

Disciplinas obrigatórias do BCH: Todos os alunos que optarem pelo Bacharelado em Políticas Públicas devem cursar 71 créditos das disciplinas indicadas na grade curricular do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH). Algumas disciplinas são ministradas em conjunto com o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), dentre elas estão três disciplinas sugeridas para ser feitas no 4º quadrimestre, no qual **o aluno deverá optar por uma delas** (ou Estrutura da Matéria ou Evolução e Diversificação da Vida ou Bases Conceituais da Energia).

Quad.	Cód.	Disciplina	Carga didática		
			T	P	I
1º	BHP0201-15	Temas e Problemas em Filosofia	4	0	4

1º	BHO0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	4
1º	BIR0603-15	Ciência, Tecnologia e Sociedade	3	0	4
1º	BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	4
1º	BHQ0001-15	Identidade e Cultura	3	0	4
2º	BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	4
2º	BIS0003-15	Bases Matemáticas	4	0	5
2º	BHO0001-15	Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	2	0	4
2º	BHO1101-15	Introdução à Economia	4	0	4
2º	BHO1335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	4
3º	BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	4
3º	BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	4
3º	BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	4
3º	BHQ0002-15	Estudos Étnico-Raciais	3	0	4
3º	BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	2
4º	BIK0102-15	Estrutura da Matéria	3	0	4
4º	BIL0304-15	Evolução e Diversificação da Vida	3	0	4
4º	BIJ-0207-15	Bases Conceituais da Energia	2	0	4
4º	BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	4
4º	BHO0002-15	Pensamento Econômico	3	0	4
4º	BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	4
4º	BIN0406-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística	3	0	4
9º	BHS0001-15	Práticas em Ciência e Humanidades	2	2	4

Total (créditos) 71 4

Disciplinas obrigatórias do BPP: Todos os alunos que optarem pelo Bacharelado em Políticas Públicas devem cursar os 104 créditos das disciplinas indicadas na grade curricular. Algumas disciplinas são ministradas em conjunto com outros cursos pós-BCH: duas com o Bacharelado em Planejamento do Território, duas com o Bacharelado em Relações Internacionais e uma com o curso de Ciências Econômicas.

Quad.	Cód.	Disciplina	Carga didática		
			T	P	I
5º	ESHP014-13	Introdução às Políticas Públicas	4	0	4
5º	ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	0	4
5º	ESHP019-13	Regimes e Formas de Governo	4	0	4
5º	ESHP013-13	Introdução ao Direito Constitucional	4	0	4
5º	ESHP007-13	Federalismo e Políticas Públicas	4	0	4
6º	ESHP023-14	Formação Histórica do Brasil Contemporâneo	4	0	4
6º	ESHT008-13	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	0	4
6º	ESHP024-14	Métodos de Pesquisa em Políticas Públicas	2	2	4
6º	ESHP016-13	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	2	2	4
6º	ESHP005-13	Conflitos Sociais	4	0	4
7º	ESHP009-13	Governo, Burocracia e Administração Pública	4	0	4
7º	ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	4	0	4
7º	ESHP012-13	Introdução ao Direito Administrativo	4	0	4
7º	ESHP003-13	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	2	2	4
8º	ESHT010-15	Métodos de Planejamento	3	1	4
8º	ESHP022-14	Cultura Política	4	0	4

8º	ESHPO18-14	Políticas Sociais	4	0	4
9º	ESHPO29-14	Teoria e Gestão de Organizações Públicas	4	0	4
9º	ESHC017-13	Finanças Públicas	4	0	4
9º	ESHPO25-14	Observatório de Políticas Públicas	0	4	4
10º	ESHPO21-13	Trajetórias das Políticas de C, T & I no Brasil	4	0	4
10º	ESHPO30-14	Planejamento Orçamentário	4	0	4
10º	ESHPO28-14	Políticas Públicas para Sociedade da Informação	4	0	4
11º	ESHPO26-14	Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	4	0	4
11º	ESHPO27-14	Poder Local	4	0	4
11º	ESHPO902-14	Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas I	0	4	4
12º	ESHPO20-13	Temas Contemporâneos	2	2	4
12º	ESHPO903-14	Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas II	0	4	4

Total (créditos) 91 21

Disciplinas de opção limitada: Os alunos regulares devem completar 28 créditos em disciplinas de opção limitada. São um total de 45 disciplinas nessa categoria, ofertadas tanto pelo Bacharelado em Políticas Públicas como por outros cursos da UFABC, organizadas por afinidade em cinco eixos, conforme quadro a seguir.

Economia e Ciência, Tecnologia e Inovação	Gestão do Território	Administração Pública	Relações Internacionais e Políticas Públicas	Políticas Setoriais
Pensamento Latino-Americano e Políticas de CT&I (4-0-4)	Desigualdades Regionais e Formação Sócio-Espacial do Brasil (4-0-4)	Instituições Judiciais e Políticas Públicas (4-0-4)	Abordagens Tradicionais das Relações Internacionais (4-0-4)	Políticas públicas de gênero, etnia e geração (4-0-4)
Conhecimento na Economia: Abordagens e Interfaces com as Atividades de CT&I (4-0-4)	Economia Regional e Sociedade (4-0-4)	Regulação e Política Regulatória no contexto brasileiro (4-0-4)	Pensamento crítico das Relações Internacionais (4-0-4)	ESZP007-13 Políticas Culturais (4-0-4)
Modelos e Práticas Colaborativas em CT&I (4-0-4)	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais (4-0-4)	Inovação em serviços públicos (4-0-4)	Direito internacional público (4-0-4)	ESZP047-14 Políticas Urbanas (4-0-4)
Mudança Tecnológica e Dinâmica Capitalista na Economia Contemporânea (4-0-4)	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do território (2-0-2)	Administração pública e políticas públicas em perspectiva comparada (4-0-4)	Regime Internacional dos Direitos Humanos e a atuação do Brasil (4-0-4)	Políticas de Infra-Estrutura (4-0-4)
Economia e Meio Ambiente (3-0-3)	Planejamento e Política Ambiental (4-0-4)	Indicadores de Políticas Públicas (0-4-6)	Geografia política (4-0-4)	Meio ambiente e Políticas Públicas (4-0-4)
Desenvolvimento Socio-Econômico (4-0-3)	Políticas Metropolitanas (4-0-4)	Métodos e Técnicas de análise de informação para o planejamento (3-1-4)	Economia política da segurança alimentar (4-0-4)	Violência e segurança pública (4-0-4)

Economia do setor público (4-0-3)	EN2124 - Planejamento urbano e metropolitano (3-1-4)	Perspectivas Analíticas sobre Burocracia (4-0-4)	História da Política Externa Brasileira (4-0-4)	Políticas de saúde (4-0-4)
Pensamento Latino-Americano e Políticas de CT&I (4-0-4)	EN2102 - Teoria do planejamento urbano e ambiental (3-0-4)	EN2530 - Organização do trabalho (3-1-5)	Política Externa Brasileira Contemporânea (4-0-4)	Políticas de educação (4-0-4)
	EN2136 - Transportes e mobilidade urbana (2-0-4)	EN3513 - Clima e cultura organizacional (2-0-3)	Políticas públicas sul-americanas (4-0-4)	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil (4-0-4)
		EN3514 - Modelos de comunicação nas organizações (2-0-4)		CS 4108 - Economia solidária, associativismo e cooperativismo (4-0-4)

Disciplinas livres: O aluno deve completar, no mínimo, 20 créditos de disciplinas livres. Tais disciplinas podem ser tomadas do próprio BPP ou de disciplinas de outros cursos da UFABC, como as sugeridas ao final deste catálogo.

7.3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Na UFABC as disciplinas são oferecidas em ciclos quadrimestrais. Isso tem exigido adequação das disciplinas a uma carga horária distribuída entre aulas teóricas e práticas presenciais e horas de dedicação individuais extraclasse, estimulando a autonomia no estudo. Tal sistema permite, também, oferecer um conjunto maior de disciplinas atendendo a uma diversidade maior de temas. Sendo assim, o curso do BPP tem a duração de 4 anos, ou 12 quadrimestres. Em cada quadrimestre são oferecidas cerca de 5 disciplinas de 4 créditos, em média. Cada crédito equivale a 12 horas de aula, teórica e/ou prática (laboratório).

O ingresso na Universidade é feito por um Bacharelado Interdisciplinar: Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) ou Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H). O Bacharelado interdisciplinar de afinidade com o Bacharelado em Políticas Públicas é o BC&H. Podemos dizer, assim, que o BPP começa com o ingresso do discente no BC&H.

As disciplinas obrigatórias e de opção limitada do BC&H estão organizadas nos seguintes sub-eixos do conhecimento:

1. Estado
2. Sociedade e Mercado;
3. Pensamento, Expressão e Significado;
4. Espaço, Cultura e Temporalidade;
5. Ciência, Tecnologia e Inovação.

A estrutura do BC&H é constituída por três grupos de disciplinas, que devem perfazer no mínimo os 190 créditos, adicionadas de 120 horas de atividades extracurriculares, totalizando 2.400 horas.

As disciplinas de opção limitada do BC&H são as disciplinas obrigatórias dos cursos específicos. Já as disciplinas livres são todas as disciplinas ofertadas pela Universidade.

O discente que optar pelo Bacharelado de Políticas Públicas deverá cumprir os seguintes créditos:

- i. Disciplinas Obrigatórias e Práticas em Ciências e Humanidades do BC&H – 71 créditos;
- ii. Disciplinas Obrigatórias do BPP – 104 créditos;
- iii. Disciplinas de Opção Limitada do BPP – 28 créditos;
- iv. TCC – 6 créditos;
- v. Disciplinas livres – 20 créditos.
- vi. Atividades extracurriculares – 260 horas

Total de créditos: 229, totalizando 3.008 horas, já somadas as atividades complementares.

As disciplinas obrigatórias do BPP estão divididas em quatro eixos:

I) Um eixo **interdisciplinar**, tributário de várias áreas do conhecimento, que complementa a formação generalista recebida pelos nossos alunos no BCH;

II) Um núcleo de **gestão de políticas públicas** que proporciona a especialização profissional prevista no projeto pedagógico do BPP;

III) Um núcleo de **ciência política** que apresenta o referencial de análise crítico das relações de poder entre Estado e sociedade civil nos diferentes ciclo das políticas públicas;

IV) Um núcleo **metodológico** que oferece os instrumentos e ferramentas necessárias para a análise (crítica) e a gestão (técnica) das políticas públicas.

Mesmo que o BPP não dê ênfase ou especialidade em algum tipo de política pública em seu certificado, oferecemos disciplinas de opção limitada, ou seja, de um rol de disciplinas pré-definidas dentro de áreas de conhecimento específicas e que se articulam entre si. São eles: Economia e Ciência, Tecnologia e Inovação; Gestão do Território; Administração Pública; Relações Internacionais e Políticas Públicas ; e Políticas Setoriais.

Em cada quadrimestre, entre o 7º e o 12º, o curso oferece pelo menos uma disciplina de opção limitada, além daquelas que são oferecidas por outros cursos e que são aceitas no

Bacharelado em Políticas Públicas. Cabe ao discente escolher as disciplinas que pretende seguir de acordo com suas afinidades. Essa é uma boa oportunidade também para o aluno testar seus gostos e preferências.

O projeto pedagógico da UFABC, entre outros quesitos, tem como meta a autonomia do aluno. Ou seja, dar liberdade ao próprio para construir sua trajetória acadêmica. Nessa direção, o BPP possibilita, além das opções limitadas, que o aluno complete sua grade com 20 créditos em disciplinas livres, tanto aquelas ofertadas pelos docentes credenciados ao BPP como quaisquer outras disciplinas da Universidade.

Estas disciplinas buscam também contemplar a necessidade dos bacharelados em considerarem, em sua estrutura, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, 17/06/2004); a Disciplina de Libras (Decreto nº 5.626, de 22/12/2005); e as Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999, e Decreto nº 4.281, de 25/06/2002).

Neste sentido, a UFABC oferta um conjunto de disciplinas que atendem a este objetivo, às quais os discentes do Bacharelado em Políticas Públicas podem realizar como disciplinas livres.

A seguir listamos as disciplinas que contemplam estas demandas:

Disciplinas com Temática Étnico-Racial:

- BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social (Obrigatória)
- BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna (Obrigatória)
- BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade (Obrigatória)
- BH0302-15 Identidade e Cultura (Obrigatória)
- BHQ0002-15 Estudos Étnico Raciais (Obrigatória)
- ESHP004-13 Cidadania, Direitos e Desigualdades (Obrigatória)
- ESHP023-14 Formação Histórica do Brasil Contemporâneo (Obrigatória)
- ESHP005-13 Conflitos Sociais (Obrigatória)
- EN4015 Cultura Brasileira (Livre)
- ESZP014-13 Diversidade Cultural, Conhecimento Local e Políticas Públicas (Livre)
- BH1345 Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (Livre)
- EN4011 Estudo da Religião e das Religiosidades (Livre)
- ESZP008-13 Políticas Públicas de gênero, etnia e geração (Opção limitada)

Disciplinas com Temática Ambiental:

- BH0102 - 15 Desenvolvimento e Sustentabilidade (Obrigatória)
- ESZP027-13 Métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas ambientais (Livre)
- EN2112 Direito Ambiental e Urbanístico (Livre)
- EN4115 Gestão Ambiental na Indústria (Livre)
- EN4118 Gestão Urbano-Ambiental (Livre)
- EN2126 Saúde Ambiental (Livre)

- EN2102 Teoria do Planejamento Urbano e Ambiental (Livre)
- BC1202 Energia e Meio Ambiente (Livre)
- EN2416 Energia, Meio Ambiente e Sociedade (Livre)

É importante salientar que a escolha do conjunto de disciplinas de opção limitada e livre tem sido acompanhada e orientada pelos docentes durante as atividades do Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial – PEAT ou em encontros individuais que os alunos solicitem aos tutores ou coordenadores dos cursos. Também procura-se manter um canal de diálogo com os alunos para a definição de oferta de disciplinas livres e de opção limitada de forma a combinar seus interesses e as disponibilidades de docentes nos temas.

Os professores também tem incentivos a se utilizarem de diversos instrumentos de tecnologia da informação para comporem suas aulas e estratégias pedagógicas. Apenas para citar alguns exemplos, há disciplinas ministradas parcial ou integralmente em laboratórios de informática que possibilitam ao aluno desenvolverem habilidades por meio do uso da tecnologia. Há também inclusão de diversas estratégias que contemplam uso de tecnologia nos planos de ensino das disciplinas.

7.4. APRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO

Grade sugerida de disciplinas

1º ANO	1º BCH	Temas e Problemas em Filosofia (4-0-4)	Estado e Relações de Poder (4-0-4)	Ciência, Tecnologia e Sociedade (3-0-4)	Interpretações do Brasil (4-0-4)	Identidade e Cultura (3-0-4)
	2º BCH	Pensamento Crítico (4-0-4)	Bases Matemáticas (4-0-5)	Introdução às Humanidades e Ciências Sociais (2-0-4)	Introdução à Economia (4-0-4)	Formação do Sistema Internacional (4-0-4)
	3º BCH	Ética e Justiça (4-0-4)	Estrutura e Dinâmica Social (3-0-4)	Território e Sociedade (4-0-4)	Estudos Étnico-Raciais (3-0-4)	Bases Computacionais da Ciência (0-2-2)
2º ANO	4º BCH	Bases conceituais da energia OU Estrutura da Matéria OU Origens da Vida (3-0-4)	Introdução à Probabilidade e Estatística (3-0-4)	Desenvolvimento e Sustentabilidade (4-0-4)	Pensamento Econômico (3-0-4)	Bases Epistemol. da Ciência Moderna (3-0-4)
	5º BPP	Introdução às Políticas Públicas (4-0-4)	Cidadania, Direitos e Desigualdades (4-0-4)	Regimes e Formas de Governo (4-0-4)	Introdução ao Direito Constitucional (4-0-4)	Federalismo e Políticas Públicas (4-0-4)
	6º BPP	Formação Histórica do Brasil Contemporâneo (4-0-4)	Governança pública e democracia {com BPT} (4-0-4)	Métodos de Pesquisa em Políticas Públicas (4-0-4)	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais {com BRI} (2-2-4)	Conflitos Sociais (4-0-4)
3º ANO	7º BPP	Governo, Burocracia e Administração Pública (4-0-4)	Estado e desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo {com BRI} (4-0-4)	Introdução ao Direito Administrativo (4-0-4)	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas (2-2-4)	Opção Limitada (4-0-4)
	8º BPP	Métodos de Planejamento {com BPT} (4-0-4)	Cultura Política (4-0-4)	Políticas Sociais (4-0-4)	Opção Limitada (4-0-4)	Livre (4 créditos)
	9º BPP	Teorias e gestão de organizações públicas (4-0-4)	Finanças Públicas {com BCE} (4-0-4)	Observatório de Políticas Públicas (0-4-4)	Opção Limitada (4-0-4)	Livre (4 créditos)
4º ANO	10º BPP	Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil {com BRI} (4-0-4)	Orçamento e política orçamentária (4-0-4)	Políticas públicas para a sociedade da informação (4-0-4)	Opção Limitada (4-0-4)	Livre (4 créditos)
	11º BPP	Participação e movimentos sociais nas políticas públicas (4-0-4)	Poder Local (4-0-4)		Opção Limitada (4-0-4)	Livre (4 créditos)
	12º BPP	Temas Contemporâneos (2-2-4)	Opção Limitada (4-0-4)		Opção Limitada (4-0-4)	Livre (4 créditos)
		Obrigatórias do BC&H	Obrigatórias do BPP	Opção Limitada	Disciplinas Livres	

8. AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

Além do Bacharelado em Políticas Públicas ser formado por disciplinas teóricas e trabalhos individuais de pesquisa, a prática da profissão pode ser importante ao aluno que queira ter conhecimento do mercado de trabalho. No entanto, o estágio do Bacharelado de Políticas Públicas não é obrigatório. Os que optarem por realizar o estágio não obrigatório podem validar os horários trabalhados como atividades complementares, respeitando as regras da universidade sobre esse item.

A UFABC regulamentou o estágio não obrigatório para o Bacharelado Interdisciplinar (BC&H), através da Resolução ConsEPE no. 112/2011, alterada pelo Ato Decisório ConsEPE nº 103/2014. Como o Bacharelado Interdisciplinar funciona como a referência e a

porta de entrada para o Bacharelado de Políticas Públicas, essa mesma Resolução serve ao discente que optar pela prática do estágio.

A coordenação do Bacharelado em Políticas Públicas, além do colegiado composto por docentes e técnico-administrativos, recebe o suporte da Secretaria do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais aplicadas (CECS). O curso conta com um servidor que dá suporte ao curso e está lotado no campus de São Bernardo do Campo, com funções de apoio administrativo à coordenação e também de atendimento aos alunos e docentes vinculados ao curso. Ademais, a Pró-reitoria de Graduação (Prograd), através da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial;

A Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) é a divisão responsável pela gestão das atividades de amparo didático-pedagógicas que visam desempenho conforme o Projeto Pedagógico da instituição e atuam na prevenção da evasão e jubilação dos discentes. Oferece os seguintes programas de apoio e acompanhamento acadêmico:

- Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial: um programa de orientação acadêmica que promove o acompanhamento mais próximo do estudante por um professor, o tutor. Almeja evitar prejuízos no desempenho acadêmico do ingressante e na vivência universitária por falta de conhecimento, compreensão e orientação.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico: propicia um direcionamento referente a estudo, matrícula e matrizes curriculares e também promove palestras de orientação pedagógica aos graduandos com baixo rendimento.

Para alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da UFABC são oferecidas, em caráter permanente, oportunidades de participação em projetos e atividades acadêmicas com bolsas de estudos em um ou mais programas ligados às Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa e de Extensão. Na UFABC existem os seguintes programas à disposição dos discentes do Bacharelado de Políticas Públicas:

- Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial – PEAT (Pró-Reitoria de Graduação)
- Programa de monitoria (Pró-Reitoria de Graduação)
- PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pró-Reitoria de Graduação)
- PDPD/UFABC - Pesquisando Desde o Primeiro Dia (Pró-Reitoria de Pesquisa)
- PIC/UFABC - Programa de Iniciação Científica (Pró-Reitoria de Pesquisa)
- PIBIC/CNPq - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pró-Reitoria de Pesquisa)
- PIBIC/CNPq/AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (Pró-Reitoria de Pesquisa).
- PIBITI/CNPq: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pró-Reitoria de Pesquisa).
- Ciência sem Fronteiras – Graduação Sanduíche no Exterior (SWG) (Pró-reitoria de Graduação).
- Projetos de extensão – Programa institucional de bolsa para extensão universitária

Todos estes programas propiciam a inserção do estudante da graduação, desde o início de suas atividades na UFABC, em atividades de pesquisa e extensão, incentivando o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e da prática de pesquisa junto aos docentes. Os

alunos que fazem parte desses programas completam o ciclo de suas produções participando de eventos e atividades internas e externas à UFABC para a divulgação de seus trabalhos perante a comunidade científica. Os bolsistas têm participação obrigatória no Simpósio anual de Iniciação Científica da UFABC. Além deste Simpósio, as publicações em periódicos nacionais e internacionais, os congressos e os encontros de natureza científica são exemplos de opções que os alunos têm para divulgarem suas produções, estabelecerem contatos com seus pares trocando conhecimentos e experiências que irão ajudá-los a incrementar sua formação e integrar-se ao meio acadêmico, além de estimulá-los para futuramente ingressar na pós-graduação.

Há também o programa Bolsa-Auxílio - Participação em Eventos (Pró-Reitoria de Graduação). Este benefício tem a finalidade de suprir as despesas referentes à participação de alunos de graduação em eventos científicos, culturais, esportivos, de lazer e de cidadania. O valor condiciona-se a um teto global de R\$ 1323,87 por aluno e por evento, conforme Resolução 142 do ConsEPE de 2008. Foram utilizados oito auxílios por estudantes do Bacharelado de Políticas Públicas desde 2011.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são formadas por um conjunto de atividades e intervenções pedagógicas obrigatórias de caráter não disciplinar (totalizando 120 horas), que valem para o cômputo de horas no Currículo do Curso.

O regulamento das Atividades Complementares é o mesmo do BC&H e consta naquele projeto pedagógico, que estabelece que as atividades são divididas em três grupos, a saber: Atividades de complementação da formação social, humana, cultural e acadêmica; Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; e Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional. A resolução estabelece, ainda, que para a validação das 120 horas de Atividades Complementares, os estudantes devem cumprir no mínimo uma atividade em cada grupo.

10. ESTÁGIO CURRICULAR

Além do Bacharelado em Políticas Públicas ser formado por disciplinas teóricas e trabalhos individuais de pesquisa, a prática da profissão é importante ao aluno que queira ter conhecimento do mercado de trabalho. De acordo com as Diretrizes Curriculares nacionais do campo de públicas, o estágio do Bacharelado de Políticas Públicas é obrigatório e pode ser realizado tanto com o método tradicional de estágio como por atividades de imersão.

Os estágios curriculares e as atividades que podem ser validadas como tal serão regulamentados por resolução específica.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão. Este trabalho será discutido e realizado nas disciplinas TCC de Políticas Públicas I e TCC de Políticas Públicas II, ambas com T-P-I 0-3-6, a serem cursadas nos últimos quadrimestres do curso,

sob a supervisão de um Professor Orientador responsável credenciado ao BPP ou aprovado pelo colegiado. Os trabalhos da disciplina não serão desenvolvidos em sala de aula, sendo a periodicidade e data dos encontros responsabilidade do discente e do Professor Orientador, devendo respeitar o mínimo estabelecido pelo T-P-I da disciplina.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado poderá ser resultado de um desdobramento de uma Iniciação Científica realizada pelo discente. Nesse caso, o trabalho deverá ser voltado para a área de políticas públicas. Também aconselha-se fortemente aos discentes que integrem o TCC com as atividades realizadas no Observatório de Políticas Públicas.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas será regulamentado por resolução específica, que tratará inclusive da validação de trabalhos junto com outros cursos da UFABC, desde que voltado para a temática de políticas públicas.

12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do rendimento do aluno será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes de aulas teóricas, seminários, aulas práticas, pesquisas, trabalhos de campo, estágio não-obrigatório, leituras programadas e trabalhos especiais (de acordo com a natureza das disciplinas).

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos discentes na UFABC é feito por meio de conceitos, pois permite uma análise mais qualitativa do aproveitamento do aluno. Assim, utilizam-se os seguintes parâmetros para avaliação de desempenho e atribuição de conceito, conforme descritos abaixo:

A – Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso do conteúdo.

B – Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina.

C – Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados.

D – Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente.

F – Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

O – Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

I – Incompleto. Indica que uma pequena parte dos requerimentos do curso precisa ser completada. Este grau deve ser convertido em A, B, C, D ou F antes do término do quadrimestre subsequente.

Os conceitos a serem atribuídos aos estudantes, em uma dada disciplina, não deverão estar rigidamente relacionados a qualquer nota numérica de provas, trabalhos ou exercícios.

Os resultados também considerarão a capacidade do aluno de utilizar os conceitos e material das disciplinas, criatividade, originalidade, clareza de apresentação e participação em sala de aula e/ou laboratórios. O aluno, ao iniciar uma disciplina, será informado sobre as normas e critérios de avaliação que serão considerados.

Não há um limite mínimo de avaliações a serem realizadas, mas, dado o caráter qualitativo do sistema, é indicado que sejam realizadas ao menos duas em cada disciplina durante o período letivo. E serão apoiadas e incentivadas as iniciativas de se gerar novos documentos de avaliação, como atividades extraclasse, tarefas em grupo, listas de exercícios, atividades em sala e/ou em laboratório, observações do professor, autoavaliação, seminários, exposições, projetos, sempre no intuito de se viabilizar um processo de avaliação que não seja apenas qualitativo, mas que se aproxime de uma avaliação contínua.

Assim, propõem-se não apenas a avaliação de conteúdos, mas de estratégias cognitivas e habilidades e competências desenvolvidas. Esse mínimo de duas sugere a possibilidade de ser feita uma avaliação diagnóstica logo no início do período, que identifique a capacidade do aluno em lidar com conceitos que apoiarão o desenvolvimento de novos conhecimentos e o quanto ele conhece dos conteúdos a serem discutidos na duração da disciplina, e outra no final do período, que possa identificar a evolução do aluno relativamente ao estágio de diagnóstico inicial. De posse do diagnóstico inicial, o próprio professor poderá ser mais eficiente na mediação com os alunos no desenvolvimento da disciplina. Por fim, deverá ser levado em alta consideração o processo evolutivo descrito pelas sucessivas avaliações no desempenho do aluno para que se faça a atribuição de um Conceito a ele.

13. INFRAESTRUTURA

13.1. BIBLIOTECA

As Bibliotecas da UFABC têm por objetivo o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade. Trata-se de uma biblioteca central em Santo André e uma biblioteca setorial em São Bernardo do Campo, abertas também à comunidade externa. Ambas as bibliotecas prestam atendimento aos usuários presencialmente e há também serviço de malote para transporte de livros entre bibliotecas.

Acervo

O acervo da Biblioteca atende aos discentes, docentes, pesquisadores e demais pessoas vinculadas à Universidade, para consulta local e empréstimos, e quando possível aos usuários de outras Instituições de Ensino e Pesquisa, através do Empréstimo Entre Bibliotecas – EEB, e ainda atenderá a comunidade externa somente para consultas locais. A coleção da Biblioteca é composta por livros, recursos audiovisuais (DVDs, CD-Roms), softwares, e anais de congressos e outros eventos.

Periódicos

A UFABC participa na qualidade de universidade pública, do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece acesso a textos selecionados em mais de 15.500 publicações periódicas internacionais e nacionais, além das mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. O Portal inclui também uma seleção de importantes fontes de

informação científica e tecnológica de acesso gratuito na Web. A Biblioteca conta com pessoal qualificado para auxiliar a comunidade acadêmica no uso dessas ferramentas.

Política de Desenvolvimento de Coleções

Aprovado pelo Comitê de Bibliotecas e em vigor desde em 14 de novembro de 2006, o manual de desenvolvimento de coleções define qual a política de atualização e desenvolvimento do acervo. Essa política delinea as atividades relacionadas à localização e escolha do acervo bibliográfico para respectiva obtenção, sua estrutura e categorização, sua manutenção física preventiva e de conteúdo, de modo que o desenvolvimento da Biblioteca ocorra de modo planejado e consonante as reais necessidades. Importante ressaltar o forte crescimento do crescimento do acervo de ambas as unidades nos últimos anos.

Projetos desenvolvidos pela Biblioteca

Além das atividades de rotina, típicas de uma biblioteca universitária, atualmente estão em desenvolvimento os seguintes projetos:

- *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFABC*

A Biblioteca possui, desde agosto de 2009, o sistema online TEDE (desenvolvido pelo IBICT / MC&T) para disponibilização de Teses e Dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da instituição;

- *Repositório Digital da UFABC - Memória Acadêmica*

Encontra-se, em fase de implantação, o sistema para gerenciamento do Repositório Digital da UFABC. O recurso oferece um espaço onde o professor pode fornecer uma cópia de cada um de seus trabalhos à universidade, de modo a compor a memória unificada da produção científica da instituição;

- *Ações Culturais*

Com o objetivo de promover a reflexão, a crítica e a ação nos espaços universitários, e buscando interagir com seus diferentes usuários, a Biblioteca da UFABC desenvolve o projeto cultural intitulado “Biblioteca Viva”.

Convênios

A Biblioteca desenvolve atividades em cooperação com outras instituições, externas à UFABC, em forma de parcerias, compartilhamentos e cooperação técnica.

IBGE: Com o objetivo de ampliar, para a sociedade, o acesso às informações produzidas pelo IBGE, a Biblioteca firmou, em 26 de agosto de 2007, um convênio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminações de Informações do IBGE.

Através desse acordo, a Biblioteca da UFABC passou a ser biblioteca depositária das publicações editadas por esse órgão.

EEB – Empréstimo Entre Bibliotecas: Esse serviço estabelece um convênio de cooperação que potencializa a utilização do acervo das instituições universitárias participantes,

favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país.

A Biblioteca da UFABC já firmou convênio com as seguintes Bibliotecas das seguintes faculdades / institutos (pertencentes à USP - Universidade de São Paulo):

- IB - Instituto de Biociências;
- CQ - Conjunto das Químicas;
- POLI - Escola Politécnica;
- FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade;
- IF – Instituto de Física;
- IEE - Instituto de Eletrotécnica e Energia;
- IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares;

Encontra-se, em fase de negociação, a proposta de convênios para EEB com mais cinco instituições (ITA, FEI, Instituto Mauá de Tecnologia, Fundação Santo André e IMES).

13.2. LABORATÓRIOS

O BPP conta com 1 laboratório com computadores e sala de reuniões para realização das atividades do Observatório de Políticas Públicas.

O Campus de São Bernardo do Campo conta com 4 laboratórios de informática no Bloco Alfa 1 e mais 2 no Bloco Alfa 2.

13.3. RECURSOS TECNOLÓGICOS

No Campus de São Bernardo Campo, onde ocorrem as aulas do Bacharelado em Políticas Públicas, os recursos tecnológicos atualmente incluem:

- Acesso a Internet com velocidade de 10Mbps;
- Backbone da rede interna da UFABC com capacidade mínima de 1 Gbps;
- Um projetor (data show) e um computador com acesso a Internet em cada sala de aula;

14. DOCENTES

A seguir apresentamos uma lista dos docentes credenciados ao Bacharelado em Políticas Públicas, conforme as regulamentações internas da UFABC.

Nome	Titulação	Área de Formação – Graduação em:	Área de Formação – Doutor(a) em:	Regime de Dedicação*
Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo	Doutorado	Administração Pública	Política Científica e Tecnológica	DE
Ana Keila Mosca Pinezi	Doutorado	Ciências Sociais	Ciências: Psicologia	DE
Ana Maria Dietrich	Doutorado	História	História Social	DE

Anapátricia de Oliveira Morales Vilha	Doutorado	Administração de negócios e competitividade	Política Científica e Tecnológica	DE
Arlison da Silva Favareto	Doutorado	Ciências Sociais	Ciência Ambiental	DE
Artur Zimmerman	Doutorado	Relações Internacionais e Ciências Política	Ciência Política	DE
Camila Caldeira Nunes Dias	Doutorado	Ciências Sociais	Sociologia	DE
Claudio Luis de Camargo Penteadó	Doutorado	Ciências Sociais	Ciências Sociais: Política	DE
Darlene Ramos Dias	Doutorado	Economia	Economia Aplicada	DE
Francisco de Assis Comaru	Doutorado	Engenharia Civil	Saúde Pública	DE
Gabriela Spanghero Lotta	Doutorado	Administração Pública	Ciência Política	DE
Gerardo Alberto Silva	Doutorado	Geografia	Sociologia	DE
Graciela de Souza Oliver	Doutorado	História	Ensino e História de Ciências da Terra	DE
Jeroen Johannes Klink	Doutorado	Economia	Arquitetura e Urbanismo	DE
José Blanes Sala	Doutorado	Direito	Direito Internacional	DE
Klaus Frey	Doutorado	Ciências Sociais	Ciências Sociais	DE
Luciana Pereira	Doutorado	Economia	Engenharia de Produção	DE
Marcos Vinicius Pó	Doutorado	Engenharia Elétrica	Administração Pública e Governo	DE
Maria de Lourdes Pereira Fonseca	Doutorado	Arquitetura e Urbanismo	Urbanismo	DE
Mônica Schröder	Doutorado	Ciências Econômicas	Ciência Econômica	DE
Neusa Serra	Doutorado	Ciências Econômicas	Engenharia de Produção	DE
Sandra Irene Momm	Doutorado	Arquitetura e Urbanismo	Ciência Ambiental	DE
Sergio Amadeu da Silveira	Doutorado	Ciências Sociais	Ciência Política	DE
Sérgio Rodrigo Marchiori Praça	Doutorado	Jornalismo	Ciência Política	DE
Sidney Jard da Silva	Doutorado	Ciências Sociais	Ciência Política	DE
Silvana Maria Zioni	Doutorado	Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo	DE
Silvia Helena Facciolla Passarelli	Doutorado	Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo	DE
Simone Diniz	Doutorado	Ciências Sociais	Ciência Política	DE
Vanessa Elias de Oliveira	Doutorado	Ciências Sociais	Ciência Política	DE
Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Júnior	Doutorado	Ciências Sociais	Ciências Sociais: Política	DE

14.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante da UFABC foi regulamentado pela Resolução ConsEPE nº 179, de 21/07/2014, que institui o NDE no âmbito dos cursos de Graduação da UFABC e estabelece suas normas de funcionamento.

Adequando-se a esta regulamentação, o Bacharelado em Políticas Públicas aprovou uma nova composição do NDE por meio da Portaria CECS No. 13, de 20 de fevereiro de 2015, , publicada no Boletim de Serviço nº 441, de 24 de fevereiro de 2015, que institui os novos membros do NDE para o período de 3 anos. Este NDE será composto pelos seguintes membros: Artur Zimerman (presidente), Camila Caldeira Nunes Dias, Klaus Frey, Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, Ana Keila Mosca Pinezi, Sidney Jard da Silva, Cláudio Luis de Camargo Penteado (representantes docentes).

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A UFABC possui mecanismos de avaliação permanente para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, visando compatibilizar a oferta de vagas, os objetivos do Curso, o perfil do egresso e a demanda do mercado de trabalho para o curso.

Um dos mecanismos que já vem sendo adotado pela Coordenação do Curso para avaliação do Projeto Político Pedagógico do Bacharelado em Políticas Públicas é a análise e o estabelecimento de ações, a partir dos resultados obtidos pelo Curso e pela Universidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado e instituído pela Lei nº 10.681, de 14 de abril de 2004.

No Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior (IES) e Cursos superiores de Graduação e Sequenciais no sistema federal de ensino, no seu artigo 1º, parágrafo 3º, lê-se que a avaliação realizada pelo SINAES constitui referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover sua qualidade.

No que tange propriamente à estruturação da avaliação estabelecida pelo SINAES, são considerados três tipos de avaliação:

1. Avaliação institucional, que contempla um processo de autoavaliação realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Instituição de Educação Superior, já implantada na UFABC, e de avaliação externa *in loco* realizada por avaliadores institucionais capacitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP);

2. Avaliação de curso, que considera um conjunto de avaliações: avaliação dos pares (*in loco*), avaliação dos estudantes (questionário de Avaliação Discente da Educação Superior – ADES, enviado à amostra selecionada para realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE), avaliação da Coordenação (questionário específico) e dos Professores do Curso e da CPA;

3. Avaliação do Desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes, que corresponde à aplicação do ENADE aos estudantes que preenchem os critérios estabelecidos pela legislação vigente (incluem neste exame a prova e os questionários dos alunos, do Coordenador de Curso e da percepção do alunado sobre a prova). Destaca-se que atualmente, pela ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para os Bacharelados Interdisciplinares, os alunos do Bacharelado em Ciências e Humanidades da UFABC não participam do ENADE, sendo dispensados deste exame. Entretanto, as perspectivas são de que as DCN do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas seja aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a Coordenação do Curso tem agido agir na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do Curso. Tais mecanismos devem contemplar as necessidades da sua área do conhecimento específica, as exigências acadêmicas da Universidade, o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade, a atuação profissional dos formandos, dentre outros aspectos.

Tem sido também utilizados como instrumentos de avaliação as seguintes atividades:

- a) Realização de pesquisas de avaliação com os alunos
- b) Realização de grupos focais com alunos para levantamento de problemas e sugestões aos cursos
- c) Realização de plenárias de discussão do projeto pedagógico com os docentes credenciados ao curso.

Poderão ser utilizados, ainda, mecanismos especificamente desenvolvidos pela Coordenação do Curso atendendo a objetivos particulares, assim como mecanismos genéricos, tais como:

- a) na apresentação do estágio curricular, ou não, poderá ser contemplada a participação de representantes do setor produtivo na banca examinadora que propiciem a avaliação do desempenho do estudante sob o enfoque da empresa ou ainda ligado as Instituições de Ensino Superior, com o enfoque acadêmico;
- b) na banca de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (ou Práticas em Ciências e Humanidades), poderá haver a participação de representantes do setor produtivo e/ou docentes do Colegiado do Curso;
- c) análise da produção tecnológica desenvolvida pelo corpo docente do curso.

16. ROL DE DISCIPLINAS

As disciplinas obrigatórias do Bacharelado em Políticas Públicas estão listadas em ordem alfabética a seguir. Suas ementas encontram-se no Anexo 1 deste Projeto Pedagógico.

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	32
Cidadania, Direitos e Desigualdades	33
Conflitos Sociais.....	34
Cultura Política	36
Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	37
Federalismo e Políticas Públicas	39
Finanças Públicas	40

Formação Histórica do Brasil Contemporâneo.....	41
Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	42
Governo, Burocracia e Administração Pública.....	44
Introdução ao Direito Administrativo	46
Introdução ao Direito Constitucional.....	47
Introdução às Políticas Públicas.....	48
Métodos de Pesquisa em Políticas Públicas	49
Métodos de Planejamento.....	50
Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	51
Observatório de Políticas Públicas	52
Planejamento Orçamentário.....	53
Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	54
Poder Local.....	56
Políticas Públicas para a Sociedade da Informação.....	58
Políticas Sociais.....	59
Regimes e Formas de Governo.....	60
Temas Contemporâneos	61
Teoria e Gestão de Organizações Públicas	62
Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas I.....	63
Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas II	64
Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil	65

ANEXO 1: EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO BPP

Código: **ESH003-13**

Quadrimestre: 7º

TPI: 2-2-4

Recomendação: Metodologia de Pesquisa em Políticas Públicas; Métodos Quantitativos para Ciências Sociais.

Objetivo: A disciplina visa fornecer aos alunos ferramental teórico e analítico sobre as práticas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais, dentro de uma perspectiva crítica sobre os limites e possibilidades das metodologias. Também tem por objetivo analisar as implicações do monitoramento e avaliação para o desenvolvimento de políticas públicas e o impacto desses processos nos atores políticos e sociais.

Ementa: Conceitos: monitoramento, avaliação, formulação, ciclo de políticas públicas, impacto, eficiência-eficácia-efetividade. Metodologias de monitoramento e avaliação: visão geral, focos de análise (objetivos, administração, consumidores, especialistas, participantes). Instrumentos e ferramentas de avaliação: marco lógico, árvore de problemas, etc. Indicadores e políticas públicas. Análise custo-benefício; Análise de impacto. Visão geral sobre análise de impacto regulatório. O contexto e as implicações políticas da avaliação.

Bibliografia básica

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Editora Alinea, 2009.

OTERO, Martina Rillo. Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil. Editora Peiropolis, 2012.

GESTOSO, José Ignácio. Introdução a avaliação de programas sociais. Editora FGV, 2009.

Bibliografia complementar

BARRETO, Alexandre S. Análises estatísticas multivariadas e indicadores. LGE Editora, 2010.

CANDACE M. Baird. Social Indicators: Statistics, Trends and Policy Development (Social Justice, Equality and Empowerment), Nova Science Publishers, Incorporated, 2011.

DUNCAN Macrae Jr. Policy Indicators: Links Between Social Science and Public Debate (Urban and Regional Policy and Development Studies), NORTH CAROLINA UNIVE, 1985.

PEREIRA, Julio César R. Análise de dados qualitativos. Edusp, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Editora FGV, 2011.

Código: ESHP004-13

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: Esta disciplina visa oferecer aos alunos a compreensão sobre o fenômeno da emergência dos direitos, na clássica tipologia de Marshall, o surgimento das políticas sociais e dos sistemas de *welfare-state*, no Brasil e no mundo. Trata das questões da cidadania e das desigualdades no Brasil, dando um enfoque especial para a temática das relações étnico-raciais e do seu impacto sobre a cidadania no Brasil.

Ementa: Parte I: Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social.

A tipologia de Marshall: direitos civis, políticos e sociais; teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais; surgimento e crise dos sistemas de bem-estar social. Parte II: Cidadania e Desigualdades no Brasil: O desenvolvimento da cidadania no Brasil; a questão das desigualdades no Brasil: desigualdade racial, educacional e de renda; políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

Bibliografia básica

ABREU, Alzira. Caminhos da cidadania. Editora FGV, 2009.

CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira. 2001.

GUIMARÃES, A.S. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002

Bibliografia Complementar

DE SWAAN, A. In care of the state. Oxford: Oxford University Press, 1988.

DRAIBE, S. “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84”. In: SOARES, G. e D’ARAÚJO, M.C. 21 Anos de Regime Militar. Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

HUBER, E. & STEPHENS, J. Development and crisis of the welfare state: parties and policies in global markets, Chicago: Chicago University Press, 2001.

PIERSON, P. Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment. Cambridge University Press, 1994.

KERSTENETZKY, CÉLIA LESSA. ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL NA IDADE DA RAZÃO, Campus/RJ, 2012

SOUZA, Jessé. A Ralé Brasileira: quem e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

RABELO, F. e BERNARDES, G. Políticas Públicas e Cidadania. Canone Editorial, 2004.

RUSSO, Mauricio. Violência e Cidadania. Sulina, 2011.

CONFLITOS SOCIAIS

Código: ESHP005-13

Quadrimestre: 6º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: Apresentar várias interpretações dos conflitos sociais na sociedade contemporânea, a partir das contribuições de áreas de conhecimento distintas. Conhecer a pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas sobre a temática e suas possíveis relações com políticas públicas que possibilitem reconhecimento e visibilidade de conflitos sociais.

Ementa: Interpretações dos conflitos sociais: algumas perspectivas teóricas antropológicas, filosóficas, históricas, sociológicas; concepções contemporâneas de sujeitos, identidades e comunidades em conflito; as interpretações dos conflitos sociais e a crítica das noções universais de poder, democracia e cidadania; conflitos sociais, consenso e dissenso; conflitos sociais, performances e culturas políticas; conflitos sociais, globalizações, multiculturalismos e sociedades em rede; conflitos sociais, ciência, tecnologia e informação; críticas às teorias dos conflitos e seus usos nas ciências sociais aplicadas: limites das concepções de gerenciamento, controle, eliminação e mediação de conflitos; políticas públicas e possibilidades de reconhecimento e visibilidade de conflitos como parte da vida em sociedade; políticas públicas e dificuldades de mapeamento de alguns conflitos sociais na contemporaneidade; políticas públicas, diversidade cultural e desigualdades sociais; políticas públicas e as críticas dos processos de transformação de diferenças em desigualdades e preconceitos: reparação e combate aos racismos, sexismos, homofobia, xenofobia; sujeitos e grupos protagonistas de conflitos e políticas públicas; conflitos étnicos; conflitos intergeracionais; conflitos de gênero; conflitos internacionais; conflitos sócio espaciais; alianças e conflitos nos movimentos sindicais, sociais e culturais; políticas afirmativas e outras políticas vistas como especiais e/ou diferenciadas; políticas públicas e conflitos sociais na região do ABC paulista.

Bibliografia Básica

- CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SLOTERDIJK, Peter. O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na

Bibliografia complementar

- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

- HALL, Peter. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HONNETH, AXEL Luta por Reconhecimento. Editora 34, 2003.
- TELLES, Edward. Racismo a Brasileira. Relumê-Dumará, 2003.
- TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta. Brasiliense, 2002

CULTURA POLÍTICA

Código: ESHP022-14

Quadrimestre: 8º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivos: propiciar discussão, fundamentada na teoria social, sobre a relação entre cultura política, história e particularidades culturais que informam o comportamento político dos diversos e distintos grupos sociais.

Ementa: os diversos conceitos de cultura e cultura política. Ideologia e Cultura. Cultura política como um conceito multi e interdisciplinar. Cultura Política e Comportamento político. Significados de cidadania na visão de grupos sociais distintos e processos de democratização. Ação política, cotidiano e cultura política. Cultura brasileira e cultura política brasileira no plural. cultura política: democracia e continuidades autoritárias. Família, parentesco e grupos de poder. O público e o privado no imaginário social brasileiro. Estudos de casos.

Bibliografia Básica

D'ARAUJO, MARIA CELINA SOARES. Capital Social. São Paulo, Zahar, 2003.

INGLEHART, RONALD & WELZEL, CHRISTIAN (orgs.). Modernização, mudança cultural e democracia. São Paulo, Verbena, 2009.

TEIXEIRA, Carla C. & CHAVES, C. de. Espaços e tempos da política. Relume Dumará, 2004.

Bibliografia Complementar

CALDEIRA, Teresa P. do R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela. Cultura com aspas. Cosac Naify, 2009.

D'ARAUJO, MARIA CELINA SOARES. Redemocratização e mudança social no Brasil. FGV, São Paulo, 2014.

MOISÉS, J. A & MENEGUELLO, R. Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade.SP: Cortez, 2010.

Código: ESHR005-13

Quadrimestre: 7º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: Estado e desenvolvimento econômico no Brasil Contemporâneo é um curso interdisciplinar que reúne temas afins das áreas de Economia e Políticas Públicas. No curso, são apresentadas as linhas gerais das políticas governamentais adotadas em diferentes períodos de destaque da economia brasileira, buscando a compreensão do estudante sobre o papel do Estado no fomento do desenvolvimento econômico e social. A disciplina apoia-se em uma abordagem histórica enfocando as principais fases da economia brasileira entre os séculos XX-XXI e esboça um panorama global do crescimento econômico e da melhoria das condições sociais.

Ementa: 1. Uma Economia em Transição (1930–1950): A crise do modelo agroexportador; os mecanismos de defesa do setor cafeeiro; o processo de industrialização nacional por substituição de importações – (periodização: anos 30 a meados dos anos 50). 2. A Era JK - o Plano de Metas e a Industrialização Pesada (1956-1960): O plano de metas: seus objetivos e instrumentos; as transformações estruturais decorrentes do plano; 3. A Crise dos Anos 60 - (1960-1972): A desaceleração do crescimento; a inflação; as políticas de estabilização, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG); as reformas institucionais; 4. O "Milagre Econômico": A recuperação do crescimento econômico; as políticas expansivas; 5. A desaceleração e as inflexões na política econômica (1974 a 1984): Os determinantes da desaceleração; o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico; 6. Os Planos Recentes de Estabilização nos anos 80 e 90 e (1985 – 1990): Resumo dos Planos Cruzado (1986), Bresser (1987) Verão (1989) e Collor (1990); os Planos Plurianuais; 7. O Governo FHC (1994-2002): O Plano Real e a Estabilização da Economia (1994 e 1999); as Políticas de Enfrentamento das Crises Externas (1999); os Programas Sociais; a Reforma do Estado; os PPAs. 8. O Governo Lula: Continuidade e Mudanças nos Rumos da Economia – (2003-2010): Os PPAs; os Programas Sociais; o PAC.

Bibliografia básica

- IGLECIAS, W.; LEOPOLDI, M. A. P.; MANCUSO, W. P. (eds.). Estado, e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Atlas, 2010.
- GREMAUD, Amaury P.; Vasconcellos, Marco A. S.; Toneto Júnior, Rudinei. “Economia Brasileira Contemporânea”. 7ª Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2007.
- ARAÚJO DE SOUZA, Nilson. “Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula”. 2ª Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

Bibliografia complementar

- BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a economia mundial. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.

- BAUMANN, Renato (organizador). Brasil: uma década em transição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: 34, 1996.
- CASTRO, Antonio Barros; PIRES DE SOUZA, Francisco E. A economia brasileira em marcha forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. “Formação Econômica do Brasil”. 24ª Edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1991.
- GIAMBIAGI, Fábio; Villela, André; Barros de Castro, Lavínia; Hermann, Jennifer. “Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)”. 9ª Reimpressão, Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. “Repensando a Dependência”. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.
- TAVARES, Maria da Conceição ; FIORI, José Luís. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1993.
- VELOSO, João Paulo dos Reis (Coordenador). Brasil em mudança. São Paulo: Nobel, 1991.

Código: ESHP007-13

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: A CF 88 renovou o federalismo brasileiro, ao promover intensa redistribuição de competências entre as esferas de governo e ao elevar o município a ente federativo. Esta disciplina visa fornecer aos alunos conhecimentos fundamentais acerca das complexas interrelações entre as unidades subnacionais na produção e sobretudo na implementação das políticas públicas no país.

Ementa: origens e desenvolvimento da questão federativa no Brasil: o pêndulo centralização/descentralização; o federalismo na República Velha; a centralização autoritária: Vargas e o regime militar; a dinâmica estadual na Democracia Populista; o federalismo na Assembleia Constituinte; a moldura federativa na CF 88; competências na federação: a competências legislativas; as competências normativas; receitas e encargos entre União, estados e municípios; as elites estaduais e as políticas públicas; o federalismo brasileiro: uma questão em aberto.

Bibliografia básica

ANDERSON, G. Federalismo – uma introdução. Editora FGV, 2009.

ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Revan, Fapesp, 2000.

REGIS, A. O novo federalismo brasileiro. Editora Forense, 2008.

Bibliografia complementar

BURGESS, M. Comparative Federalism: theory and practice. Routledge, 2006.

ELAZAR, D. Exploring Federalism. Alabama University Press, 1987.

FEREJOHN, J.; WEINGAST, B. The new federalism: can the states be trusted? Hoover Institution Press, 1997.

LIPJHART, A. “Divisão de poder: os contrastes federal-unitário e centralizado-descentralizado” (cap.10). Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOUGHLIN, John. Routledge Handbook of Regionalism & Federalism. Taylor & Francis USA, 2011.

SOUZA, C. “Federalismo”. In: MARTINS, C.B. & LESSA, R. (coords.) Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 2010.

Código: ESHC017-13

Quadrimestre: 9º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivos: Discutir os principais aspectos teóricos da decisão do governo de oferecer serviços públicos e promover igualdade baseada em conceitos econômicos de economia do bem estar e administração pública. Compreender como governo aloca despesas e receitas. Discutir escolhas sociais e o processo decisório dessa alocação. Efeitos sobre o bem estar da sociedade.

Ementa: O papel do setor público na economia. Teoria das finanças públicas. Natureza e estrutura das despesas públicas. Modalidade de financiamentos dos encargos governamentais. Orçamento Público. As finanças públicas no Brasil. A Reforma do Estado: economia política do ajuste fiscal, a lógica da privatização e do Estado regulador. Federalismo Fiscal. Tópicos especiais de finanças públicas: o sistema tributário brasileiro, a crise da previdência social e a dinâmica da dívida pública.

Bibliografia básica

- ALBUQUERQUE, Claudiano; FEIJO, Paulo Henrique; MEDEIROS, Marcio (eds.). Gestão de finanças públicas, 2. Ed., São Paulo. Editora Atlas, 2008.
- BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (org.) Economia do Setor Público no Brasil, Rio de Janeiro, Elsevier, (10ª. ed.), 2005.
- GIAMBIAGI, F. e ALÉM, A. C. Finanças Públicas- Teoria e Prática no Brasil, (4.ed.) Rio de Janeiro, Campus, 2011.

Bibliografia complementar

- COSTIN, Claudia. (2010). Administração Pública. Rio de Janeiro, Elsevier.
- MATIAS-PEREIRA, J. (2010). Curso de administração pública. Foco nas instituições e ações governamentais (3. ed.). São Paulo: Atlas, parte VIII – Atividade financeira do Estado.
- RIANI, F. Economia do Setor Público – Uma Abordagem Introdutória, 5ª ed, São Paulo, Atlas, 2009.
- SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P.. Macroeconomia. Editora Atlas, 2009.
- STIGLITZ, J. Economics of Public Sector. W. W. Norton & Company, 2001.

Código: ESHP023-14

Quadrimestre: 6º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Interpretações do Brasil

Objetivo: Fazer uma análise da história republicana brasileira a partir da década de 30 quando se configurou a ideia de Brasil liberal e moderno e verificar as mudanças de cenários históricos até os dias atuais, promovendo uma reflexão tanto sobre os períodos democráticos quanto os chamados “de exceção” – Estado Novo (1937-45) e Regime Militar (1964-1984).

Ementa: Getúlio Vargas - A Revolução de 1930 e o Estado Novo. Patrimonialismo, Clientelismo, Coronelismo, Corporativismo e Insulamento Democrático. O 1º. Período Democrático (1945-1964). Ditadura Militar. Transição Política e Redemocratização. Processo Constituinte e a Constituição de 1988. Processo Legislativo e as Relações entre o Presidente e o Congresso Nacional.

Bibliografia básica

GASPARI, E. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. Editora Alfa-Omega, 1983.

Bibliografia Complementar:

FAUSTO, B. (org.), História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III. O Brasil Republicano, vol. 10: Sociedade e política (1930-1964), 9ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA; J. DELGADO, L. (orgs.), O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

GARCIA, N. John. Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. São Paulo, Loyolla, 1982.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. São Paulo, Jorge Zahar Editor, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme. O Cálculo do Conflito: Estabilidade e Crise na Política Brasileira. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

Código: ESHT008-13

Quadrimestre: 6º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: O objetivo da disciplina é dar aos alunos noções sobre as novas práticas da governança pública e de intervenção no desenvolvimento territorial, dando ênfase nas implicações sobre a democracia no sistema federal brasileiro. Recorrendo a exemplos concretos de governança pública territorial, em diferentes escalas, os alunos serão instigados a uma avaliação crítica de tais experiências à luz do referencial teórico proporcionado na disciplina.

Ementa: Estado e administração pública. Federalismo e relações intergovernamentais. Reforma do Estado e modelos de gestão pública. Teoria e prática da governança pública. Teoria democrática e participação pública. Democracia e inovações institucionais. Atores, instituições e redes de políticas públicas. Estado, mercado e movimentos sociais: cooperação e conflitos. Espaços, esferas e escalas na governança territorial. Exemplos e casos.

Bibliografia Básica:

- ARRETCHE, M. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Fiocruz, 2012
- DALLABRIDA, V. R. (Eds.). *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- SOUZA, M. L. de. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel. 2006.

Bibliografia Complementar:

- ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan / FAPESP. 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009). Construindo o Estado republicano. Democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREY, K. Governança urbana e participação pública. RAC- eletrônica - Revista de Administração Contemporânea, 1, 136-150, 2007.
- LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (Eds.). Burocracia e política no Brasil. Desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- MARTINS, P.E.M.; PIERANTI, O.P. (eds.). Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV
- PETERS, Guy B.; PIERRE, Jon (orgs.) Administração pública, Coletânea. São Paulo, Brasília: UNESP, ENAP.
- PHILLIPI JR. A. et al. (Eds.). Gestão de natureza pública e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2012 (Coleção ambiental).

- SANTOS JR., O. A. d.; RIBEIRO, L. C. d. Q. & AZEVEDO, S. d. (Orgs.). (2004).
Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil.
Rio de Janeiro: Revan, Fase.
- SANTOS JR., Orlando Alves dos (2002) Democracia, desigualdades e governança local:
dilemas da reforma municipal no Brasil. Cadernos Metrópole n. 8, pp. 87-103, 2o sem.
Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm/cm8.pdf>
- SANTOS, M. (2007). O espaço do cidadão. São Paulo: Ed. USP, 2007.

Código: ESHP009-13

Quadrimestre: 7º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: o objetivo da disciplina é dar aos alunos noções sobre a constituição histórica das burocracias e da administração pública nas democracias modernas e os seus formatos, incluindo as questões relativas à reforma do Estado. A disciplina também busca debater o papel da burocracia no sistema político e os dilemas que essa forma de poder traz ao regime democrático, sempre trazendo referências internacionais para a análise do caso brasileiro.

Ementa: A evolução histórica da burocracia nas democracias modernas; Tensões e interações entre burocracia e política; Burocracia, Estado e sociedade em regimes democráticos; Formas de organização da burocracia e da administração pública moderna; Burocracia e administração pública no contexto brasileiro: perspectivas históricas e formatação atual; Reforma do Estado.

Bibliografia básica

- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009). *Construindo o Estado republicano. Democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- COSTIN, Claudia. (2010). *Administração Pública*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando; Pacheco, Regina. *Burocracia e Política no Brasil Contemporâneo*, Ed. FGV, 2010.
- PETERS, G. & PIERRE, J. (Eds.) *Administração pública. Coletânea*. São Paulo, Brasília: UNESP, ENAP.

Bibliografia complementar:

- BRESSER PEREIRA, Luiz C.; SPINK, Peter K. Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- FERLIE, E.; LYNN, L. E. J. & POLLITT, C. (Eds.). *The Oxford Handbook of Public Management*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- GOLDSMITH, S., & EGGERS, W. D. (2004). *Governing by network: the new shape of the public sector*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- IPEA (Ed.). (2011). *Gestão pública e desenvolvimento: desafios e perspectivas* (Vol. 6). Brasília: IPEA.
- MATIAS-PEREIRA, J. (2010). *Curso de administração pública. Foco nas instituições e ações governamentais* (3. ed.). São Paulo: Atlas.
- NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília: ENAP, 1997.
- OSBORNE, S. P. (Ed.). (2010). *The new public governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. London, New York: Routledge.
- PAULA, A. P. P. d. (2005). *Por uma nova gestão pública. Limites e potencialidades da experiência contemporânea*. (1ª ed.). Rio de Janeiro-RJ: Editora FGV.

TORRES, M. D. d. F. (2004). Estado, democracia e administração pública no Brasil. (1ª ed.).
Rio de Janeiro-RJ: Editora FGV.

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO

Código: ESHP012-13

Quadrimestre: 7º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: A disciplina visa oferecer ao aluno uma introdução aos principais temas do Direito Administrativo brasileiro, capacitando-o para o trabalho com as fontes normativas. Irá propiciar o contato com as principais leis brasileiras de Direito Administrativo, apresentando os debates atuais desse campo do Direito, ferramenta fundamental para a compreensão, elaboração e acompanhamento das políticas públicas.

Ementa: Princípios do direito público. Atos administrativos. Serviços públicos (administração direta e indireta, agências reguladoras, convênios e consórcios, parcerias público-privadas etc.). Licitação. Servidor Público. Improbidade administrativa.

Bibliografia básica

- JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria Geral das Concessões de Serviços Públicos*. Editora Dialética, 2003.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 2006, Malheiros Editores, 20ª ed.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. “500 anos de Direito Administrativo brasileiro”, em *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº 4, outubro/novembro/dezembro, 2005.

Bibliografia complementar

- MONTEIRO, Vera. *Licitação na modalidade pregão*. São Paulo, Malheiros Editores, 2003.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Contratação direta sem licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade*. Editora Fórum.
- GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. “O regime jurídico das empresas estatais”, em *Direito Público – Estudos em homenagem ao Professor Adilson Abreu Dallari*. Velo Horizonte, editora Del Rey, 2004.
- JUSTEN FILHO, Marçal, *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo, Editora Dialética, 2005.
- MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. *Probidade Administrativa*. São Paulo, Editora Saraiva, 2ª ed. 2002.

Código: ESHP013-13

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Introdução ao Direito Constitucional

Objetivo: A disciplina visa oferecer ao aluno uma introdução aos temas centrais do Direito Constitucional brasileiro, levando-o à compreensão da separação de poderes no direito constitucional moderno. Será analisada a configuração da separação horizontal dos poderes na Constituição Federal de 1988, a questão da responsabilização recíproca e da colaboração entre Poderes. Em um segundo momento, será estudada a separação vertical de poderes (regime federativo), abordando a configuração normativa decorrente do modelo de federalismo adotado no Brasil. Por fim, serão tratados os temas atinentes aos mecanismos de controle de constitucionalidade, os quais ensejam a atuação do Poder Judiciário em questões eminentemente políticas, ou seja, de responsabilidade dos Poderes Executivo e/ou Legislativo.

Ementa: Constitucionalismo, Classificação das Constituições e Sistemas Constitucionais. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. As Constituições Brasileiras. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a relação entre os Poderes. Federalismo e relação jurídica entre entes federados. O controle da constitucionalidade das leis no Brasil.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 2005.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2002.
- KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LOPES, José Reinaldo L. *Direitos Sociais – Teoria e Prática*. Editora Método, 2006.
- MENDES, Conrado H. *Controle de Constitucionalidade e Democracia*. Campus Editora, 2007.

Bibliografia complementar

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discrecionalidade e Controle Jurisdicional*. Malheiros Editores, 2006.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KELSEN, Hans. *Jurisdição constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza, 1992.
- SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2007.

INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Código: ESHP014-13

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivo: capacitar os alunos a entender os principais elementos do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, trazendo para a análise as vertentes políticas, econômicas e sociais envolvidas nessa dinâmica.

Ementa: O que é política pública; Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; Teorias das políticas públicas; Incrementalismo x Reformas; Atores e interesses políticos, sociais e econômicos envolvidos nas políticas públicas; O papel da burocracia e da administração.

Bibliografia básica

- DIAS, Reinaldo. (2012). Políticas públicas - princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas.
- HEIDEMANN, F. C., & SALM, J. F. (Eds.). (2009). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília.
- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.

Bibliografia complementar

- BONETI, Lindomar Wessler (2011). Políticas públicas por dentro. Unijui.
- KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Longmann
- HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (Eds.). (2007). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- LEAL, Fabiola Xavier; GARCIA, Maria Lucia Teixeira (eds. 2012). Análise de políticas públicas: temas, agenda, processos e produtos. São Paulo: Annablume.
- MORAN, M., REIN, M., & GOODIN, R. E. (Eds.). (2008). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press.
- SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAG Learning.
- SILVA, Christian Luiz da (2012). Políticas públicas e desenvolvimento local. Petrópolis: Vozes.

MÉTODOS DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Código: ESHP024-14

Quadrimestre: 6º

TPI: 2-2-4

Recomendação: Não há

Objetivos: O curso visa proporcionar ao aluno uma visão abrangente dos principais problemas metodológicos atinentes às ciências sociais e às políticas públicas, com ênfase em metodologia qualitativa.

Ementa: As propriedades dos campos científicos. Políticas Públicas como um campo multidisciplinar. Institucionalismo de Escolha Racional. Institucionalismo Histórico. Perguntas, Objetos, Hipóteses e Variáveis. Relações Causais. Método Qualitativo vs. Quantitativo. Estudos de Caso; Conceitos e Tipologias. Pesquisas de opinião e previsões eleitorais. Entrevistas; Pesquisa científica e ética.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência. São Paulo: Unesp, 2004.

DURKHEIM, E.; As regras do método sociológico; Martins Fontes Editora

KING, KEOHANE, VERBA (1994). Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. Princeton University Press

Bibliografia Complementar:

BABBIE R. Earl (1990). Survey Research Methods. Cengage Learning

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DA MATTA, R.; Relativizando; Rocco

GIDDENS; Teoria social hoje; Unesp

POPPER, K.; A lógica da pesquisa científica; Cultrix

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4ª ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010

MÉTODOS DE PLANEJAMENTO

Código: ESHT010-15

Quadrimestre: 8º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina tem como objetivo promover uma reflexão sobre crítica sobre as principais ferramentas de gestão das organizações e políticas públicas. Pretende apresentar aos alunos uma visão geral de diferentes conceitos e metodologias utilizados na administração pública ligados ao planejamento, gestão dos projetos e dos processos relacionados às organizações públicas e às políticas públicas. A partir da discussão de diferentes metodologias, pretende-se refletir sobre suas vantagens e limites aos diferentes contextos e a relação entre elas na prática da gestão pública em um contexto democrático.

Ementa: Teoria e métodos em planejamento. Escalas, instituições e atores envolvidos no planejamento. Técnicas e ferramentas aplicadas em processos de planejamento e gestão. Conceitos e metodologias de planejamento na administração pública: Planejamento Estratégico Situacional (PES), Planejamento Estratégico Organizacional, Gestão orientada a resultados, Planejamento participativo, Planejamento físico-territorial. Conceitos e metodologias de gestão de projetos: Método do Quadro Lógico, PMI; Conceitos e metodologias de gestão de processos: Árvore de Processos, Desenho e redesenho de processos. Alinhamento, adequação, avanços e limites das ferramentas de gestão. Estudos de caso e atividades práticas.

Bibliografia Básica:

MATUS, C. *Política, planejamento e governo*. Tomos I e II. Brasília: Editora IPEA, 1993.
IBÁÑEZ, N et all. (Org.). *Política e Gestão Pública em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2011, v.
PHILLIPI JR. A. et al. (Eds.). *Gestão de natureza pública e sustentabilidade*. Barueri: Manole, 2012 (Coleção ambiental)

Bibliografia Complementar:

BROSE, M. (Org.) *Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
DAVENPORT, T. *Reengenharia de processos*. S. Paulo, Campus, 1994.
GTZ. Zopp: *Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos*. Agência GTZ, 1998.
INNES, J. E.; BOOHER, D. E. *Planning with complexity*. New York: Taylor&Francis Group, 2010 [e-book].
KAPLAN, Robert e NORTON, David P. *Mapas Estratégicos – Balanced Scorecard*. Campus, 2004.
MAXIMIANO, A. C. A. *Administração de Projetos: Como Transformar Idéias em Resultados*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
OOSTERLYNCK, S.; VAN DER BROECK, J.; ALBRECHTS, L.; MOULAERT, F. *Strategic Spatial Projects: Catalysts for Change*. New York: Taylor&Francis Group, 2011 [E-book].
POISTER, T. H.; STREIB, G. Elements of strategic planning and management in municipal government: status after two decades. *Public Administration Review*, v.65, No. 1. Jan/Fev, pg. 45 - 55, 2005.

Código: ESHP016-13

Quadrimestre: 6º

TPI: 2-2-4

Recomendação: Introdução à Probabilidade e Estatística

Objetivo: Esse curso visa apresentar os conceitos básicos e pressupostos teóricos dos métodos de inferência estatística, voltando-se à sua aplicação prática e analítica na pesquisa social sem a realização de demonstrações matemáticas. As aulas incluirão a aplicação práticas dos métodos estatísticos para a análise e construção de bancos de dados característicos das ciências sociais.

Ementa: Inferência causal. Limites e possibilidades da inferência estatística. População, amostra, parâmetros e estatísticas. Amostragem. Introdução às variáveis aleatórias contínuas: conceitos, modelos probabilísticos e parâmetros. Distribuição amostral da média e da variância. Teorema do Limite Central. Estimação por ponto e intervalo. Propriedades dos estimadores. Testes de hipótese para proporções, média e comparação de duas médias (com variância conhecida e desconhecida). Tipos de erros. Poder do teste e nível descritivo (P-valor). Regressão linear simples: pressupostos, estimação e análise de resíduos. Testes qui-quadrado (aderência, homogeneidade e independência). Análise de variância (ANOVA).

Bibliografia Básica:

BUSSAB, Wilton. de O., MORETTIN, Pedro. A. Estatística Básica. 6ª edição. Editora Saraiva, 2010.

FARBER, Betsy; LARSON, Ron, Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009;

LEVIN, Jack; FOX, James Alan, Estatística para ciências humanas, São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, D. R., SWEENEY, D. J., WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2ª ed., CENGAGE Learning. 2011.

ASQUITH, David. Learning to live with statistics: From concept to practice. Colorado, EUA: Lynne Rieder Publishers, 2008;

MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: Probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010;

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 3 edição, 2001.

Código: ESHP025-14

Quadrimestre: 9º

TPI: 0-4-4

Recomendação: Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas; Métodos de Planejamento.

Objetivo: ampliar o conhecimento crítico e analítico das políticas públicas ao longo de seu ciclo (definição de agenda, formulação, implementação, avaliação e monitoramento), assim como dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que permeiam essas etapas. Contribuir com o conhecimento sobre as políticas públicas do ponto de vista teórico e empírico e proporcionar maior interação com outras instituições acadêmicas, com a sociedade civil e com o poder público em seus temas de pesquisa, apoiando esses atores nos processos de políticas públicas.

Ementa: estudos de caso desenvolvidos em laboratório voltados à aplicação de ferramental de análise de políticas públicas. Áreas temáticas: políticas sociais, desenvolvimento local e regional, infraestrutura, cultura e comunicação, participação e controle social, gestão pública, transparência e acesso à informação.

Bibliografia Básica

- HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (Eds.). (2007). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.
- YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4a ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010

Bibliografia Complementar

- HEIDEMANN, F. C., & SALM, J. F. (Eds.). (2009). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília.
- MARCHETTI, V (org). (2013). Políticas Públicas em Debate. São Bernardo do Campo: ABCD Maior e UFABC.
- MORAN, M., REIN, M., & GOODIN, R. E. (Eds.). (2008). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press.
- PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de dados qualitativos: Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 3 edição, 2001.
- SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAG Learning.

Código: ESHP030-14

Quadrimestre: 10º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há.

Objetivo: Propiciar ao aluno o conhecimento das Contas Públicas no Brasil e do processo de alocação de recursos fiscais no país, fonte essencial para o financiamento da larga maioria das políticas públicas.

Ementa: Receitas e despesas: as bases materiais do Estado; as Contas Públicas no Brasil: o Código de Contabilidade Pública; a Lei 4.320/64; o Orçamento Público na CF 88; Executivo, Legislativo e o processo legislativo-orçamentário; políticas públicas e política orçamentária; o controle interno e o controle externo; o SIAFI; o papel dos Tribunais de Contas. Transferências constitucionais. Processos orçamentários nos diferentes níveis federativos.

Bibliografia básica

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. Política orçamentária no presidencialismo de coalizão. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GIACOMINI, J. Orçamento público. Atlas, 2007.

PISCITELLI, R. B. e TIMPO, M. Z. F. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

CASTARDO, H. F. Tribunal de Contas. Millenium Editora, 2007.

MOREIRA, B. R. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público. Juruá, 2008.

RESENDE, F. e CUNHA, A. O orçamento público e a transição do poder. São Paulo: FGV, 2003.

ROCHA, A. S. C. O Congresso Nacional no processo orçamentário pós-constituente. Recuperando o 'poder sobre as finanças?'. Dissertação de Mestrado. FFLCh-USP, 1996.

SICSÚ, J. (org.). Arrecadação e gastos públicos. De onde vêm? Para onde vão? Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

Código: ESHP026-14

Quadrimestre: 11º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Conflitos Sociais; Cidadania, Direitos e Desigualdades.

Objetivos: A disciplina tem por objetivo estudar as interações e relações entre Movimentos Sociais, processos participativos e políticas públicas. A partir da discussão do conceito de sociedade civil e movimento social (e suas transformações) no final do século XX, a matéria vai debater e identificar os processos de participação dos movimentos sociais, grupos de interesse e outras formas de representação da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas na contemporaneidade e sua relação com o Estado.

Ementa: Relações e conceitos sobre Estado e Sociedade Civil; Conflitos entre Estado e Sociedade civil – movimentos sociais; Mudança do perfil e dos modelos de atuação dos Movimentos Sociais; Crise do Sindicalismo; Emergência do terceiro setor; Democracia e participação política; Reforma do Estado; Mecanismos de participação da Sociedade Civil; Participação social e políticas públicas; Iniciativas de participação social.

Bibliografia Básica:

- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 2008, 14.1: 43-64.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar:

- AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander; MARQUETTI, Adalmir. A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. Cortez Editora, 2003.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*, 1998, 13.37: 5-31.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 2009, 76.49-86.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio; CHAIA, Vera. Gestão municipal: descentralização e participação popular. Cortez, 2002.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley, et al. Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Vozes, 2005.
- MAIA, Rousiley CM. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*. ISSN 1982-6672, 2008, 2: 110-134.
- MARQUETTI, Adalmir. Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo. Xamã, 2008.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública. FGV Editora, 2009.

RODRIGUES, Leôncio. Destino do sindicalismo. Edup, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.
São Paulo: Boitempo, 2007.

Código: ESHP027-14

Quadrimestre: 11º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há.

Objetivo: Fornecer aos alunos ferramental teórico e prático para compreender e avaliar a importância do poder e da democracia local no contexto atual do país, assim como seus dilemas, possibilidades e desafios, incluindo a intermediação com outras esferas de poder. Analisar aspectos políticos, administrativos, econômicos, culturais e sociais do poder local e suas implicações para o desenvolvimento e as desigualdades regionais.

Ementa: Fundamentos históricos do poder local; o local no contexto nacional e global – a glocalização e as escalas do poder; o poder local no federalismo brasileiro – as ambivalências da descentralização; a governança regional e metropolitana; as câmaras municipais e o poder executivo; a democratização do poder local: conselhos, orçamento participativo e outras inovações democráticas – avanços e limites; a sociedade civil e a cidadania local; o poder local no contexto da sociedade da informação; o poder local nas políticas públicas para o desenvolvimento e as desigualdades regionais; os vícios da cultura política no poder local – mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, autoritarismo e outros “ismos”.

Bibliografia básica

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
SANTOS JR., O. A. d.; RIBEIRO, L. C. d. Q. & AZEVEDO, S. d. (Orgs.). (2004).
Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil.
Rio de Janeiro: Revan, Fase.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, Fernando L. SOARES, Márcia M. (2001). Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.
ANDRADE, R. d. C. (org., 1998). Processo de governo no município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: Ed. USP.
BOURDIN, A. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A. 2001
CUNHA, M.A.; FREY, K.; DUARTE, F. (orgs.). Governança local e as tecnologias da informação e comunicação. Curitiba: Ed. Champagnat, 2009.
DOWBOR, L (2008). O que é poder local? (Edição revista e atualizada em 2008). Disponível em: <http://dowbor.org/principais-livros/>.
DOWBOR, L. (1998). A reprodução social. Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
FREY, K. (2007). Governança urbana e participação pública, RAC-eletrônica - Revista de Administração Pública 1 (1), 136-150.
GUERREIRO, E. P. Cidade digital: Infoinclusão social e tecnologia em rede. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

- HARVEY, D et al., Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, Boitempo, 2013.
- IVO, Anete B. L. (2001). Metamorfoses da questão democrática. Governabilidade e pobreza. Buenos Aires: Clacso.
- KLINK, Jeroen; A Cidade-Região. Regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MAGALHÃES, F. (Ed.), Regiões metropolitanas no Brasil: Um paradoxo de desafios e oportunidades. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (2000). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan
- SANTOS, M. (2007). O espaço do cidadão. São Paulo: Ed. USP, 2007.
- SASSEN, S. (2007). Sociologia da globalização. Penso.
- SOUZA, C. (2007). Regiões metropolitanas: reforma do regime político e vazio de governança. In E. DINIZ (Ed.), Globalização, Estado e desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio (pp. 235-261). Rio de Janeiro: FGV.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VAINER, C.B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Anais dos encontros anuais da ANPUR, Rio de Janeiro, v.9, 2001
- VAINER, C.B. Lugar, região, nação, mundo. Explorações Históricas do Debate acerca das Escalas da Ação Política, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.8, n.2 / Novembro 2006, Rio de Janeiro, pp.09-29.
- VITALE, D. Democracia direta e poder local. A experiência brasileira do orçamento participativo. In: COELHO, Vera Schattan P. & NOBRE, Marcos (eds.). Participação e Deliberação. São Paulo: Editora 34, 2006.

Código: ESHP028-14

Quadrimestre: 10º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há.

Objetivos: A disciplina dará ao estudante uma visão sobre os novos desafios para as políticas públicas originados na transição para sociedades informacionais. Além de apresentar a ação dos Estados para a implementação e disseminação das tecnologias da informação e comunicação, discutirá os efeitos da formação de redes digitais no mercado, na sociedade civil e na organização do poder nas democracias.

Ementa: Teorias da Sociedade da Informação. Implicações das Tecnologias da Informação e Comunicação nos Estados e Mercados. Políticas da Internet e na Internet. Inclusão digital, Conectividade e Infraestrutura Informacional. Implantação de governos digitais em rede. e-Democracia e Cidadania Digital. Participação Online e Esfera Pública Interconectada. Governos abertos e eTransparência. Tecnologias de Informação e Comunicação Para a Gestão Pública. Políticas de Governança e Regulamentação da Comunicação em Rede. Tecnologias Livres, Abertas e Proprietárias. Neutralidade de rede. Protocolos, Códigos, Controle e Privacidade.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CETIC. Pesquisa TIC Governo Eletrônico. São Paulo CETIC, 2013.

EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002,

Bibliografia Complementar:

BONILLA, M.H.S.; PRETTO, N. (Org.). Inclusão digital polêmica contemporânea. Salvador: Editora da UFBA, 2011.

GOMES, Wilson et all. Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS, André (Org.). Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: editora 34, 2003.

SILVEIRA, S.A.(Org.). Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks. / São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil : Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

Código: ESHP018-14

Quadrimestre: 8º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há.

Objetivo: A disciplina objetiva oferecer aos alunos uma análise dos processos de formação e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, perpassando as principais áreas de atuação do Estado nas políticas sociais, com especial atenção para as questões relativas à cidadania e às desigualdades sociais no Brasil.

Ementa: O conceito de cidadania. Estado de bem estar social. Surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Seguridade Social. Política de previdência. Política de saúde. Política de assistência social. Política de educação. Política habitacional.

Bibliografia básica

CARVALHO, José Murilo (2001). A Cidadania no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova, São Paulo, n. 24, Sept. 1991.

HARTLEY, Dean. Social Policy. Polity, 2012.

Bibliografia Complementar

DRAIBE, S. (1989). "As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84". In: Soares, Gláucio^a D. e D'Araújo, Celina (1994). 21 Anos de Regime Militar. Rio de Janeiro: FGV.

DRAIBE, Sonia. "A política social no período FHC e o sistema de proteção social". Tempo Social. USP. nov 2003, pp. 63-101. 2003.

FARIA, C.A, Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar social. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 39, 1998

HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

WERNECK VIANA, M. (1997). "Benefícios privados, vícios públicos: dilemas atuais da seguridade social no Brasil." In: Diniz, E. e Azevedo, S. (org.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. UNB/Enap.

WERNECK VIANA, M. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ/REVAN, 1998.

Código: ESHP019-13

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Estado e Relações de Poder

Objetivo: Pretende-se analisar os fundamentos da organização do Estado contemporâneo, enfocando a questão da cidadania, os diferentes modelos da democracia em contraposição com os regimes autoritários, fascistas e totalitários. Refletir sobre diferentes correntes interpretativas e teorias sobre os diversos regimes e formas de governo.

Ementa: A democracia dos antigos e dos modernos. A democracia ideal: Poliarquia. Modelos de democracia e instituições políticas e variações institucionais assumidas pelo regime democrático. Fascismo enquanto fenômeno mundial de grande expressão nas sociedades europeias do século XX: nacional-socialismo alemão e holocausto. Fascismo italiano e sindicalismo. Diferenças entre autoritarismo e totalitarismo. Utilização de laboratório multimídia para análise de imagens e áudio sobre as questões discutidas e análise do acervo fílmico que retratam regimes e formas de governo. Além disso, laboratório didático para análise sobre regimes.

Bibliografia Básica

- ARENDT, Hannah, As origens do totalitarismo, anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia complementar

- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco & MATTEUCCI, Nicola. Dicionário de Política. 2ª edição. Brasília: UnB, 1986.
- HOBBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos. São Paulo; Cia da Letras, 1995.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). A Opção parlamentarista. São Paulo: Sumaré, 1991.
- NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia. WMF Martins Fontes, 2011.
- PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido. Martins Fontes, 2005.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. WMF Martins Fontes.

Código: ESHP020-13

Quadrimestre: 12º

TPI: 2-2-4

Recomendação: Não há.

Objetivo: Discutir temáticas relacionadas ao Tempo Presente, tanto referentes a aspectos conceituais - discussão do conceito de modernidade e contemporaneidade - como também à análise de movimentos políticos, culturais e sociais da atual sociedade contemporânea. Utilização de dois laboratórios: laboratório da contemporaneidade para oficinas relacionadas a temas contemporâneos e o laboratório de multimídia para novas linguagens a serem usadas para desenvolver assuntos relacionados à mídia e à sociedade globalizada.

Ementa: Conceitos de contemporaneidade/modernidade. Sociedade do consumo e os distúrbios da Contemporaneidade. Teorias da Globalização. Revoluções e guerras. Socialismo, liberalismo, neoliberalismo e Estado de bem estar social. Movimentos culturais na Contemporaneidade. Movimentos migratórios e imigratórios na contemporaneidade. Terrorismo e fundamentalismos contemporâneos. Novas tecnologias de informação e suas aplicabilidades na sociedade. Mídias e modernidades.

Bibliografia básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999

FEATHERSTONE, M. (Org.), Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.

Bibliografia complementar

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BAUMANN, Z. Modernidade Líquida, 2001. Zahar

PORTO JR., Gilson. (org). História do Tempo Presente. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

REIS FILHO, Daniel A, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs). O século XX. v. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SUBIRATS et al. Colectivo Política en Red, Repensar la política en la era de los movimientos y las redes, Edit.Icaria, Barcelona, 2007

Código: ESHP029-14

Quadrimestre: 10º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há.

Objetivos: a presente disciplina visa apresentar aos alunos as principais teorias utilizadas para o estudo da administração, com ênfase na sua aplicação à área pública nos três setores (público, privado e não-governamental), buscando sempre um olhar voltado para a operação da organização. Também é objetivo da disciplina tratar de questões como os modelos, princípios e técnicas de desenho organizacional e de processos no setor público.

Ementa: Conceitos básicos de administração. Organizações e administração. Organizações como fenômeno social, cultural e político. Panorama das abordagens teóricas e visões sobre a administração: clássica, sistêmica, estruturalista, humanística, cultural-comportamental, psíquica. Administração pública e privada. O campo disciplinar da administração pública. A governança das organizações públicas: processos decisórios e processos de controle. Desenho organizacional no setor público: modelos, princípios e técnicas. Modelos de gestão: por desempenho, por competências, etc. Cultura e mudança organizacional. Tendências e inovações na gestão pública

Bibliografia básica:

BERGUE, Sandro T. Modelos de Gestão e Organizações Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. RS, Educs. 2011
DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. Cengage Learning. 2011
PETERS, G. e PIERRE, J (orgs). Administração pública – Coletânea. ENAP, Brasília, 2010.

Bibliografia complementar:

ENAP. Prática Indicada: Transformação do Atendimento da Previdência Social Brasileira. Indicação para o Prêmio Boas Práticas das Nações Unidas. Brasília, 2009.
MOORE, M. H. Criando valor público: gestão estratégica no governo. Brasília, ENAP, 2002.
MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.
MOTTA, F. Teoria das Organizações: Evolução e Crítica. Pioneira Thomson Learning. São Paulo: 2001.
MOTTA, Fernando. P. e VASCONCELOS, Isabella. F. G. Teoria geral da administração. São Paulo : Thomson Learning Pioneira, 2006.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

Código: ESHP902-14

Quadrimestre: 12º

TPI: 2-4-6

Recomendação: Observatório de Políticas Públicas

O aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão. Este trabalho será discutido e realizado na disciplina TCC de Políticas Públicas, a ser cursada preferencialmente no último quadrimestre do curso. O TCC segue o formato de seminários de pesquisa, sob a supervisão de um professor responsável credenciado ao BPP, que deverá discutir o andamento dos trabalhos.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado deverá ser resultado de um desdobramento de iniciação científica ou do PDPD realizado pelo aluno, de continuidade de um trabalho desenvolvido no Observatório de Políticas Públicas ou uma monografia. Em qualquer desses casos, tal trabalho deve estar voltado para a área de políticas públicas.

O TCC deverá ser orientado por professor da UFABC e defendido perante uma banca, presencial ou não, conforme determinação do orientador, composta pelo orientador e mais dois professores adicionais.

Assim, o Trabalho de conclusão de curso de Políticas Públicas pode ser visto como disciplina prática de 2-4-6.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II

Código: ESHP903-14

Quadrimestre: 12º

TPI: 2-4-6

Recomendação: Observatório de Políticas Públicas

O aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão. Este trabalho será discutido e realizado na disciplina TCC de Políticas Públicas, a ser cursada preferencialmente no último quadrimestre do curso. O TCC segue o formato de seminários de pesquisa, sob a supervisão de um professor responsável credenciado ao BPP, que deverá discutir o andamento dos trabalhos.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado deverá ser resultado de um desdobramento de iniciação científica ou do PDPD realizado pelo aluno, de continuidade de um trabalho desenvolvido no Observatório de Políticas Públicas ou uma monografia. Em qualquer desses casos, tal trabalho deve estar voltado para a área de políticas públicas.

O TCC deverá ser orientado por professor da UFABC e defendido perante uma banca, presencial ou não, conforme determinação do orientador, composta pelo orientador e mais dois professores adicionais.

Assim, o Trabalho de conclusão de curso de Políticas Públicas pode ser visto como disciplina prática de 2-4-6.

TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS DE CT&I NO BRASIL

Código: ESHP021-13

Quadrimestre: 10º

TPI: 4-0-4

Recomendação: Não há.

Objetivo: Proporcionar ao estudante a compreensão dos processos sociais que presidiram a constituição de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil. A disciplina pretende efetuar um breve retrospecto histórico capaz de situar em que circunstâncias a atividade científica desenvolveu-se ao longo do século XX, com especial atenção às ações promovidas pelo Estado a partir da década de 1950. Pretende apontar também como, nas décadas subseqüentes, tais ações variaram de ênfase, segundo as diferentes conjunturas políticas. Atenção especial será dada aos novos instrumentos de apoio ao processo de inovação que vem sendo colocados em prática nos últimos anos.

Ementa: A presença do Estado na criação e manutenção das instituições de ensino e pesquisa. A criação das Universidades. O período do Pós-Guerra: agências de fomento, o investimento na pós-graduação, os planos nacionais de ciência e tecnologia, a demanda e implantação de por órgãos ministeriais. A ação da comunidade científica no período autoritário. Os principais atores que compõem o sistema brasileiro de CTI. A agenda e os desafios do Brasil em política industrial e tecnológica. Novos mecanismos das instituições de fomento e de financiamento para desenvolvimento tecnológico e inovativo brasileiro.

Bibliografia básica

- MCT – Ciência, Tecnologia e Inovação – Desafios para a sociedade brasileira (Livro Verde). MCT, Brasília, 2001.
- FURTADO, J. Sistematização do debate sobre política industrial. Seminário 50 anos BNDES. Rio de Janeiro, setembro de 2002.
- PACHECO, C. A. & CORDER, S. Mapeamento institucional e de medidas de política com impacto sobre a inovação produtiva e a diversificação das exportações. Documento da CEPAL, março de 2010.

Bibliografia complementar

- BAZZO, Walter Antonio. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2011.
- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Os novos instrumentos de apoio à inovação: uma avaliação inicial. CGEE: Brasília, 2009.
- FREITAS, M.C. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. Bragança Paulista/SP: Contexto/CDPAH-IFAN-Universidade São Francisco, 1998.
- MUELLER, C. Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2007.
- PEREIRA, Guilherme R. Ciência e Sociedade. Institucionalização do INPE. São José dos Campos/SP: Rima, 2009.

ANEXO 2: EMENTAS DAS DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA DO BPP

O rol de disciplinas de Opção Limitada do bacharelado em Políticas Públicas consiste tanto daquelas que são oferecidas pelo próprio Curso como por outra que são oferecidas por outros cursos da UFABC. A seguir listamos todas as disciplinas que fazem parte desse rol, indicando o curso a que estão ligadas, e disponibilizamos as ementas daquelas que estão ligadas diretamente ao BPP.

	Disciplina	T-P-I
1	Abordagens Tradicionais das Relações Internacionais {BRI}	4-0-4
2	Administração pública e políticas públicas em perspectiva comparada	4-0-4
3	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do território {BPT}	2-0-2
4	Clima e cultura organizacional {EG}	2-0-3
5	Conhecimento na Economia: Abordagens e Interfaces com as Atividades de CT&I	4-0-4
6	Desenvolvimento Socioeconômico {BCE}	4-0-3
7	Desigualdades Regionais e Formação Socioespacial do Brasil	4-0-4
8	Direito internacional público {BRI}	4-0-4
9	Economia do setor público {BCE}	4-0-3
10	Economia e Meio Ambiente {BCE}	3-0-3
11	Economia política da segurança alimentar {BRI}	4-0-4
12	Economia Regional e Sociedade	4-0-4
13	Economia solidária, associativismo e cooperativismo	4-0-4
14	Geografia política {BRI}	4-0-4
15	História da Política Externa Brasileira {BRI}	4-0-4
16	Indicadores de Políticas Públicas	0-4-6
17	Inovação nos serviços públicos	4-0-4
18	Instituições Judiciais e Políticas Públicas	4-0-4
19	Meio ambiente e Políticas Públicas	4-0-4
20	Métodos e Técnicas de análise de informação para o planejamento {BPT}	3-1-4
21	Modelos de comunicação nas organizações {EG}	2-0-4
22	Modelos e Práticas Colaborativas em CT&I	4-0-4
23	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4-0-4
24	Mudança Tecnológica e Dinâmica Capitalista na Economia Contemporânea	4-0-4
25	Organização do trabalho {EG}	3-1-5
26	Pensamento crítico das Relações Internacionais {BRI}	4-0-4
27	Pensamento Latino-Americano e Políticas de CT&I	4-0-4
28	Perspectivas Analíticas sobre Burocracia	4-0-4
29	Planejamento e Política Ambiental {EAU; BPT}	4-0-4
30	Planejamento urbano e metropolitano {EAU}	3-1-4
31	Política Externa Brasileira Contemporânea {BRI}	4-0-4
32	Políticas Culturais	4-0-4
33	Políticas de Educação	4-0-4
34	Políticas de Infraestrutura	4-0-4
35	Políticas de saúde	4-0-4
36	Política Metropolitana {EAU; BPT}	4-0-4
37	Políticas públicas de gênero, etnia e geração	4-0-4
38	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil {BPT}	4-0-4
39	Política Urbana {BPT}	4-0-4
40	Regime Internacional dos Direitos Humanos e a atuação do Brasil {BRI}	4-0-4
41	Regulação e agências reguladoras no contexto brasileiro	4-0-4
42	Teoria do planejamento urbano e ambiental {EAU}	3-0-4
43	Transportes e mobilidade urbana {EAU}	2-0-4
44	Violência e segurança pública	4-0-4

As disciplinas oferecidas diretamente pelo BPP ou em parceria com outros cursos estão listadas a seguir.

Administração Pública e Reforma do Estado em Perspectiva Comparada.....	68
Conhecimento na Economia: abordagens e interfaces com as atividades de C, T & I	69
Desigualdades Regionais e Formação Socioespacial do Brasil.....	70
Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	71
Economia Regional e Sociedade.....	73
Indicadores de Políticas Públicas	74
Inovação nos Serviços Públicos.....	75
Instituições Judiciais e Políticas Públicas	76
Meio Ambiente e Políticas Públicas	77
Modelos e Práticas Colaborativas em CT&I.....	78
Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	80
Mudança Tecnológica e Dinâmica Capitalista na Economia Contemporânea	81
Pensamento Latino-Americano e Políticas de CT&I	82
Perspectivas Analíticas Sobre a Burocracia	83
Política Urbana	84
Políticas Culturais.....	85
Políticas de educação	87
Políticas de Infraestrutura	89
Políticas de Saúde.....	91
Políticas Públicas de Gênero, Etnia e Geração	92
Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil.....	94
Regulação e Agências Reguladoras no Contexto Brasileiro.....	96
Violência e Segurança Pública	97

Código: ESZP041-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: a disciplina visa apresentar aos alunos a variedade de arranjos e modos de operação da administração pública, assim como as principais questões do setor, tais como a accountability e o gerencialismo. Será dada atenção às experiências de reforma do Estado no Brasil, nos governos federal e estaduais, e no nível internacional.

Ementa: Estado, política e administração pública; Crise e reforma do Estado: as diversas respostas; A Nova Gestão Pública; Formas de responsabilização e accountability da administração pública; A experiência internacional da reforma do Estado; As experiências brasileiras da reforma do Estado; A agenda atual.

Bibliografia básica

- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1998). Reforma do estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP
- NUNES, Edson e outros. Agências reguladoras e reforma do estado no brasil – inovação e continuidade no sistema político-institucional. Editora Garamond .
- PETERS, Guy. La política de la burocracia. Fondo de Cultura.

Bibliografia complementar

- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (2005). Finanças Públicas, Democracia e Accountability. In: Ciro Biderman e Paulo Arvate, orgs. (2005) Economia do Setor Público. Rio de Janeiro: Editora Campus: 75-102.
- OLIVIERI, Cecilia. A lógica política do controle interno. Editora Annablume.
- PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Editora FGV, 2008.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel Starling; AVRITZER L. e outros. Corrupção – ensaios e críticas. Editora da UFMG.
- TORRES, Marcelo Douglas. Estado, Democracia e Administração Pública. Editora FGV, 2004.

CONHECIMENTO NA ECONOMIA: ABORDAGENS E INTERFACES COM AS ATIVIDADES DE C, T & I

Código: ESZC002-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Contribuir para o entendimento sobre o papel do conhecimento na economia e nas estruturas de CTI.

Ementa: Ciência, Tecnologia, Inovação (CTI) e Sociedade: geração e aplicação do conhecimento. Economia da inovação: contribuições da abordagem evolucionista sobre o conhecimento na economia. Abordagens econômicas sobre os mecanismos de aprendizagem e sua relação do conhecimento. As dimensões tácitas e codificadas do conhecimento e o papel das TICs. Abordagens de análise sobre o papel do conhecimento na economia. Sociedade da informação e do conhecimento: análises conceituais e contribuições das abordagens.

Bibliografia básica

- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Introdução, pp. 21-48; e cap. 1, pp. 49-81.
- GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge. The dynamics of science and research in contemporary societies*. Sage, London, 1994. Introdução (pp.1- 16).
- LUNDVALL, B. Å. The social dimension of the learning economy. *DRUID Working Paper 96-1*, Department of Business Studies, Aalborg University, Aalborg, 1996.
- MACHLUP, F. *The production and distribution of knowledge in the United States*. New Jersey: Princeton University Press, 1962. 416 p.

Bibliografia complementar

- CALLON, M. Is science a public good?, *Science Technology and Human Values*, 1994, 19, (4).
- FORAY, D. Characterizing the knowledge base: available and missing indicators. In: *Knowledge management in the learning society*. Paris: OECD, 2000.
- FORAY, D.; LUNDVALL, B. The knowledge-based economy: from the economics of knowledge to the learning economy. In: *Employment and growth in the knowledge based economy*. Paris: OECD, 1996.
- OECD. *Employment and growth in the knowledge-based economy*. Paris: OECD, 1996.
- OECD. *The knowledge-based economy*. Paris: OECD, 1996.
- PAVITT, K. The social shaping of the national science base, *Research Policy*, 1998, 27 (8): 793-805.
- STOKES, D. O Quadrante de Pasteur – a ciência básica e a inovação tecnológica. Editora da Unicamp: Campinas/SP, 2005 (original de 1997), cap. 1.

Código: ESZP001-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: (a) Analisar os efeitos históricos e as heranças do padrão de ocupação territorial no Brasil; (b) Apresentar os grandes ciclos econômicos experimentados durante a formação socioespacial do Brasil e suas implicações para as desigualdades regionais; (c) Analisar a configuração atual da desigualdade regional no Brasil; (d) Compreender as especificidades das grandes regiões em perspectiva histórica; (e) Analisar as possibilidades e os constrangimentos ao desenvolvimento regional e à integração nacional.

Ementa: Padrões de ocupação territorial em perspectiva comparada: Brasil, América Hispânica, Estados Unidos. Ciclos econômicos e heranças estruturais: efeitos de longo prazo da especialização produtiva regional e da concentração econômica e populacional. Evolução espacial da população brasileira ao longo do século XX. Padrões de concentração urbana e metropolização. Padrões de desenvolvimento rural. Redistribuição populacional e econômica na virada para o Século XXI: implicações para a coesão territorial e o desenvolvimento regional e nacional. Amazônia: questão ambiental e novas vantagens comparativas. Nordeste: Semiárido e os polos dinâmicos da economia nordestina. Centro-Oeste: Cerrados e a expansão da agricultura de grãos. Sul e Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas com a desconcentração.

Bibliografia básica

- AFFONSO, Rui de Britto A. (org.) Desigualdades regionais e desenvolvimento. Ed. Unesp/Fundap, 1998.
- ARAUJO, Tania. B. Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.
- DINIZ, Clélio. C. ; LEMOS, M. B. . Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. v. 1. 578 p.

Bibliografia complementar

- MARTINE, George ; MUELLER, Charles . Modernização agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - a década de 1980. Revista de Economia Política, v. 17, n. 3, p. 85-104, 1997.
- VAINER, Carlos. B. . Metrópoles da Periferia e Periferias das Metrópoles. Cadernos do Desenvolvimento, v. 01, p. 236-238, 2008.
- VEIGA, José Eli ET AL. (2001). O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Textos para Discussão, n. 1. Nead.
- SANTOS, Milton. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Ed. Record, São Paulo, 2005.

Código: ESZP046-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Apresentar políticas públicas que definem objetivos e ações em torno de concepções de desenvolvimento sustentável, economia solidária, associativismo e cooperativismo, com foco na multiplicidade de perspectivas teóricas, de metodologias, de demandas e de sujeitos e grupos que estão envolvidos nelas no contexto contemporâneo.

Ementa: Concepções de desenvolvimento sustentável e as críticas aos modelos de desenvolvimento capitalista nas sociedades modernas; concepções de desenvolvimento local e regional; desenvolvimento sustentável, questões ambientais e sociais; concepções de economia solidária e economia social; concepções de associativismo e cooperativismo; histórias do associativismo e do cooperativismo e suas ligações com os movimentos de trabalhadores, sindicais e sociais; resistências, críticas à globalização e às políticas econômicas neoliberais e as redes de economia solidária e social; transformações no mundo do trabalho: desregulamentação, desemprego, reestruturação produtiva e os impactos nas formas de organização do trabalho e dos trabalhadores; contradições e ambigüidades nas políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho: legitimação e questionamento das políticas de geração de emprego e renda e combate à pobreza; políticas públicas de economia solidária, economia social, associativismo e cooperativismo na região do ABC paulista, no Brasil e em outros países.

Bibliografia Básica

- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública. São Paulo: Cortez, 2007.
- FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- GAIGER, Luiz; CATTANI, David; LAVILLE, Jean-Louis. Dicionário internacional da outra economia. Lisboa: Almedina, 2009.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bibliografia complementar

- ALVES, Giovanni. O novo (e o precário) mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

- _____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BECKER, Bertha K.; BUARQUE, Cristovam; SACHS, Ignacy. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DEMOUSTIER, Danièle. A economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais. X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. Disponível em: <http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/dowbor.pdf> Acesso em: 08/10/2009.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Ed. UFRGS, 2004.
- GUERIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.
- PINTO, João Roberto Lopes. Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- ROUILLÉ d'ORFEUIL, Henri. Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento inconcludente, sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- _____. "Economia solidária: entrevista com Paul Singer". Estudos Avançados. vol.22 no. 62 São Paulo Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 08/10/2009.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse? Autores Associados, 2008.

Código: ESZC007-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: 1. Introduzir o debate sobre as relações entre a globalização, a reestruturação produtiva e a dinâmica das economias urbanas e regionais; 2. Analisar os limites e potencialidades de estratégias de desenvolvimento local e regional no atual cenário nacional e internacional; 3 Refletir criticamente sobre o alcance de algumas estratégias concretas de desenvolvimento local e regional.

Ementa: A contextualização do debate acerca do papel do território na economia internacional.. Globalização, reestruturação produtiva e as economias urbanas e regionais. Teorias sobre o desenvolvimento local. Tipologia de estratégias de desenvolvimento econômico local e regional. Experiências nacionais e internacionais de revitalização de economias urbanas e regionais. Perspectivas: economia, governança e mobilização produtiva de territórios.

Bibliografia básica

- DINIZ, C.C., LEMOS, M.B. (Orgs) (2005). Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HARVEY, D. (1989) From Managerialism to enterpreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism, *Geografiska Annaler*, No 1, 1989, pp. 3-17.
- OHMAE, K. O fim do estado nação. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- SASSEN, S. A nova economia urbana: a interseção dos processo globais com a localidade. In: *As cidades na economia mundial*, São Paulo, Studio Nobel, 1998, pp. 75 – 102.
- SENGENBERGER, W e PIKE, F. (1999). Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e política. In: Urani, André, Cocco, GIUSEPPE, Galvão; PATEZ, Alexander (Organizadores). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos. O caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro, Editora DPA.

Bibliografia complementar

- LEE, R. e WILLS, J. (Eds.) (1997). *Geographies of economies*. London: Arnold Publishers.
- ROJAS, E., CUADRADO ROURA, J.R. e GÜELL, José Miguel Fenández (Orgs.). *Gobernar las metrópolis*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo e Universidade de Alcalá de Henares, 2005.
- WORLD BANK. *Reshaping Economic Geography*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development, 2009.

Código: ESZP042-14

Quadrimestre: livre

TPI: 0-4-6

Recomendação: não há

Objetivo: A disciplina visa oferecer ao aluno uma introdução à análise de indicadores sociais, ferramenta essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas. Será dada ênfase à compreensão das características dos principais indicadores econômicos, sociais, de desenvolvimento humano e de sustentabilidade, tais como: relevância, confiabilidade, sensibilidade, atualidade, replicabilidade etc. Somado a isso, os alunos deverão acessar, manusear e realizar análises com os diversos indicadores disponíveis em bases públicas.

Programa: O que são indicadores e como são criados. Características dos indicadores. Indicadores econômicos. Indicadores sociais. Indicadores de desenvolvimento humano. Indicadores de sustentabilidade. A aplicação dos indicadores nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados e indicadores disponíveis.

Bibliografia básica

- JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Editora Alinea, 2009.
- BARRETO, Alexandre S. Análises estatísticas multivariadas e indicadores. LGE Editora, 2010.
- PEIXOTO, Betânia et all. Organizador: Naércio Menezes Filho. Avaliação Econômica de Projetos Sociais. Dinâmica Gráfica e Editora: São Paulo. 2012.

Bibliografia complementar

- ATKINSON, A.B.; CANTILLON, B.; MARLIER, E. Social Indicators – The EU and social inclusion. Oxford USA, 2002.
- CEPAL, GTZ BONNEFOY, J. ARMIJO, M. Indicadores de Desempeño em el sector público. CEPAL, ILPES e GTZ. Chile, 2005.
- GADREY, Jean; JANY-CATRICE, Florence. Os novos indicadores de riqueza. Senac São Paulo, 2006.
- HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- PEREIRA, Julio César R. Análise de dados qualitativos. Edusp, 2004.
- ZOPOUNIDIS, C.; PARDALOS, P. M. Handbook of Multicriteria Analysis. London New York: Springer Heidelberg Dordrecht. 2010.

Código: ESZP043-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: O curso tem por objetivo apresentar aos alunos a abordagem da chamada Nova Gestão Pública, bem como as principais ferramentas de inovação da gestão dos serviços públicos, tanto em termos de modelos gerenciais e de recursos humanos, quanto de inovação tecnológica e “democrática”, com a participação popular na gestão pública.

Ementa: Reforma do Estado e a Nova Gestão Pública. Novas formas de gestão dos serviços públicos: PPP, OSCIP e OSS. Redes públicas na gestão local: câmaras setoriais, consórcios intermunicipais e novos modelos de cooperação intergovernamental. Inovação democrática: a participação popular através dos Conselhos Gestores e do Orçamento Participativo. Inovação tecnológica: governo eletrônico e sistemas de informação.

Bibliografia básica

- AVRITZER, L. e NAVARRO, Z. (orgs.). A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez . 2003.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Editora FGV, 2007.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Lo publico no estatal en la reforma del Estado. Paidós Argentina, 1998.

Bibliografia Complementar

- VAZ, J.C. A delicada disputa pelas cabeças no serviço público brasileiro no Brasil pós-redemocratização. Cadernos ENAP, edição especial, 2006. Disponível em <http://www.vaz.blog.br/texto-vaz-enap-jul2006-v4.pdf>
- ANDRADE, Helenice Vieira de e outros. Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil. Garamond, 2007.
- GRAU, Nuria Cunill. Repensando o público através da sociedade. Revan, 1998.
- PIRES, Roberto et.al. Democracia Participativa e Redistribuição: análise de experiências de orçamento participativa. Editora Xama, 2008.
- VÁRIOS AUTORES. Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. Editora FGV, 2008.

Código: ESZP002-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Discutir como as ações e decisões de diferentes instituições judiciais – Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça, Ministério Público e outros – podem afetar as políticas públicas em suas diferentes fases. A disciplina buscará a literatura comparada, mas destacará o caso brasileiro e o papel exercido pelas instituições judiciais no pós Constituição de 1988.

Ementa: Instituições judiciais; Ciclo de políticas públicas; Constitucionalismo e democracia; Judicialização da política e das relações sociais; Democracia contemporânea.

Bibliografia básica

ARANTES, R. (2002). Ministério Público e Política no Brasil. São Paulo, Sumaré/Educ.

ELSTER, J. e SLAGSTAD, R. (org.). Constitucionalismo e Democracia. Fondo de Cultura Econômica, 2001

GARAPON, Antonie. (1998). O guardador de promessas: justiça e democracia. Lisboa, Piaget.

VIANNA, L. W. (e outros). (1999). *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.

Bibliografia complementar

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). Sistema político brasileiro: Uma introdução. São Paulo, Unesp. 2ª Ed. 2007.

COUTO, C. G e ARANTES, R. (2006). Constituição, governo e democracia no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n. 61.

LIJPHART, Arendt. (2003). Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MADISON, James (et alli). (1993). Os artigos federalistas: 1787-1788. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MONTESQUIEU, Barão de. (1973). O Espírito das leis. São Paulo, 1ª edição, Ed. Abril.

TAYLOR, M. (2007). O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. Dados, v. 50, n. 2, pp. 229-257.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1998) A democracia na América: leis e costumes. São Paulo, Martins Fontes.

TSEBELIS, G. Atores com Poder de Veto. São Paulo, Ed. FGV, 2009.

Código: ESZP044-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: A disciplina tem como objetivo refletir sobre a agenda ambiental, global, nacional e local, suas causas, instituições, atores, modos de apropriação e regimes de propriedade dos recursos naturais, e sua repercussão nas políticas públicas, com ênfase nas políticas ambientais no Brasil.

Ementa: Agenda ambiental, histórico, características e repercussões. Relações entre os tipos de recursos naturais, modos de apropriação e regimes de propriedade. Instituições, organizações e meio ambiente. Políticas públicas na área ambiental. Instrumentos de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Legislação e políticas públicas na área ambiental no Brasil. Impactos e conflitos da agenda ambiental em outras agendas.

Bibliografia Básica

- BARBIERI, J. C.. Desenvolvimento e meio ambiente. As estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CUNHA, Sandra B. da e GUERRA, Antonio J. T. A questão ambiental. Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PHILLIPI JR. A. et al. (Eds.). Gestão de natureza pública e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2012 (Coleção ambiental)

Bibliografia Complementar

- BECKER, Bertha. Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira: bases para a discussão. Brasília: MMA/PNUD 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Comércio e meio ambiente: uma agenda para a América Latina. Brasília: MMA, 2002.
- CAMARGO, A.; RIBEIRO, J. P. C.; PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. (orgs). Meio Ambiente Brasil – Avanços e obstáculos pós-Rio 92. São Paulo: Estação Liberdade. Rio de Janeiro: Instituto Socioambiental e FGV, 2002.
- MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente. Teoria e prática. São Paulo, Campus, 2003.

Código: ESZP004-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Promover reflexões sobre as formas e determinantes do uso de fontes externas para o processo de inovação tecnológica. Analisar as principais limitações ao desenvolvimento dessas práticas.

Ementa: Inovação tecnológica como um processo. Atividades inovadoras e interações com fontes de conhecimento, tecnologia, recursos humanos e financeiros. Abordagens sobre o processo de inovação. Fontes externas e o conceito de sistema nacional de inovação. Redes de inovação, arranjos institucionais e articulações entre os setores público e privado. Questões de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia. A emergência dos modelos abertos de inovação tecnológica: suas tipologias e determinantes.

Bibliografia básica

- CHESBROUGH, H. *Open innovation: the new imperative for creating and profiting from technology*. Boston: Harvard Business School Press, 2003.
- GIBBONS, M. ; LIMOGES, C. ; NOWOTNY, H. ; SCHWARTZMAN, S. ; SCOTT, P.; TROW, M. *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage Publications Inc, 1994.
- LUNDVALL, B.A. "Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation", 1988 In DOSI, G. et alii (eds). *Technical change and economic theory*. London, Pinter Publishers, 1988.
- TEECE, D. Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing and public policy. *Research Policy*, vol. 15, num. 6, p.285-305, 1986.

Bibliografia complementar

- CALLON, M. The dynamics of techno-economic networks. In: COOMBS, R.; SAVIOTTI, P.; WALSH, V. (Eds.) *Technological change and company strategies*. London, Academic Press. pp. 72-102, 1992.
- KLINE, S. Models of innovation and their policy consequences, 1991 In INOSE, H., KAWASAKI, M, & KODAMA, F.(eds). *Science and Technology Policy Research - "What should be done? What can be done"*, The Proceedings of the NISTEP International Conference on Science and Technology - Policy Research, Mita Press, Tokyo, Japan, 1991.
- NOOTEBOOM, B. *Inter-firm collaboration, learning & networks – An integrated approach*. London and New York, Routledge, 2004.
- OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. *Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*, OECD – tradução FINEP, Brasília, 2006.

- SALLES-FILHO, S. L. M.; BIN, A.; FERRO, A. F. (2008) Abordagens abertas e as implicações para a gestão de C,T&I. *Revista Conhecimento e Inovação* (Inova/Unicamp), Campinas, ano 4, n. 1, out./nov./dez. 2008, p. 40-41.
- VALLE, M. G. BONACELLI, M. B. M. SALLES-FILHO, M. B. Aportes da Economia Evolucionista e da Nova Economia Institucional na Constituição de Arranjos Institucionais de Pesquisa. Anais do XXII Simpósio de gestão da inovação tecnológica, Bahia, novembro 2002.

Código: ESZC012-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: 1. Introduzir os limites e potencialidades associados à utilização de modelos econômicos na análise do território; 2. Apresentar exemplos de modelos usados na análise econômica das dinâmicas territoriais; 3. Analisar a utilização de modelos na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento territorial (regional/metropolitano/urbano/rural).

Ementa: Conceitos de modelagem. Limites e potencialidades de modelos na análise das dinâmicas territoriais. Exemplo 1 – A economia de bem estar social e a análise custo-benefício. Exemplo 2 - A economia urbana e o modelo da base de exportação. O Modelo Lowry e a projeção do uso e da ocupação do solo no território urbano e regional. Modelos de insumo – produto. Modelos de fluxo de caixa descontado do mercado imobiliário e da política urbano-regional. Perspectivas: modelos econômicos e a elaboração, execução e avaliação de projetos, programas e políticas territoriais.

Bibliografia básica

- CARTWRIGHT, T.J. (1993). *Modeling the world in a spreadsheet*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press.
- BENDAVID VAL, A. (1991). *Regional and Local Economic Analysis for Practicioners* (4th edition). Westport, Connecticut, London. Praeger.
- KLOSTERMAN, R.E., BRAIL, R.K. and BOSSARD, Earl G. (1993). *Spreadsheet models for urban and regional analysis*. New Brunswick: Rutgers, The State University of New Jersey.

Bibliografia complementar

Apostilas distribuídas em sala de aula.

Código: ESZC013-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Criar um entendimento conceitual sobre o papel da mudança tecnológica e suas implicações para as empresas e para a economia.

Ementa: Principais elementos teóricos da economia contemporânea sobre o papel mudança tecnológica na dinâmica capitalista. Condicionantes do processo de inovação tecnológica e impactos para o crescimento das empresas e da economia.

Bibliografia básica

- DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G. & SOETE, L. (eds.). *Technical change and economic theory*. Londres: Pinter Publishers, 1988.
- NELSON, R. e WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Editora da Unicamp: Campinas/SP, 2005 (original de 1982), cap. 1 e 11.
- ROSENBERG, N. *Por dentro da caixa preta – tecnologia e economia*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (cap. 1 e 2)
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1984, caps. 7, 8, 12.

Bibliografia complementar

- BELL, M. & PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. *Industrial and Corporate Change*, v. 2, nº 2, 1993.
- LUNDVALL, B.A. “Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation”, 1988 In DOSI, G. et alii (eds). *Technical change and economic theory*. London, Pinter Publishers, 1988.
- NELSON, R. & SAMPAT, B. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. *Revista de Economía Institucional*, num. 5, vol. 2, p.17-51, 2001 (artigo original publicado em *Journal of Economic Behavior and Organization*, 44, 1, 2001, p. 31-54)
- SZMRECSÁNYI, T. A herança schumpeteriana. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.
- WILLIAMSON, O. *The economic institutions of capitalism*. Nova Iorque: Free Press, 1985.

Código: ESZP006-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Estudar as contribuições do pensamento latino-americano para a compreensão das especificidades do processo de desenvolvimento na região, com especial atenção às questões que envolvem a formulação de políticas de CTI.

Ementa: A abordagem cepalina. A abordagem neo-schumpeteriana. O papel das empresas multinacionais. O ambiente institucional e as estratégias de desenvolvimento dos países da América Latina. Especificidades e limitações das atividades de pesquisas científicas e tecnológicas na América Latina.

Bibliografia Básica

- FAJNZYLBER, F. Industrialización en América Latina: de la “Caja Negra” al “Casillero Vacio”. *Cuadernos de la CEPAL*, 1989, n. 60, Santiago do Chile.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979.
- HERRERA, A. *Ciencia y Política en America Latina*, Siglo XXI, Mexico, 1971.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, ensaios sobre a Economia Brasileira, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- VESSURI, H. *O inventamos o erramos. La ciencia como Idea-fuerza en América Latina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

Bibliografia Complementar

- DOSI, G. & CASTALDIL, C., Padrões Locais e Divergentes de Aprendizagem Tecnológica em Mercados (Parcialmente) Globalizados – Haverá algo de novo? In: Castro, A. C. (org.), *Desenvolvimento em Debate: novos rumos no mundo*. Mauad: BNDES, Rio de Janeiro, 2002, Vol 1: A Nova Agenda Mundial – Revolução Tecnológica e Integração Global, pp. 75-102.
- FAJNZYLBER, F. Oligopólios, empresas transnacionales y estilos de desarrollo. In: R. French-Davis (org.) *Intercambio y Desarrollo*, El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Económico, Serie Lectures n 38, Vol. 2, Fondo de Cultura Economica, 1981, pp. 162-192.
- LALL, S. Globalização e Desenvolvimento – Perspectivas para as Nações Emergentes. In: Castro, A. C. (org.), *Desenvolvimento em Debate: novos rumos no mundo*. Mauad: BNDES, Rio de Janeiro, 2002, vol 1: A Nova Agenda Mundial – Revolução Tecnológica e Integração Global, pp. 105-115.
- SÁBATO, J. & BOTANA, N. La ciencia y la tecnologia en el desarrollo de América Latina. A. Herrera (ed.) *América Latina: Ciência y tecnologia en el desarrollo de la sociedad*. Colección Tiempo Latinoamericano. Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1970.
- SAGASTI, F. *La política científica y tecnológica en América Latina: Un estudio del enfoque de sistemas*, México, El Colegio de México, Serie Jornadas N° 101, 1983.

Código: ESZP040-14

Quadrimestre: opção limitada

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Este curso tem dois objetivos básicos: entender como a capacidade burocrática se manifesta nos estados administrativos modernos, explicitando as diversas relações de delegação entre políticos e burocratas, e analisar o governo federal brasileiro à luz dessas discussões. O viés metodológico a ser adotado é o institucionalismo de escolha racional.

Ementa: O surgimento do Estado: capacidade estatal e desenho das instituições; Capacidade estatal, concursos e carreiras burocráticas; Burocracia, ministros e secretários-executivos; Burocracia, gerenciamento e cargos de confiança; Estratégia legislativa e controle da burocracia; Burocratas como propositores de políticas públicas; Disputas jurisdicionais entre agências burocráticas; Incentivos financeiros, metas e o trabalho burocrático; Limites cognitivos, “policy learning” e o trabalho burocrático.

Bibliografia básica

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

FUKUYAMA, Francis. *As origens da ordem política: dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa*. São Paulo, Ed. Rocco, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

Bibliografia complementar

ASSIS, Luís Otávio M. & NETO, Mário Teixeira Reis. “Remuneração variável no setor público: investigação das causas do fracasso e implicações para o Estado brasileiro”, *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (Gestão.org)*, v. 9, n. 3, 2011, p. 585-614.

BUCCI, Eugênio. *Em Brasília, 19 horas*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2009.

CARVALHO, Eneuton Dornellas Pessoa. “Salários e política de vencimentos no poder Executivo federal na primeira década de 2000”, in Cardoso Jr., José Celso. (org). *Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro*. Brasília, IPEA, 2011, p. 133-178.

GAETANI, Francisco. “Com quem governar? Dilemas da montagem de equipe no Executivo Federal”, in *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: a nova gestão pública*. Brasília, Ministério do Planejamento, 2002, p. 263-287.

PRAÇA, Sérgio; FREITAS, Andréa & HOEPERS, Bruno. “A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro, 2010-2011”, *Novos Estudos Cebrap*, v. 94, Novembro de 2012, p. 91-107.

WRIGHT, Lawrence. *O vulto das torres: a Al-Qaeda e o caminho até 11/9*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

Código: ESZP047-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Ementa: Políticas urbanas no Brasil e no mundo, processo de produção e apropriação do espaço urbano no contexto do sistema capitalista. Contextualização do processo de urbanização brasileira. Planejamento urbano como campo disciplinar. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. Práticas recentes de planejamento urbano e no Brasil. Articulação das políticas urbana, habitacional, ambiental, saneamento e de mobilidade.

Bibliografia Básica:

- COSTA, G. M.; MENDONÇA J. G. (org.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
- DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.
- HALL, P. *Cidades de amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL, Ministério das Cidades. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Cadernos Ministério das Cidades, n. 1. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.
- HARVEY, D. O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaço & Debates* nº 6, jun/set 1982. São Paulo, Cortez Editora /NERU, 1982.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaços e Debates* nº 6, Jul/set 1982. São Paulo, Cortez Editora /NERU, 1982.
- VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Déak, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

Código: ESZP007-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Apresentar o debate contemporâneo sobre definições do que são políticas culturais, com enfoque nas noções de cultura e de política subjacentes a algumas dessas formulações teóricas. Analisar algumas dessas políticas públicas consideradas como referentes à dimensão cultural do ponto de vista instituições, governos, grupos e sujeitos diversos.

Ementa: Definições de políticas culturais; construções de conceitos de cultura e de política e os debates sobre a centralidade da noção de cultura, das políticas culturais, das indústrias culturais e dos produtos culturais no pensamento ocidental moderno/pós-moderno e na sociedade capitalista contemporânea; críticas as separações entre culturas eruditas, das elites, de massas, populares; interculturalidades, transculturações, sincretismos e hibridismos nos processos culturais; políticas, estéticas e éticas na construção das políticas culturais; sujeitos e grupos das políticas culturais na contemporaneidade; políticas públicas culturais e as esferas local, regional e nacional; políticas culturais e patrimônio histórico; políticas culturais e patrimônio natural; políticas culturais e patrimônio material e imaterial; cidadanias culturais, políticas de identidade e de diversidade cultural; políticas culturais e os discursos sobre as memórias políticas e nacionais; políticas culturais, ciência e tecnologia; políticas culturais e educacionais; políticas culturais e novas tecnologias de informação e comunicação; políticas culturais e as artes; políticas culturais, cinema e audiovisual; políticas culturais e teatro; políticas culturais e artes plásticas e visuais; políticas culturais e música; políticas culturais e cultura popular e regional; políticas culturais, indústria cultural e consumos culturais; leis de incentivo à cultura e críticas ao financiamento das políticas culturais no contexto contemporâneo; histórico e análise de algumas políticas culturais, com destaque para a região do ABC e articulação ou não dessas políticas com políticas regionais, nacionais, internacionais.

Bibliografia Básica

- BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas (orgs.) Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. "Cultura política e política cultural". Estudos Avançados. Vol. 9, n. 23, 1995, pp. 71-84.
- COELHO, Teixeira. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.
- _____. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. 3ª. ed., São Paulo: Iluminuras, 2004.
- EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

JAMESON, Fredric. “Cultura e capital financeiro”. In: A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 217-254.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. Estética e política. São Paulo: Exo Experimental Org./ Ed. 34, 2005.

Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor. A indústria cultural e sociedade. Editora: Paz e Terra Ano: 2002.

BHABA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BRANT, Leonardo. Políticas culturais. Vol. 1, São Paulo: Manole, 2002.

BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. A globalização imaginada. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

DOMINGUES, Diana (org.) Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

DURÃO, Fábio Akcelrud; ZUIN, Antônio; Vaz, Alexandre Fernandez (orgs.). A indústria cultural hoje. São Paulo: Boitempo Ed., 2008.

GEERTZ, Clifford. “A arte como sistema cultural”. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Editora Vozes, 2000. pp. 142-181.

GUATTARI, Félix. Caosmose. Um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

SCHULER, Fernando; SILVA, Juremir Machado (orgs.) Metamorfoses da cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TRIVINHO, Eugênio. A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Código: ESZP039-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Compreender e analisar a política de educação no Brasil através dos tempos e avaliar a relação entre componentes da desigualdade social e o acesso à educação. Analisar, comparativamente, políticas de educação em diversos países. Analisar como o tema da Educação se tornou objeto de interesse público na trajetória da sociedade brasileira. A disciplina pretende apontar como se constituíram os processos de formação e institucionalização do sistema e das políticas e educacionais no Brasil. Deverá, portanto, acompanhar como se conformaram, se expressaram e se confrontaram as forças sociais que promoveram movimentos, debates e ações das quais resultaram a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que assegurou a universalização do ensino público, laico e gratuito.

Ementa: A história da educação no Brasil: um panorama do Brasil Colônia até os dias de hoje. Incluídos e excluídos na trajetória do acesso à educação no Brasil e na América Latina. Os diversos tipos de política de acesso à educação em vários países. Relação entre desigualdade social e educação no Brasil e na América Latina. Educação e Ciência. Para que serve a escola? A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Análise das desigualdades regionais no Brasil a partir da ótica do ensino fundamental. Ações Afirmativas de acesso ao Ensino Superior no Brasil. Ensino particular e ensino público no Brasil. Expansão do sistema público de ensino no Brasil: desafios, contradições e possíveis saídas. Educação Integral. Movimentos sociais e educação no Brasil e na América Latina. Análise das Políticas Públicas de Educação no Ensino fundamental, médio e superior. Educação e violência no Brasil. Família, pobreza e educação. Camadas sociais e educação. Educação e Cidadania. Educação Profissional.

Bibliografia básica

- AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 1963, 804p. (Col. Biblioteca básica brasileira, 4)
- DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).
- PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge (orgs.) et alii. Dilemas do ensino superior na América Latina. Campinas: Papirus, 1994

Bibliografia complementar

- ARELARO, L. R. G. Municipalização no Brasil: tendências e consequências. Educação em Debate (CESA/UFC), Mauá - São Paulo, n. O, p. 27-30, 1998.
- BALL, J. (org) Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIASOTTO, W.; TETILA, L. O movimento reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul – 1978-1988. Campo Grande: UFMS, 1991.

- BITTAR, M. Estado educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 1998.
- BOMENY, Helena. "Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional" in Estudos Históricos. Rio de Janeiro:6 (11): 24-39, 1993
- CUNHA, L. A. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez Niterói: UFF, 1995.
- DAL ROSSO, S. (Org.). Associativismo e Sindicalismo em Educação: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- FERNANDES, M. D. E. Políticas públicas de educação: o financiamento da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul – 1991-1994 (tese de doutorado). Campinas: Unicamp, 2001.
- FERRAZ, M.; GOUVEIA, A. B. Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios. Curitiba: Appris, 2012 (no prelo).
- FERREIRA Jr, A. Professores e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul: 1979-1986. Campo Grande: UFMS, 2003.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Educação e a crise do capitalismo real. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/transformacao.html, acesso em 13/01/05.
- GINDIN, J. Por nós mesmos. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- NOGUEIRA, A. J. F. M. A liberdade desfigurada. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- NOVAIS, Fernando A. e SOUZA, Laura de Mello e (org). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- OLIVEIRA, R. P. Estado e política educacional no Brasil: desafios do século XXI. (tese de livre docência) São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. orelha por BolivarLamounier. RJ/SP: Paz e Terra/Edusp, 1984
- SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Orgs). Políticas educacionais: conceitos e debates. Curitiba: Appris, 2011.
- SPOSITO, M. P. A ilusão fecunda. São Paulo: Hucitec, 2010.
- TEIXEIRA, A. Educação é um direito. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. História da profissão docente no Brasil. São Paulo: Cortês, 2009.

Código: ESZT010-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: o curso tem como objetivo dar aos alunos uma noção ampla sobre as características gerais das políticas de infra-estrutura em termos de atores, interesses e instituições. O curso também visa apresentar e discutir as especificidades históricas, institucionais, legislativas e os desafios dos principais setores de infra-estrutura, como saneamento, eletricidade, energia, transportes e telecomunicações.

Ementa: desenvolvimento histórico das políticas de infra-estrutura no Brasil: governo, burocracia e iniciativa privada; características das políticas de infra-estrutura: interesses, grupos organizados, arenas de poder; regulação e agências; atração de investimentos, riscos, *sunk costs*, contratos e desequilíbrios; legislação, instituições e desafios dos setores: energia, eletricidade, água e saneamento, transportes, telecomunicações.

Bibliografia básica

- ABRANCHES, S. H. H. (1999). Reforma regulatória: conceitos, experiências e recomendações. Revista do Serviço Público, ano 50, no. 2, abril/junho
- LOWI, Theodore J. (1972). Four Systems of Policy, Politics and Choice. Public Administration Review, 32(4), jul-aug, pp 298-310
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2000). A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro: OECD/BNDES.
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatório sobre a reforma regulatória no Brasil: fortalecendo a governança para o crescimento. Casa Civil/Presidência da República: Brasília, 2009. Disponível em www.regulacao.gov.br, acesso em 01/05/2010
- SALGADO, Lúcia Helena; FIUZA, Ricardo. (orgs). Marcos Regulatórios no Brasil: é tempo de rever as regras?. Rio de Janeiro: IPEA, 2009

Bibliografia complementar

- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. (2009). Exame da participação do setor privado na provisão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil: sumário executivo. Brasília: Ministério das Cidades
- LEVY, Brian; SPILLER, Pablo T. (eds.) (1996). Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications. Cambridge, UK. Cambridge University Press
- MAJONE, Giandomenico (1999). Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. Revista do Serviço Público, ano 50, no. 1, janeiro-março

- PIRES, J C L. (2000). Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro. Textos para discussão 76. Rio de Janeiro, BNDES
- SCHNEIDER, Ben Ross. (1994). Burocracia pública e política industrial no Brasil. São Paulo, Sumaré. Caps. 1, 9, 10, 11

Código: ESZP038-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Analisar como se deu institucionalização das políticas e do Sistema Único de Saúde no Brasil. A disciplina pretende compreender como se confrontaram as forças sociais e políticas que promoveram a organização do atual sistema público de Saúde no Brasil, o SUS (Sistema Único de Saúde), aprovado pela Constituição de 1988, bem como os desenvolvimentos institucionais posteriores.

Ementa: Saúde Pública no Brasil antes do SUS: a questão sanitária, a criação do Ministério e dos departamentos específicos, o movimento sanitário e as Conferências Nacionais. A ação dos movimentos sociais e a criação do SUS. O processo de consolidação do SUS: descentralização, participação de estados e municípios, regionalização. A universalização e a judicialização da saúde. Desafios para o aprimoramento do sistema.

Bibliografia básica

- GIOVANELLA, Lúcia et al (orgs). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 65-105.
- LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho e SUÁREZ, Julio Manuel. *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS*. RJ: Fiocruz, 2005.
- MATTA, G. C.; PONTES, A. L. de M. (orgs). *Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007

Bibliografia complementar

- BAHIA, Ligia. Padrões e mudanças no financiamento e regulação do Sistema de Saúde Brasileiro: impactos sobre as relações entre o público e privado. *Saúde sociedade*, 2005, vol.14, n.2, pp. 9-30.
- CORTES, S. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Sociologias*, Jun 2002, no.7, p.18-49.
- LIMA, Luciana Dias. Federalismo fiscal e financiamento descentralizado do SUS: balanço de uma década expandida. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 6, n. 3, p. 573-597, nov.2008/fev.2009
- NEGRI, B e VIANA, A. L. A., (Org). *O sistema único de saúde em dez anos de desafios*. São Paulo: SOBRAVIME, CEALAG, 2002.
- OLIVEIRA, Jaime Antônio de Araújo e TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. (Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1986
- VIANA, ALD. As políticas de saúde nas décadas de 80 e 90: o (longo) período de reformas. In: Canesqui AM (org.) *Ciências Sociais e Saúde para o ensino médico*. SP: Hucitec/Fapesp, 2000. p. 113-133.

Código: ESZP008-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Apresentar um panorama de políticas públicas sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, relações étnicas e intergeracionais, estudando o cruzamento das categorias gênero, etnia, geração e classe no desenvolvimento de políticas públicas. Problematicar concepções universais de sujeito subjacentes às políticas públicas.

Ementa: Concepções de diferença, diversidade, desigualdade, alteridade e identidade, etnocentrismo, estereótipo, preconceito, racismo, sexismo; discriminações; construções do conceito de gênero e a apropriação cultural da diferença sexual; sexualidade, sociedade e política; corpo, sexualidade, etnia e geração; construções de identidades étnicas, de gênero, sexuais e de geração; diferenças de gênero, etnia e geração na organização social e econômica da vida pública e da vida privada; diferenças e desigualdades no trabalho, na educação e na participação política: especificidades das desigualdades de gênero, étnicas e geracionais no contexto das desigualdades em escala local, nacional e global; movimentos feministas, LGBTs, étnicos e geracionais (juventude e “terceira idade”) e as lutas sociais por políticas de reparação e promoção de igualdade; problematização das concepções universais de sujeito, direitos, democracia, igualdade, cidadania e políticas públicas; políticas públicas de combate às discriminações e violências de gênero, étnica e geracional; políticas públicas sobre direitos sexuais e reprodutivos e de reconhecimento da diversidade sexual; políticas públicas afirmativas e de cotas e de reconhecimento da diversidade étnica; políticas públicas e o reconhecimento da diversidade geracional e das relações intergeracionais; cruzamento ou não das categorias gênero, etnia, geração e classe no desenvolvimento de políticas públicas; políticas públicas de gênero, etnia e geração na região do ABC paulista.

Bibliografia Básica

- BARROS, Myriam Lins de (org.) Velhice ou terceira idade? 4ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASHMORE, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus, 2000.
- FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.) Corpo, gênero e sexualidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica. Multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Bibliografia complementar

- CARVALHO, José Jorge. Inclusão étnica e racial no Brasil – a questão das cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Ed. 2005.
- CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? 2ª ed., São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2006.
- EMERSON, Renato; LOBATO, Fátima. Ações afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FONSECA, Cláudia. “Ser mãe, mulher e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (org.), História das mulheres no Brasil. 5ª. Ed., São Paulo: Contexto/Unesp, 2001. pp. 510-553.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Vol. 1, Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GDE - GÊNERO e Diversidade na Escola. MEC/CLAM, Biblioteca Digital CLAM, 2009. Disponível em: <http://clam.org.br>
- GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HARDING, Sandra. “Gênero, democracia e filosofia da ciência”. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan-jun, 2007, pp. 163-168.
- LAVINAS, Lena. “Gênero, cidadania e adolescência”. In: MADEIRA, F. R. (org.) Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Unicef, 1996. P. 11-43.
- _____. “Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553.
- RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (orgs.) Masculino, feminino, plural. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998, pp. 1-17.
- SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade. O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas, 2007.
- SCHIENBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: Edusc, 2001.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. “Juventude e políticas públicas no Brasil”. Revista Brasileira de Educação, n. 24, Rio de Janeiro, set./dez., 2003, pp. 16-39.
- STEARNS, Peter N. História das relações de gênero. São Paulo: Contexto, 2007.

Código: ESZP009-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Identificar e caracterizar as políticas públicas de intervenção territorial no Brasil, destacando seus objetivos, modalidades de ação e alcance dos resultados.

Ementa: Caracterização do processo de urbanização brasileira: questões econômicas, fundiárias, sociais, culturais e ambientais e seus impactos na formação das cidades e regiões. Políticas públicas, produção do espaço e dinâmicas sociais. Agentes e escalas de produção do espaço. Instrumentos de planejamento e gestão do território. Alcances e limitações do planejamento e dos instrumentos normativos. Novos paradigmas de planejamento ambiental, urbano e regional.

Bibliografia Básica

- KLINK, J.. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, nº 2, p. 217-226, maio/ago 2009.
- LEAL, S; M. R. Território e escalas de cooperação e gestão consorciada: o caso francês e seus aportes à experiência brasileira. *Cadernos Metrópole*, nº 20, p. 57-79, 2º sem. 2008.
- SANTOS, M.; et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007
- LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R.. *Brasil século XXI por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2008.

Bibliografia Complementar

- ABRÚCIO, F. L., SOARES, M.. *Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas nº 24, 2001.
- CARDOSO, E. D., ZVEIBIL, V. Z. (orgs.). *Gestão metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996. p. 131-149.
- COSTA, G.M. e MENDONÇA J. G. (Org). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
- DEÁK, C.. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. *Espaço e Debates* (28), 1989.
- DÉAK, C. e SCHIFFER, S. R. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.
- IBGE. *Regiões de Influência das Cidades* - 2007. Rio de Janeiro, 2008. 201p.
- IPEA; IBGE; UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001.
- MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaços e Debates* (6), Jul/set 1982.

- RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p. 525-551.
- RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L. (orgs.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Renavam: FASE, 2003. p. 53-70.
- SANTOS, M.. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- SANTOS, M.. SILVEIRA, M. L.. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- SCARLATO, F. C. (1995). População e Urbanização Brasileira. In ROSSI, J. L. S. (org.) *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Código: ESZP010-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: O objetivo do curso é dar aos alunos noções sobre o papel regulatório do Estado nas economias modernas, compreendendo a base teórica e histórica da regulação e as formas e modelos de ação regulatória do poder público. Será dada ênfase especial ao modelo regulatório brasileiro e às agências reguladoras.

Ementa: Economia de mercado, sociedade e regulação; Tipos e teorias da regulação; O modelo atual de Estado regulador; O papel da regulação para o desenvolvimento econômico e social; Dilemas de autonomia e controle dos reguladores; As formas institucionais de regulação e o modelo de agências reguladoras; Agências reguladoras no Brasil; Regulação no federalismo brasileiro; Desafios atuais da regulação no Brasil.

Bibliografia básica

- PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. *Rev. Adm. Pública*, 40(4), 2006, pp. 523-543.
<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31594.pdf>>
- NUNES, E.; NOGUEIRA, A. M.; COSTA, C. C.; ANDRADE, H. V.; RIBEIRO, L. M. *Agências reguladoras e Reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político-institucional*. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2007.
- OCDE. *Relatório sobre a Reforma Regulatória – Brasil: Fortalecendo a governança para o crescimento*. 2007. Disponível em
<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/casa_civil/publicacoes/ocde_portugues.pdf>

Bibliografia complementar

- BRASIL. Presidência da República. *Análise e Avaliação do Papel das Agências Reguladoras no Atual Arranjo Institucional Brasileiro: Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial*. Brasília, setembro 2003.
- LEVY, Brian; SPILLER, Pablo T. The Institutional Foundations of Regulatory Commitment: A Comparative Analysis of Telecommunications Regulation. *Journal of Law, Economics, & Organization*, 10(2), Oct., 1994, pp. 201-246
- MELO, Marcus André. A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, no. 46, junho 2001.
- MAJONE, Giandomenico. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, v. 50, n. 1, p. 5-36, 1999.
- PÓ, Marcos V; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e *accountability* das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. *RAP – Revista de Administração Pública*, 40 (4), pp 679-698, Jul/Ago 2006. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31601.pdf>>.

Código: ESZP037-14

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivos: Compreender o fenômeno da violência e da segurança pública, com os paradoxos, os desafios e os dilemas postos para a garantia da lei e da ordem e a preservação dos direitos humanos, com discussões teóricas e atividades em laboratório.

Ementa: Curso introdutório que parte de uma abordagem da violência no aspecto macro, buscando maneiras de lidar com tal fenômeno por meio da segurança pública via instituições do Estado Democrático, abordado nos níveis nacional e internacional, além de buscar diferentes métodos de pesquisa na área, aplicando-os em temas correlatos.

Bibliografia básica

LYRA, Rubens Pinto (org.). Participação e segurança pública no Brasil: Teoria e prática. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

SAPORI, Luís Flavio Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas. Editora FGV, 2007.

WILLIAMS, Paul D. (Ed.). Security studies: An introduction. NY: Routledge, 2013.

Bibliografia Complementar

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (org.) Segurança pública e democracia. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2011, acesso no link <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6124>.

CRUZ, M.V.G; BATTUCCI, E.C.(orgs). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FORST, Brian. Terrorism, crime, and public policy. NY: Cambridge University Press, 2009.

TILLY, Charles. The politics of collective violence. EUA: Cambridge University Press, 2003.

ANEXO 3: RELAÇÃO E EMENTAS DE DISCIPLINAS ELETIVAS LIVRES OFERECIDAS PELO BPP

Além das disciplinas abaixo listadas, que poderão ser oferecidas pelo BPP, quaisquer outras disciplinas de outros cursos da UFABC podem ser consideradas disciplinas eletivas livres para totalizar os créditos do Curso.

Análise Social da Família e Implementação de Políticas Públicas	99
Arte, Ciência, Tecnologia e Política.....	100
Atores e Instituições no Regime Militar: 1964-1985.....	101
Ciência, Saúde, Educação e a Formação da Nacionalidade	102
Dinâmicas Socioespaciais do ABC Paulista	103
Diversidade Cultural, Conhecimento Local e Políticas Públicas.....	104
Economia da Inovação Tecnológica.....	105
Ensino Superior no Brasil: Trajetórias e Modelos Institucionais.....	106
Gestão de Projetos Culturais	108
Inovação e Desenvolvimento Agroindustrial	110
Introdução à Prospecção Tecnológica.....	111
Memória, Identidades Sociais e Cidadania nas Sociedades Complexas Contemporâneas .	113
Métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas ambientais	115
Métodos e Técnicas Aplicadas às Políticas Públicas Urbanas	117
Movimentos Sindicais, Sociais e Culturais.....	118
Perspectiva de Análise do Estado e das Políticas Públicas	120
Políticas Públicas de Esporte e Lazer.....	122
Tecnologias sociais.....	124

Código: ESZP045-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Compreender os valores e a constituição familiares para a implementação de políticas públicas que interfiram na dinâmica dessa instituição social.

Ementa: Conceito de família; dinâmica familiar; as várias constituições familiares; laços de parentesco e relações sociais; famílias de camadas populares, camadas médias e classes abastadas; a idéia de casamento; direitos e deveres do casal; ascendência, regras de descendência e filiação; reprodução biológica e social; relações e papéis de gênero; divisão sexual do trabalho; hierarquia de gênero; programas sociais para famílias; políticas públicas de atenção à família: programa de saúde da família; programas de complementação de renda; programas de saúde da mulher; programas de combate à violência doméstica; programas de geração de emprego e renda; programas de educação; formulação de indicadores de acompanhamentos de políticas públicas para a família.

Bibliografia básica

- ACOSTA, A.R. & VITALE, M.A. F. (orgs). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, IEE\PUC, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. Rev. Saúde Pública [online]. 1991, vol.25, n.3, pp. 233-238. ISSN 0034-8910
- SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 10, Rio de Janeiro, 2005.

Bibliografia complementar

- ALMEIDA, A. M. (Org.). Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- CARVALHO, M.C. A priorização da família na agenda da política social, pp. 93-108. In SM Kaloustian (org.). Família brasileira a base de tudo. Unicef-Cortez, Brasília-São Paulo, 1998.
- FARAH, Marta. Gênero e Políticas Públicas. Revista Estudos Feministas, vol. 12, n.1, Florianópolis, Jan/abril, 2004.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. Psicol. USP [online]. 2002, vol.13, n.2, pp. 27-48. ISSN 0103-6564.
- VAITSMAN, J. Dimensões sobre família e gênero no Brasil. RASPP – Revista Associação Pública Piauí 2(1): 63-70, jan-jun, 1999.

Código: ESZP011-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Estudar como as artes são produzidas em interface direta com as ciências, e em ligação estreita com novas tecnologias, sobretudo as de informação e comunicação. Conhecer como arte, ciência e tecnologia configuram os processos de produção e consumo, as relações de poder e as estratégias de controle e políticas públicas vigentes na sociedade contemporânea.

Ementa: Concepções de relações entre arte, ciência e tecnologia no contexto contemporâneo; ligação entre estética e política; novas tecnologias de informação e comunicação; cultura política virtual, musical, visual e audiovisual; convergência de linguagens, cultura digital, hibridismos, percepções e realidades mistas; políticas, éticas e estéticas tecnológicas; simulacros, simulações, mídias e política; estudos de *performance* e política; corpo, política, arte, ciência e tecnologias; transformações cognitivas, relações de poder, estratégias de controle e políticas públicas.

Bibliografia básica

- BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- _____. Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- DOMINGUES, Diana (org.) A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: Unesp, 1997.
- _____. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- GRAU, Oliver. Arte virtual: da ilusão à imersão. São Paulo: Unesp/Senac, 2007.
- GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed 34, 1992.
- LEÃO, Lucia (org.) O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias. São Paulo: Senac, 2005.
- SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (orgs.) Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir. São Paulo: Educ, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Exo Experimental Org./ Ed. 34, 2005.

Bibliografia complementar

- DOMINGUES, Diana (org.). Arte, ciência e tecnologia: passado, presente e desafios. São Paulo: Unesp, 2009.
- _____. Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Unesp, 2003.
- FLUSSER, Vilém. O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade. São Paulo: Anna Blume, 2008.
- DERRIDA, Jacques. Papel-máquina. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- MACHADO, Roberto. Deleuze, a arte e a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Código: ESZP035-14

Quadrimestre: Disciplina Livre

TPI: 4-0-4.

Carga Horária: 48 horas

Objetivos: Muito se fala sobre o regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, mas algumas concepções relativamente equivocadas ainda vigoram: i) a ideia de que todos os “ditadores” tinham projetos semelhantes; ii) a santificação de Ulysses Guimarães e MDB, esquecendo que se tratava de atores políticos ambiciosos e racionais; iii) a noção de que ditadores e ditaduras são iguais e querem se perpetuar no poder indefinidamente. Este curso parte das três questões acima para analisar a ditadura de 1964 a 1985, com base em análises de cientistas políticos, historiadores e jornalistas que retratam o assunto.

Ementa: A disciplina propõe uma visita às instituições políticas do regime militar e seus principais atores políticos. Para isto, mobilizaremos argumentos da ciência política e história, bem como do jornalismo que retrata a época. A principal ideia é contextualizar decisões políticas tomadas entre 1964 e 1985, com o intuito de colocar atores, partidos políticos e instituições em seu devido lugar histórico, sem paixões. Pontos: i) Militares e política no Brasil do século XX; ii) O golpe contra João Goulart; iii) O governo Castello Branco; iv) AI-5 e 1969; v) Um Legislativo submisso?; vi) Os militares e a Arena; vii) Médici e a polícia política; viii) Geisel e o início da abertura; ix) O ocaso com Figueiredo

Bibliografia Básica:

Gaspari, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

Gaspari, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

Gaspari, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

Gaspari, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar:

Faerman, Marcos. "O caso Bensadon", in Faerman Marcos; Portela, Fernando; Souza, Percival de. Violência e repressão. São Paulo, Ed. Símbolo, 1978.

Figueiredo, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1993.

Markun, Paulo. (org.) Vlado. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

Santos, Wanderley Guilherme dos. Cálculo do Conflito. UFMG, 2003.

Schneider, Ben Ross. Burocracia e política industrial no Brasil. São Paulo, Ed. Sumaré, 1994

Teles, Edson e Safatle, Vladimir. (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo, Ed. Boitempo, 2010.

Código: ESZP012-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Estudo de concepções, processos e grupos sociais que, entre o final do século XIX e meados do XX, procuraram articular ideais, práticas e instituições fundamentadas em premissas de “modernização e civilidade” como projeto de reconfiguração da sociedade brasileira. A disciplina apresenta o debate em torno de questões raciais e de interrogações acerca da identidade nacional que se articularam a intervenções no campo político e social. Procura compreender de que modo o trinômio ciência-saúde-educação foi articulado como plataforma de oposição à diáde doença-ignorância e apresentado como signo de modernidade e condição inequívoca de inserção do país em patamares considerados civilizados

Ementa: Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república..

Bibliografia básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. RJ: José Olympio, 1988

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional, Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. RJ: Paz e Terra, 1976, 332p.

Bibliografia complementar

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. RJ/Brasília: José Olympio/INL, 1974

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000

ORTIZ, Renato José Pinto. "Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX" e "Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional" in idem. Cultura brasileira e identidade nacional. SP: Brasiliense, 1994

SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930). SP: Companhia Das Letras, 1993

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. SP: Cia das Letras, 2001

Código: ESZP013-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Discutir o papel da região do ABC no contexto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e nacional. Compreender o processo de estruturação espacial do ABC Paulista, avaliando os processos econômicos, políticos e sociais de ordem geral, bem como as particularidades históricas e especificidades dos recursos ambientais. Identificar e analisar as dinâmicas socioespaciais de reestruturação da região no momento atual.

Ementa: Momentos iniciais da estruturação do ABC Paulista: o subúrbio. Industrialização e urbanização: primeiros núcleos industriais, mobilidade intra-regional. Industrialização e urbanização pós década de 1950: diversificação do parque industrial; migrações e expansão urbana: a produção da periferia. Crise dos anos 1970, reestruturação produtiva e novas dinâmicas econômicas e sociais do ABC.

Bibliografia básica

- KLINK, J. J. A cidade – região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARTINS, J.S.. Subúrbio. São Caetano do Sul, SP, Ed.Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano, 1992.
- SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo. São Paulo, SP, Ed. Nobel, 1992
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

Bibliografia complementar:

- ALVAREZ, I.A.P. A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy, São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.
- Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11092009-164530/>
- CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U.O. (orgs) Geografias das metrópoles, São Paulo, SP, Ed. Contexto, 2006.
- LANGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
- _____. Depoimento, In: Revista Espaço e Debates – Periferia Revisitada, nº 42, São Paulo: ano XVII, 2001, p.85-91
- SHIFFER, S. Globalização e estrutura urbana. São Paulo, SP, Hucitec/ FAPESP, 2004

Código: ESZP014-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Elaborar, a partir do repertório cultural particular dos diferentes e diversos grupos sociais, plano de aplicação de políticas públicas que se utilize do conhecimento local da população e faça sentido para esta.

Ementa: conceitos de cultura; o significado do *ethos* cultural das comunidades locais; diversidade cultural, conhecimento local e visão de mundo dos diferentes grupos sociais; relações interculturais entre o agente de políticas públicas e a população local; relativismo cultural e direitos humanos: uma tensão a ser compreendida para a elaboração de políticas públicas; a noção de choque cultural; identidade social e cultural e valores culturais; a proteção da diversidade cultural como política pública; linguagens culturais e o implemento de políticas públicas; patrimônio imaterial e aplicação de políticas públicas; políticas públicas para populações indígenas; políticas públicas voltadas para saúde e relações de gênero; políticas públicas e *ethos* e pluralismo religioso; políticas públicas e velhice; políticas públicas e infância; imigração, migração e políticas públicas; desenraizamento, estratégias de pertencimento e afirmação da identidade; códigos sociais, violência como linguagem e o papel das políticas públicas; multiculturalismo e educação.

Bibliografia básica

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 1997.

CUCHE, Dennys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

Bibliografia Complementar

FEATHERSTONE, M. O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1997.

HALL, S. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, P.B.G. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SCHWARCZ, Lília M. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. "Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização", in M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.), Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, pp. 41-58, 1996.

SOUZA, Jessé (org.). Multi-Culturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília, Ed. Paralelo 15, 1997.

Código: ESZP015-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Analisar as principais abordagens econômicas relacionadas ao processo de inovação tecnológica, destacando como as diferentes interpretações oferecem suporte à formulação de políticas públicas em CTI.

Ementa: As diferentes abordagens econômicas do progresso técnico. Inovação e teorias da firma. Concorrência schumpeteriana. Os principais elementos da abordagem neo-schumpeteriana: regimes, paradigmas e trajetórias tecnológicas, sistemas de inovação e aprendizado tecnológico. O processo de difusão tecnológica e as escolhas tecnológicas. Formas de aquisição e transferência do conhecimento. Formas de apropriabilidade do esforço inovativo.

Bibliografia básica

- AROCENA, R. & SUTZ, J. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no norte e no sul. In: LASTRES, H. et al. (org). *Conhecimento, Sistemas de inovação e desenvolvimento*. UFRJ/Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.
- DOSI, G. *Mudança técnica e transformação industrial*. Editora da Unicamp. Campinas, São Paulo, 2006. (cap. 2)
- PELAEZ, V. & SZMRECSÁNYI, T. (orgs.) *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.
- TEECE, D. As aptidões das empresas e o desenvolvimento econômico: implicações para as economias de industrialização recente. In KIM, L. & NELSON, R. (orgs.) *Tecnologia, Aprendizado e Inovação – as experiências das economias de industrialização recente*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2005, cap. 4.
- TIGRE, P. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. *Revista Brasileira de Inovação*, 2005, vol 4, num. 1, pp. 187-224.

Bibliografia complementar

- LASTRES, H. M. M. Globalização, informação e conhecimento na nova ordem mundial. *Informare*, vol. 3, n. 1-2, Rio de Janeiro: PPCI/IBICT, 1997.
- NELSON, R. *As fontes do crescimento econômico*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (caps. 2 e 3)
- ROSENBERG, N. *Por dentro da caixa preta – tecnologia e economia*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (cap. 5)
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (cap.7 e 8)
- SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

Código: ESZP018-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Fornecer ao estudante uma visão de conjunto do processo de implantação do ensino superior no Brasil por meio da análise dos percursos históricos e dos modelos institucionais que subsidiaram a criação de instituições de ensino e pesquisa consideradas como referência no país. Apresentar os parâmetros que definem como modelo uma dada instituição ou trajetória institucional e elucidar os mecanismos que conformam tal caracterização. Pretende, desse modo, trazer para o debate a complexidade das relações sociais e dos atores envolvidos na implantação e consolidação de experiências consideradas como referência para o ensino superior no Brasil.

Ementa: A constituição das universidades medievais. A universidade moderna: ensino, pesquisa, laboratório e institutos especializados. O ensino superior no Brasil no século XIX: intercâmbios institucionais e circulação de saberes. A formação jurídica, o ensino de medicina, as escolas politécnicas. A aplicação da ciência: mineralogia, microbiologia, genética. As universidades no século XX: o ensino profissional, a pesquisa científica, e a configuração da comunidade científica. A formação de um sistema de ensino superior no Brasil. A constituição da pós-graduação. O dilema do ensino público versus ensino privado.

Bibliografia básica

- ABREU, Sérgio França de Adorno. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. apres. por Célia Galvão Quirino. Orelha por Paulo Sérgio Pinheiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1988, 268p.
- BENCHIMOL, Jaime L. (coord.) et alii. Manguinhos: do sonho à vida: a ciência na belle époque. apres. por Paulo Gadelha. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), 1990, 270p. ilus.
- CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória, São Paulo: Cia Editora Nacional/Finep, 1978
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1983
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A universidade temporã: da colônia à era de Vargas. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

Bibliografia complementar

- FERREIRA, Antonio Celso, LUCA, Tania Regina de e IOKOI, Zilda Gricoli. Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999
- MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934 - 1952). Campinas/Bragança Paulista/SP, Autores Associados/EDUSF/FAPESP, 2001

- MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Elites em negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo: 1916 - 1931. Bragança Paulista, EDUSF, 2003
- MENDONÇA, Ana Waleska. Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. pref. por Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, 188p.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.) e outros. Política educacional: impasses e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998
- PAIM, Antonio. A UDF e a idéia de universidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981, 148p. (Col. Biblioteca tempo universitário, 61)
- TRINDADE, Hégio (org.). Universidade em ruínas na república dos professores, Petrópolis: Vozes, 1999

Código: ESZP022-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Pretende-se fornecer instrumental teórico e prático para que os alunos tenham subsídios para elaboração de projetos culturais. Fomentar discussão sobre a legislação específica existente no país e direitos autorais. Refletir sobre a diversidade cultural relacionada ao desenvolvimento local, regional e nacional.

Ementa: Conceito de cultura, conceito de gestão. Editais, legislação e direitos autorais. Marketing Cultural. Aproveitamentos e usos de equipamentos culturais. Análise de diferentes expressões artísticas no painel cultural contemporâneo. Políticas culturais e globalização. Etapas do projeto e público alvo. Planejamento administrativo e prestação de contas. Intercâmbios e parcerias. Ações educativas. Os impactos da cultura na transformação social. A relação entre cultura e comunicação. Utilização de laboratório multimídia: análise e comparação de imagens de peças publicitárias para divulgação de projetos culturais; produção de documentários e curtas que enfoquem a valorização da diversidade cultural brasileira.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor. A indústria cultural e sociedade. Editora: Paz e Terra Ano: 2002.
BHABA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 2004.
CESNIK, F. S.; MALAGODI, M. E. Projetos Culturais. 4 ed. São Paulo: Escrituras, 2001.
KERZNER, H. Gestão de Projetos: as Melhores Práticas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Bibliografia complementar

BARROS, José. Márcio. P. M. . Cultura, mudança e transformação: a diversidade cultural. In: III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador.
<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/>, 2007.
BRANT, Leonardo. Mercado Cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
CHAVES, Antônio. Criador da obra intelectual. São Paulo: LTr; 1995.
COELHO, Teixeira. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.
CORÁ, Maria Amélia Jundurian; LUCAS, Angela Christina. Marketing cultural: conceituação e aplicação no estudo de caso do Banco do Brasil. VII SEMEAD, 2003.
EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg a Internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record; 1997.
LIPSZYC, Delia. Derecho de autor y derechos conexos. Argentina: Unesco, Cerlalc, Zavalia; 1993.

- HOYOS, Sílvia Maria Buenaño. O desenvolvimento cultural através da formação profissional do gestor e produtor de eventos culturais. In: *Lato Ssensu*, Belém, v.5, n.1, p. 6, jun, 2004.
- MUYLAERT, Roberto. Marketing Cultural & Comunicação Dirigida. São Paulo: Globo, 2000.
- REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento. São Paulo: Manole, 2007.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Modelagem de Projetos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Código: ESZP023-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Analisar a formação histórica do padrão “moderno” da agricultura. Entender a evolução deste padrão frente à atual forma de organização agrícola e agroindustrial. Debater esses temas a partir das principais teorias de modernização e desenvolvimento tecnológico na agricultura.

Ementa: As origens e a consolidação do padrão produtivista. A “Revolução Verde” e a difusão internacional de tecnologias agrícolas. As atuais transformações tecnológicas, institucionais e organizacionais da pesquisa agrícola e dos principais sistemas e complexos agroindustriais. As contribuições da economia institucional e evolucionária. O atual cenário agrícola e agroindustrial brasileiro.

Bibliografia básica

- BATALHA, M. O.; CHAVES, G. L. D.; SOUZA FILHO, H. M. C&T e I para a produção agropecuária brasileira: mensurando e qualificando gastos públicos. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 47, n. 1, Mar. 2009 .
- BUAINAIN, A. M., SOUZA FILHO, H. M. & SILVEIRA, J. M. J. Inovação tecnológica na agricultura. In: LIMA, D. M. A. & WILKINSON, J. *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. CNPq, Brasília, 2002.
- HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. *Desenvolvimento agrícola, Teoria e experiências internacionais*, Ed. EMBRAPA, Brasília, 1988, 583 p.
- KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; SILVA, J. G.; SILVEIRA, J. M. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, P.; FONSECA, R. B. & BELIK, W. “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.” In Delgado, G. C.; Gasques, J. G. & Villa Verde, C. M. *Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, 1990, 574pp.

Bibliografia complementar

- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M.; BASTOS, E. T. Gastos públicos em agricultura: retrospectiva e prioridades. *Texto para Discussão* 1225, IPEA, Brasília, 2006.
- MANTOUX, P. *A revolução industrial no século XVIII*. UNESP/Hucitec, São Paulo, 1988, 552pp (tradução da versão de 1927).
- PINGALI, P. L.; TRAXLER, G. Changing locus of agricultural research: will the poor benefit from biotechnology and privatization trends? *Food Policy*, n. 27, p.223-238, 2002.
- ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. *Tese de Livre Docência*, USP/FEA, 1995.

Código:ESZP025-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Os estudos prospectivos desafiam os pressupostos sobre como as políticas públicas e os negócios são organizados, encorajando o olhar além das fontes regulares de informação e desenvolvendo novas formas de integrar o conhecimento. Ao utilizar uma abordagem multidisciplinar, este programa encoraja os estudantes a desenvolver as habilidades intelectuais necessárias para criar uma estrutura que permita pensar e antecipar o futuro.

Ementa: Parte 1: Fundamentação teórica i) Princípios básicos e conceitos. Parte 2: O papel da prospecção para o pensamento estratégico e a formulação de políticas i) A prospecção na formulação da política de ciência, tecnologia e inovação de longo prazo. Parte 3: O processo de prospecção tecnológica. i) Objetivos; ii) Patrocinadores; iii) Escolhendo os métodos iv) Implementação; v) Resultados; vi) Avaliação.

Bibliografia básica

- AMSTRONG, J.S (ed.) Principles of forecasting: a handbook for researchers and practitioners. Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers, 2001.
- GEORGHIOU, L. CASSINGENA, J. H, KEENAN, M. MILES, I. POPPER, R..The handbook of technology foresight: concepts and practice. Edward Elgar Publishing. 2009.
- MILES, I.; KEENAN, M.; KAIVO-OJA, J. Handbook of knowledge society foresight. Manchester: Prest, 2002.

Bibliografia complementar

- AMARA, R.; SALANIK, G. Forecasting: from conjectural art toward science. Technological Forecasting and Social Change, New York, v.3 n.3 1972.
- COATES, J.F. Foresight in federal government policymaking. Futures Research Quarterly, 1985
- GAVIGAN, J. P.; SCAPOLO, F. Matching methods to the mission: a comparison of national foresighting exercises. Foresighting. Cambridge, v. 1, n. 6, 1999.
- GODET, M. From anticipation to action – a handbook of strategic prospective. France, UNESCO Publishing, 1993.
- JOHNSTON, R. Experiências nacionais de estudos prospectivos: reflexões da Austrália. In: Seminário Internacional sobre Estudos Prospectivos em Ciência e Tecnologia, Brasília, Brasil. Publicado na Revista Parcerias Estratégicas, n. 10, março de 2001.
- MILES, I.; Keenan, M.; Kaivo-Oja, J. Handbook of knowledge society foresight. Manchester: Prest, 2002.

- NIJSSEN, E.; VAN REDDKUM, R.; HULSHOFF, H. Gathering and using information for the selection of technology partners. *Technological Forecasting and Social Change*, New York, v.67, 2001.
- PORTER, Alan L. et al. Technology futures analysis: towards integration of the field and new methods. *Technological Forecasting and Social Change*, n.49, 2004.
- SANTOS, D.M.; GUIMARÃES, M.C.S.; SILVA, C.H.; COELHO, G.M. Prospecção tecnológica: experiências recentes no Brasil. In: 22nd International Symposium on Forecasting, 2002, Dublin.
- ZACKIEWICZ, M.; SALLES-FILHO, Sergio. Technological foresight: um instrumento para a política científica e tecnológica. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n.10, mar.2001.

MEMÓRIA, IDENTIDADES SOCIAIS E CIDADANIA NAS SOCIEDADES COMPLEXAS CONTEMPORÂNEAS

Código: ESZP026-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Discutir de maneira interdisciplinar os conceitos de *Memória, Identidades Sociais e Cidadania* a partir do cotejamento de diversos estudos na área de Políticas Públicas e das Ciências Humanas em geral, problematizando tal debate no contexto que se estabelece com a configuração da chamada modernidade nas sociedades complexas contemporâneas. Refletir sobre as formas de oralidades na atualidade, valorizando a questão da passagem do oral para o escrito e a rediscussão do oral na atual cultura mediática.

Ementa: Introdução à temática de *Memória, Identidades sociais e cidadania*. Os lugares da memória nas sociedades complexas contemporâneas. O global e o local na cultura: Memória, identidades e cidadania no contexto dos movimentos sociais e culturais brasileiros. Transformações culturais na passagem da cultura oral para a escrita. Identidades em choque e conflitos sociais no Estado democrático de Direito. Do oral para o escrito: entrevistas nas Políticas públicas. Diálogos entre a oralidade e a cultura mediática na sociedade contemporânea.

Bibliografia básica

- BAUMAN, Zygmunt, *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Bibliografia Complementar

- BAUMAN, Zygmunt, *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *(Re)introduzindo a história Oral no Brasil*. São Paulo, Xamã/FFLCH, 1996.
DAHRENDORF, Ralf, *O conflito social moderno. Um ensaio sobre a política da liberdade*. Jorge Zahar Editor/ EDUSP, Rio de Janeiro, São Paulo, 1987.
MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente. Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.
PORTELLI, A., *Elogio de La Grabadora: Giani Bosio y las Orígenes de La historia oral*. Histórias, 30, México:DF, 1993
SHARPE, Jim. *A História vista de Baixo*. In: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

- SOUZA, V./ ROSA, R., Políticas Públicas e a construção da identidade nas relações de trabalho. Porto Alegre: Civitas, n.1, v. 5, jan-jun 2005.
- THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Petrópolis: RJ, Vozes, 1998.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Código: ESZP027-13

Quadrimestre: livre

TPI: 2-2-4

Recomendação: não há

Objetivo: A disciplina tem por objetivo avaliar e desenvolver métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas no desenvolvimento do planejamento e da gestão ambiental.

Ementa: Fundamentos, métodos e técnicas de planejamento e gestão ambiental. Análise de base de dados e cartografia. Escalas, recortes e instrumentos de planejamento e gestão ambiental. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão ambiental. Desenvolvimento e avaliação de planos, programas e projetos ambientais. Obtenção e gestão de recursos de fundos ambientais.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira: bases para a discussão*. Brasília: MMA/PNUD 2000.
- BROSE, M. (org) *Metodología Participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.) *Encontros e caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Bibliografia complementar

- BRITO, A. B.; CÂMARA, J. B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASH, D., W., et al.. Scale and cross-scale dynamics: governance and informations in a multi-level word. In: *Millennium Ecosystem Assessment*, March, 2004, Alexandria, 15 p.
- DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.
- DOUROJEANNI, A. *Procedimentos de gestion para el desarrollo sustentable: aplicado a microrregiones y cuencas*. Santiago: CEPAL, 1993.
- FOLKE, C., PRITCHARD, L., BERKES, F., COLDING, J., SVEDIN, U.. The problem of fit between ecosystems and institutions: ten years later. *Ecology and Society*, 2007 12(1): 30. [disponível] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art30/>
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- LEBEL, L., et al. 2006. Governance and the capacity to manage resilience in regional social-ecological systems. *Ecology and Society* 11(1): 19. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art19/>
- MERICO, L. F. K. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: Edifurb, 2002.
- PHILIPPI JR., A., ROMÉRO, M. A., BRUNA, G. C. (eds). *Curso de gestão ambiental*. Barueri-SP: Manole, 2004.

- RIBEIRO, W. C. (Org). *Governança da água no Brasil*. Uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009.
- SANTOS, R. F. dos. *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- WENDLAND, E.; SCHALCH, V. (orgs). *Pesquisas em meio ambiente: subsídios para a gestão de políticas públicas*. São Carlos: Rima, 2003.

Código: ESZP028-13

Quadrimestre: livre

TPI: 2-2-4

Recomendação: não há

Objetivo: A disciplina tem por objetivo avaliar e desenvolver métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas no desenvolvimento do planejamento e da gestão urbana.

Ementa: Fundamentos, métodos e técnicas de planejamento e gestão urbana. Análise de base de dados e cartografia. Escalas, recortes e instrumentos de planejamento e gestão urbana. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão urbana. Desenvolvimento e avaliação de planos e programas.

Bibliografia básica

- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo*. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, DF, 2004.
- SEPE, P. M., GOMES, S. (coord.) *Indicadores ambientais e gestão urbana: desafio para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.
- SOUZA, M. L.. *ABC do desenvolvimento urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008
- SOUZA, M. L.. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003

Bibliografia Complementar

- ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Gestão Integrada da Mobilidade Urbana*. Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Planejamento territorial urbano e política fundiária*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 3).
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de desenvolvimento urbano*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 1).
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de habitação*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 4).
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Saneamento ambiental*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 5).
- COSTA, Lúcia Maria Sá (org.). *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- RUANO, Miguel. *Ecourbanismo*. Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

Código: ESZP029-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Estudar concepções do que são movimentos sindicais, sociais e culturais na contemporaneidade, para compreender processos de construção dessas interpretações em várias áreas de conhecimento. Conhecer os sujeitos e grupos que participam dessas organizações sociais, suas concepções de cidadania, democracia e políticas públicas.

Ementa: Concepções de movimentos sindicais; concepções de movimentos sociais; concepções de movimentos culturais; transformações do capitalismo contemporâneo e as definições de movimentos sociais tradicionais e de novos movimentos sociais a partir da década de 1960; diferenças entre noções de movimentos sindicais, sociais e culturais e outras organizações, tais como organizações não-governamentais (ONGs), entre outras; diferentes concepções de organização social de grupos no contexto neoliberal: críticas às noções de sociedade civil organizada e terceiro setor; movimentos e lutas por direitos civis, direitos humanos, “direitos a ter direitos”; movimentos, cidadania formal e cidadania ampliada; movimentos rurais e urbanos; movimentos ambientalistas; movimentos feministas, pós-feministas, LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros); movimentos étnicos; movimentos negros e indígenas e as políticas afirmativas e de cotas e de revisão da história e da memória nacionais; movimentos sindicais e políticas públicas do mundo do trabalho; movimentos sociais e políticas públicas de reforma agrária, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, saúde, educação, gênero, etnia, geração; movimentos culturais e políticas públicas de diversidade cultural, de juventude, de política cultural; movimentos anti-globalização; movimentos sindicais no ABC paulista: o chamado novo sindicalismo e o processo de redemocratização da sociedade brasileira; movimentos sociais e religiosidades: atuação das Comunidades Eclesiais de Base na década de 1970 e 1980 na região do ABC e nas periferias de São Paulo; políticas públicas e movimentos sociais, sindicais e culturais na região do ABC paulista.

Bibliografia Básica

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; Escobar, A. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BOITO JR., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GOHN, Maria da Glória. (org.) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

NOGUEIRA, A. A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro. Ed. da PUC, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Código: ESZP030-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Esta disciplina visa oferecer ao aluno uma compreensão das principais perspectivas de análise do Estado, instrumento teórico indispensável para o estudo das políticas públicas. São objetos do curso o marxismo, o pluralismo, a teoria das elites, o neoinstitucionalismo e a teoria da escolha racional.

Ementa: Introdução ao estudo do Estado, Governo e Políticas públicas. Marxismo. Pluralismo. Teoria das Elites. Neoinstitucionalismo. Teoria da Escolha Racional.

Bibliografia básica

- DAHL, R. Who governs? Democracy and power in an American city. New Haven: Yale University Press, 1961, capítulo 19: “Sobre a espécie Homo Politicus”.
- MARQUES, E. “Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos” In: BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº. 43, 1997.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MELO, M. A. “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In: MICELI, S. (Org.). O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Ciência Política, Vol.III. São Paulo, Ed. Sumaré, Brasília, ANPOCS & CAPES, 2000.
- MILLS, C. A elite do poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, capítulos 1 e 12.
- OLSON, M. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.
- STEINMO, S.; THELEN, K. e LONGSTRENT, F. Structuring Politics: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 1. 1992.

Bibliografia Complementar

- DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Cap. 1 e 5. 1989.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 1. O que se deve ler em ciências sociais no Brasil. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986.
- EVANS, P. “O Estado como Problema e Solução” – Revista Lua Nova Nº 28/29, 1993.
- LOWI, T. O Estado e a ciência política ou como nos convertemos naquilo que estudamos. BIB– Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 38. São Paulo: ANPOCS, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 3-14.
- POULANTZAS, N. & MILIBAND, R. Debate sobre o estado capitalista. Porto: Afrontamento, 1975.
- PRZEWOSKI, A. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

SKOCPOL, T. "Bringing the state back in: strategies of analysis in current research". In: Evans, P.; Ruesschmeyer, D. e Skocpol, T. (org.). Bringing the state back in. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

Código: ESZP034-14

Quadrimestre: Disciplina Livre

TPI: 2-0-4

Carga Horária: 24 horas

Objetivos: 1. Possibilitar a apropriação crítica sobre o esporte e lazer como cultura vivenciada no tempo disponível e como direito social historicamente construído; 2. Compreender o esporte e o lazer em suas diversas formas, analisando seus conteúdos culturais, seus gêneros, seus níveis, as barreiras socioculturais, as interferências da indústria cultural e do consumo na sociedade contemporânea; 3. Fomentar reflexões críticas sobre os limites e as possibilidades da intervenção no campo das políticas públicas de esporte e lazer; 4. Contribuir a construção de acervo teórico-metodológico, a partir de leituras e vivências, a fim de que os discentes sejam capazes de planejar, executar e avaliar programas e projetos de esporte e lazer em diversos espaços e contextos.

Ementa: Introdução histórica e conceitual aos fenômenos do esporte e lazer. Estudo dos conteúdos socioculturais do esporte e lazer e suas possibilidades de intervenção. As políticas públicas de esporte e lazer e seus componentes. Elaboração de projetos nas áreas do esporte e lazer.

Bibliografia Básica:

- DUMAZEDIER, J. Questionamento teórico do lazer. Porto Alegre: CELAR, s.d.
- MARCELLINO, N.C (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. 2ªed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. ; PINTO, L. M. S. M. & ZINGONI, Patrícia . Como fazer projetos de lazer. 1. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- STIGGER, M. P. Educação física, esporte e diversidade. Campinas: Autores Associados, 2000.
- STOPPA, E. A. et. alli. Sistema nacional de esporte e lazer. 1ª. ed. Brasília-DF: Ministério do Esporte/Gráfica e Editora Ideal, 2011.

Bibliografia Complementar:

- AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.
- BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte. 2ª ed. Ijuí/RG: Ed. Unijuí, 2003.
- MANHÃES, E. D. Políticas de esportes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MARCELLINO, N.C. Estudos do lazer: uma introdução, 2º ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- MARCELLINO, N. C. (Org.) . Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte para atuação em políticas públicas. 1. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- MELLO, V. etalli. Gestão de políticas públicas de esporte e lazer: princípios e pressupostos teóricos. 1ª. ed. Brasília-DF: Ministério do Esporte/Gráfica e Editora Ideal, 2011.

MOREIRA, W.W. & SIMÕES, R. (Orgs.). O Fenômeno esportivo no início de um novo milênio. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para uma Política Nacional de Lazer. S. Paulo, SESC, 1980.

Código: ESZP031-13

Quadrimestre: livre

TPI: 4-0-4

Recomendação: não há

Objetivo: Apresentar o debate sobre a noção de tecnologia social, com ênfase na crítica às concepções tradicionais de tecnologia e ciência e às apropriações e naturalizações de seus usos por determinados grupos na sociedade. Conhecer os processos de desenvolvimento de tecnologias sociais, seus objetivos, metodologias e resultados.

Ementa: Concepções de desenvolvimento, ciência e tecnologia na contemporaneidade; concepções de tecnologia social; tecnologias sociais e novas tecnologias de informação e comunicação; tecnologias sociais, arte e cultura; tecnologias sociais e movimentos sociais e culturais; tecnologias sociais e economia solidária; políticas públicas e tecnologias sociais; redes e bancos de tecnologias sociais; usos de tecnologias sociais: tecnologias agroecológicas e de consumo consciente, software livre e inclusão digital, microcrédito e bancos populares, clubes de trocas, redes de formação, produção e comercialização, bancos de histórias e de experiências de grupos sociais; tecnologias sociais e práticas interdisciplinares; tecnologias sociais e inovação; pesquisa e extensão universitárias e tecnologias sociais; incubadoras tecnológicas e de empreendimentos solidários e tecnologias sociais; criação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de tecnologias sociais.

Bibliografia Básica

- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- CARRION, Rosinha Machado; VALENTIM, Igor Vinicius Lima; HELLWIG, Beatriz Centenaro. (orgs.) Residência solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. 16ª. Ed., Campinas: Papyrus, 2005.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TECNOLOGIA social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Rede de Tecnologia Social/Publicações. Disponível em: http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/tecnologia_social_uma_estrategia_de_desenvolvimento.pdf Acesso em: 08/10/2009.

Bibliografia complementar

- ACSELRAD, Henri. "Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição". Horizontes Antropológicos. vol.12 no. 25 Porto Alegre Jan./June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000100007&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 08/10/2009.
- BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologias sociais e inovação social. Disponível em: <http://www.gpcts.furg.br/DOC%20PDF/TecnologiasSociaiseInovacaoSocialrev06.pdf>

Acesso em: 08/10/2009.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/Sobre%20o%20marco%20anal%EDtico-conceitual%20da%20TC.pdf> Acesso em: 08/10/2009.

_____. A tecnologia social e seus desafios. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/A%20tecnologia%20social%20e%20seus%20desafios.pdf> Acesso em: 08/09/2009.

DOMINGUES, Diana (org.) DOMINGUES, Diana (org.). A arte no século XXI. A humanização das tecnologias. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

_____. Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

DOWBOR, Ladislau. Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. Disponível em: <http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/dowbor.pdf> Acesso em: 08/10/2009.

LÉVY, Pierre. Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. Saberes globais e saberes locais. O olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA FILHO, Agostinho Ferreira da. “Economia ecológica e tecnologia social: um exemplo”. Rede de Tecnologia Social/Artigos. Disponível em: http://www.rts.org.br/noticias/destaque-1/arquivos/economia_ecologia_e_tecnologia_social_-_um_exemplo.pdf Acesso em: 08/10/2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2003.

ANEXO 4: PLANO DE TRANSIÇÃO ENTRE AS MATRIZES 2010 E 2015

Art. 1º Este plano de transição tem por objetivo estabelecer diretrizes gerais para o aproveitamento e contabilização de créditos entre a nova matriz aprovada nesta versão do projeto pedagógico e a matriz anterior.

Parágrafo único. Para efeitos deste regulamento, a nova matriz curricular será denominada matriz 2015 e a anterior matriz 2010.

Art. 2º A nova matriz curricular entrará em vigor assim que aprovada e será plenamente oferecida para os ingressantes de 2015 na Universidade federal do ABC.

Art. 3º Os discentes cujo ano de ingresso na UFABC se deu anteriormente a 2015 poderão tanto finalizar a matriz 2010 como integralizar a matriz 2015.

§1º. Não será necessário optar formalmente por uma das matrizes.

§2º. Será necessário cumprir em sua totalidade uma das matrizes para ter direito à integralização do curso.

§3º. Caso o discente mencionado no caput decida seguir a matriz 2015, ele poderá convalidar as disciplinas da matriz 2010, conforme a tabela constante deste regulamento.

§2º. Para os discentes mencionados no caput as disciplinas de opção limitada acrescidas à matriz 2015 poderão contabilizadas como opção limitada ou livre, de acordo com o que for mais conveniente para a sua integralização de créditos.

Art. 4º Os discentes ingressantes na UFABC a partir de 2015 deverão obrigatoriamente cumprir a matriz 2015 e contabilizar o seu total de créditos para integralização do Bacharelado em Políticas Públicas.

Art. 5º Os discentes ingressantes na UFABC a partir de 2015 poderão cursar créditos da matriz 2010 observados os dispostos nos parágrafos seguintes:

§1º. As disciplinas de opção limitada da matriz 2010 que não permaneceram na matriz 2015 ou que não tiverem uma correspondente na nova versão que as convalide serão computadas como opção limitada para efeitos da integralização do curso.

§2º Os eventuais créditos excedentes desta migração serão contabilizados na forma de disciplinas livres.

Art. 6º A partir do terceiro quadrimestre de 2016 não serão mais ofertadas regularmente as disciplinas da grade 2010 que não permaneceram na matriz 2015 ou que não tiverem uma correspondente na nova versão que as convalide.

Parágrafo único. Ouvidos os discentes e a critério da coordenação, poderão ser ofertadas turmas excepcionais para atender às necessidades de discentes que ainda estão integralizando a matriz 2010.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso, com o apoio da Pró-reitoria de Graduação.

Tabela de convalidação do Bacharelado em Políticas Públicas, matriz 2010-2015

Matriz 2010			Sentido da convalidação	Matriz 2015		
Cód.	Nome	T-P-I		Cód.	Nome	T-P-I
CS2121	Administração municipal e desenvolvimento local	4-0-4	↔	ESHP027-14	Poder Local	4-0-4
CS2122	Administração pública e reforma do estado em perspectiva comparada	4-0-4	↔	ESHP029-14	Teoria e Gestão de Organizações Públicas	4-0-4
CS2107	Avaliação e monitoramento de políticas públicas	4-0-4	↔	ESHP003-13	Avaliação e monitoramento de políticas públicas	4-0-4
CS2102	Cidadania, direitos e desigualdades	4-0-4	↔	ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4-0-4
CS2111	Conflitos sociais	4-0-4	↔	ESHP005-13	Conflitos Sociais	4-0-4
CS2109	Estado e desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo	4-0-4	↔	ESHR005-13	Estado e desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo	4-0-4
CS2112	Estado e sociedade civil organizada	4-0-4	↔	ESHP026-14	Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	4-0-4
CS2114	Federalismo e políticas públicas	4-0-4	↔	ESHP007-13	Federalismo e Políticas Públicas	4-0-4
CS2117	Finanças públicas	4-0-4	↔	ESHC017-13	Finanças Públicas	4-0-4
CS2103	Formação histórica do Brasil	4-0-4	↔	ESHP023-14	Formação Histórica do Brasil Contemporâneo	4-0-4
CS2108	Governo, burocracia e administração pública	4-0-4	↔	ESHP009-13	Governo, Burocracia e Administração Pública	4-0-4
CS2110	Indicadores de políticas públicas	4-0-4	↔	ESZP042-14	Indicadores de políticas públicas (limitada)	4-0-6
CS2120	Inovação nos serviços públicos	4-0-4	↔	ESZP043-14	Inovação nos serviços públicos (limitada)	4-0-4
CS2201	Introdução à economia	4-0-4	↔		Introdução à Economia (BCH matriz 2015)	4-0-4
CS2116	Introdução ao direito administrativo	4-0-4	↔	ESHP012-13	Introdução ao Direito Administrativo	4-0-4
CS2113	Introdução ao direito constitucional	4-0-4	↔	ESHP013-13	Introdução ao Direito Constitucional	4-0-4
CS2101	Introdução às políticas públicas	4-0-4	↔	ESHP014-13	Introdução às Políticas Públicas	4-0-4
CS2115	Meio ambiente e políticas públicas	4-0-4	↔	ESZP044-14	Meio ambiente e políticas públicas (limitada)	4-0-4
BH1227	Métodos quantitativos para ciências sociais	2-2-4	↔	ESHP016-13	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	2-2-4
CS2119	Políticas públicas sul-americanas	4-0-4	↔		Políticas públicas sul-americanas (limitada)	4-0-4
CS2104	Políticas sociais	4-0-4	↔	ESHP018-14	Políticas Sociais	4-0-4
	Problemas Metodológicos das Ciências Sociais (BCH matriz 2010)	4-0-4	↔	ESHP024-14	Métodos de Pesquisa em Políticas Públicas	4-0-4
CS2105	Regimes e formas de governo	4-0-4	↔	ESHP019-13	Regimes e Formas de Governo	4-0-4
CS2106	Relações internacionais e globalização	4-0-4	↔		Formação do Sistema Internacional (BCH matriz 2015)	4-0-4
CS2123	Temas contemporâneos	4-0-4	↔	ESHP020-13	Temas Contemporâneos	4-0-4
CS1101	Trabalho de conclusão de curso de políticas públicas I	0-2-6	←	ESHP902-14	Trabalho de conclusão de curso de políticas públicas I	1-2-6

CS1102	Trabalho de conclusão de curso de políticas públicas II	0-2-6	←	ESHP903-14	Trabalho de conclusão de curso de políticas públicas II	1-2-6
CS2118	Trajetórias das políticas de C, T & I no Brasil	4-0-4	↔	ESHP021-13	Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil	4-0-4
	Contabiliza como Opção Limitada		←	ESHP022-14	Cultura Política	4-0-4
	Sem convalidação		←	ESHT008-13	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4-0-4
	Sem convalidação		←	ESHT010-15	Métodos de Planejamento	4-0-4
	Contabiliza como Opção Limitada		←	ESHP025-14	Observatório de Políticas Públicas	4-0-4
CS3107	Orçamento e Política Orçamentária (limitada)	4-0-4	←	ESHP030-14	Planejamento Orçamentário	4-0-4
	Contabiliza como Opção Limitada		←	ESHP028-14	Políticas Públicas para a Sociedade da Informação	4-0-4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – ConsEPE
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7363
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

RECOMENDAÇÃO CONSEPE Nº 11, DE 13 DE JULHO DE 2015.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (ConsEPE) DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições e considerando as discussões ocorridas em sua VI sessão ordinária de 2015, realizada no dia 7 de julho de 2015,

RECOMENDA:

Que os docentes da UFABC realizem estágio pós-doutoral no exterior para aumentar sua exposição internacional e que a Comissão de Relações Internacionais (CRI), em sintonia com os Centros e as Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação, elabore uma proposta de política de estímulo para incrementar o número de docentes com estágio pós-doutoral no exterior.

Klaus Capelle
Presidente

REITORIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Reitoria

Av. dos Estados, 5001 • Bairro Santa Terezinha • Santo André - SP
CEP 09210-580 • Fone: (11) 3356.7085
reitoria@ufabc.edu.br

PORTARIA DA REITORIA Nº 338, DE 07 DE JULHO DE 2015.

Exonera o servidor Marcelo Modesto da Silva do cargo em comissão de vice-diretor do CECS.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado por Decreto da Presidência da República de 31 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 2, página 1, de 3 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor MARCELO MODESTO DA SILVA, SIAPE 1600874, do cargo em comissão de Vice-diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS), código CD-4, a partir de 08/07/2015, em virtude do término do mandato.

Art. 2º Dispensar o servidor do encargo de substituto eventual do Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Aplicadas (CECS), código CD-3, a partir de 08/07/2015.

Klaus Werner Capelle
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Reitoria

Av. dos Estados, 5001 • Bairro Santa Terezinha • Santo André - SP
CEP 09210-580 • Fone: (11) 3356.7085
reitoria@ufabc.edu.br

PORTARIA DA REITORIA Nº 339, DE 07 DE JULHO DE 2015.

Nomeia o servidor Harki Tanaka para exercer o cargo em comissão de vice-diretor do CECS.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado por Decreto da Presidência da República de 31 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 2, página 1, de 3 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor HARKI TANAKA, SIAPE 1671296, para exercer o cargo em comissão de Vice-diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS), código CD-4, a partir de 08 de julho de 2015.

Art. 2º O mandato do vice-diretor encerrar-se-á em 1º de dezembro de 2017, juntamente com o mandato do atual diretor do CECS, haja vista que as próximas eleições dar-se-ão por chapas, conforme Resolução ConsUni nº 117, de 19 de julho de 2013.

Art. 3º Designar o servidor para exercer o encargo de substituto eventual do Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Aplicadas (CECS), código CD-3, nas ausências e impedimentos regulares do titular.

Klaus Werner Capelle
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Reitoria

Av. dos Estados, 5001 • Bairro Santa Terezinha • Santo André - SP
CEP 09210-580 • Fone: (11) 3356.7085
reitoria@ufabc.edu.br

PORTARIA DA REITORIA Nº 340, DE 08 DE JULHO DE 2015.

*Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora
Luzia Nomura, Professora do Magistério Superior.*

O VICE-REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria UFABC nº 98, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU), Seção 2, página 15, de 13 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez à servidora LUZIA NOMURA, matrícula SIAPE nº 1768514, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, Classe 6, Nível 602, código de vaga 0853810, integrante do quadro de pessoal da Fundação Universidade Federal do ABC, com fundamento no Art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c Art. 186, inciso I, § 1º, e Art. 188 da Lei 8.112/90, bem como a isenção do imposto de renda sobre seus proventos, fundamentado no Art. 6º, inciso XIV, da Lei 7.713/1988. (Processo UFABC nº 23006.001293/2015-82).

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Dacio Roberto Matheus
Vice-Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Reitoria

Av. dos Estados, 5001 · Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7085
reitoria@ufabc.edu.br

PORTARIA DA REITORIA Nº 341, DE 13 DE JULHO DE 2015.

Institui Comissão de Sindicância Investigativa para apuração dos fatos e atos que constam do processo nº 23006.001294/2015-27

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado por Decreto da Presidência da República de 31 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU), seção 2, página 1, de 3 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Sindicância Investigativa para apuração dos fatos e atos que constam do processo nº 23006.001294/2015-27, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão referida no Artigo 1º:

I – Ioshua Turner, Assistente em Administração, SIAPE nº 1550444;

II – Deonete Rodrigues Nagy, Assistente em Administração, SIAPE nº 1624623;

III – José Carlos da Silva, Secretário Executivo, SIAPE nº 1624685.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para a realização e conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC.

Klaus Werner Capelle
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC

Reitoria

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7085
reitoria@ufabc.edu.br

PORTARIA DA REITORIA Nº 342, DE 13 DE JULHO DE 2015.

*Designa Fabiane de Oliveira Alves como substituta da
Secretária Geral no período de 13 a 17/07/2015.*

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado por Decreto da Presidência da República de 31 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 2, página 1, de 3 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **FABIANE DE OLIVEIRA ALVES**, SIAPE 2736513, para exercer o encargo de substituta da Secretária Geral, código CD-4, no período de 13 a 17 de julho de 2015.

Klaus Werner Capelle
Reitor

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Pró-Reitoria de Graduação

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7020
pibid.prograd@ufabc.edu.br

EDITAL PIBID Nº 004/2015

*Seleção de alunos de graduação para o
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação
à Docência - PIBID/UFABC 2014.*

A Coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UFABC, nomeada pela Portaria UFABC nº 232 de 24 de março de 2014 e considerando as competências delegadas pela Portaria UFABC nº 235 de 24 de março de 2014, publicadas no Boletim de Serviço da UFABC nº 358 de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, contendo as normas referentes ao processo seletivo de bolsistas para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID - UFABC.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O presente edital tem por finalidade a seleção de candidatos para a formação de cadastro de reserva para o Programa do PIBID/UFABC- Projeto Institucional 2014.

1.2. Não é finalidade deste edital a seleção de alunos voluntários para o programa. A Pró-Reitoria de Graduação não se responsabiliza pela seleção de voluntários.

2. DO PROGRAMA

2.1. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) visa fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

2.2. Informações sobre o projeto institucional estão disponíveis em <http://pibid.ufabc.edu.br>.

3. DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

3.1. Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

3.2. Contribuir para a valorização do magistério;

3.3. Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

- 3.4.** Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- 3.5.** Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- 3.6.** Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;
- 3.7.** Contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

4. DAS BOLSAS

4.1. Da duração das bolsas

- 4.1.1.** As bolsas de iniciação à docência poderão ter duração de até 24 (vinte e quatro) meses e poderão ser prorrogadas por igual período.
- 4.1.2.** O período de vigência das bolsas será contado a partir da assinatura do termo de compromisso.
- 4.1.3.** Independentemente de sua duração, as bolsas terão vigência apenas durante a execução do projeto/subprojeto.
- 4.1.4.** Está prevista a substituição do bolsista, caso o desempenho do graduando não seja satisfatório ou em caso de desistência.
- 4.1.5.** O bolsista de iniciação à docência não poderá receber a bolsa PIBID por período superior ao máximo estabelecido, mesmo que ingresse em curso de licenciatura ou subprojeto diferente.

4.2. Do pagamento das bolsas

- 4.2.1.** As bolsas são pagas pela CAPES diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário realizado na conta corrente individual do beneficiário, informada na ocasião da convocação.
- 4.2.2.** A bolsa terá o valor mensal de R\$400,00 conforme definido pela CAPES em norma específica.
- 4.2.3.** Após a assinatura do termo de compromisso, o Coordenador Institucional homologará o pagamento da bolsa até o 14º dia do mês vigente.

4.2.4. Caso o bolsista tenha sido convocado após a data que se refere o subitem 4.2.3, o pagamento será efetuado somente no mês subsequente.

4.2.5. O pagamento será realizado mensalmente, mediante bom desempenho do bolsista e satisfação dos dispostos presentes neste edital e no termo de compromisso.

5. DAS VAGAS

5.1. As vagas serão oferecidas conforme quadro abaixo:

Área	Vagas
Biologia	Cadastro Reserva
Filosofia	Cadastro Reserva
Física	Cadastro Reserva
Interdisciplinar	Cadastro Reserva
Matemática	Cadastro Reserva
Química	Cadastro Reserva

5.2. A convocação de bolsistas para o preenchimento das vagas não é obrigatória e está condicionada ao número de bolsas por subprojeto, concedidas conforme Quadro 2, ANEXO II da Portaria nº 96 de 18 de julho de 2013.

5.3. A convocação de bolsistas para o preenchimento das vagas está condicionada à liberação orçamentária e autorização para inserção de novas bolsas no Sistema de Acompanhamento de Concessões da CAPES/MEC.

6. DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE BOLSA

6.1. Ser brasileiro ou possuir visto permanente no País;

6.2. Estar regularmente matriculado no Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) para as áreas de Biologia, Física, Matemática e Química e, no Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), no caso da área de Filosofia.

6.2.1 Para a área interdisciplinar serão admitidos alunos regulares do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) ou do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H);

6.2.2. Caso o candidato já tenha concluído o Bacharelado Interdisciplinar, deverá estar cursando a Licenciatura correspondente à área do subprojeto ao qual estiver concorrendo;

6.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais, em caso de cidadania brasileira;

- 6.4.** Possuir bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar, consoantes as normas da UFABC;
- 6.5.** Receber apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada a acumulação desta com bolsas de outras instituições ou agências de fomentos, exceto às de cunho socioeconômico;
- 6.6.** Não será impedida a participação de candidatos que possuam vínculo empregatício, desde que:
- a) a relação de trabalho não seja com a UFABC ou com a escola onde as atividades do subprojeto serão desenvolvidas;
 - b) o estudante possua disponibilidade de 8 (oito) horas semanais para dedicação às atividades do projeto.

7. RESPONSABILIDADES DO BOLSISTA

- 7.1.** Participar das atividades definidas pelo projeto;
- 7.2.** Dedicar no período de vigência da bolsa, no mínimo, 8 horas semanais às atividades do PIBID, sem prejuízo do cumprimento de seus compromissos regulares como discente;
- 7.3.** Tratar todos os membros do programa e da comunidade escolar com cordialidade, respeito e formalidade adequada;
- 7.4.** Atentar à utilização da língua portuguesa de acordo com a norma culta, quando se tratar de comunicação formal do programa;
- 7.5.** Assinar Termo de Compromisso do programa;
- 7.6.** Restituir à Capes eventuais benefícios recebidos indevidamente do programa, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- 7.7.** Informar imediatamente ao coordenador de área qualquer irregularidade no recebimento de sua bolsa;
- 7.8.** Elaborar portfólio ou instrumento equivalente de registro com a finalidade de sistematização das ações desenvolvidas durante sua participação no projeto;
- 7.9.** Elaborar e entregar, dentro do prazo estipulado, folha de frequência mensal;
- 7.10.** Apresentar formalmente os resultados parciais e finais de seu trabalho, divulgando-os nos seminários de iniciação à docência promovidos pela instituição;
- 7.11.** Fazer menção expressa, nos trabalhos publicados, ao apoio material e/ou financeiro recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – Brasil;
- 7.12.** Participar das atividades de acompanhamento e avaliação do PIBID definidas pela Capes;
- 7.13.** Participar da Semana de Ciência e Tecnologia da UFABC;

- 7.14.** Participar do Simpósio de Iniciação à Docência da UFABC e dos Encontros do Programa promovidos na Instituição;
- 7.15.** Assinar termo de desligamento do projeto, quando couber;
- 7.16.** Participar das reuniões do PIBID/UFABC em locais e datas agendados pelos coordenadores dos subprojetos ou pelo coordenador institucional;
- 7.17.** Deslocar com recursos próprios, às escolas participantes do PIBID/UFABC e às dependências da UFABC, para os encontros agendados pelos coordenadores e coordenação institucional;
- 7.18.** Ter assiduidade, pontualidade e compromisso com todas as atividades do programa;
- 7.19.** Manter atualizadas as informações na Plataforma Lattes.
- 7.20.** É vedado ao bolsista de iniciação à docência assumir a rotina de atribuições dos docentes da escola ou atividades de suporte administrativo ou operacional.

8. DAS INSCRIÇÕES

8.1. Formato das inscrições

8.1.1. A inscrição será realizada por meio de preenchimento do formulário de inscrição pelo candidato, disponibilizado em formato eletrônico na página do Pibid (<http://pibid.ufabc.edu.br>) no site da UFABC.

8.1.2. Será aceita somente uma inscrição por candidato. Caso haja mais de uma inscrição com o mesmo RA, será considerada válida apenas a última encaminhada.

8.1.3. O período de inscrição será das 10:00 horas do dia 14 de julho de 2015 até as 17:00 horas do dia 28 de julho de 2015, conforme cronograma anexo. Não serão aceitas inscrições encaminhadas antes ou após este período.

8.1.4. No formulário de inscrição, o candidato deverá escolher o subprojeto ao qual pretende concorrer e informar se aceita participar do cadastro de reserva unificado.

8.1.5. No ato da inscrição, o candidato poderá fazer as seguintes escolhas:

8.1.5.1 se aluno regular do BC&T: opção de concorrer para os subprojetos: Biologia, Física, Interdisciplinar, Química e Matemática.

8.1.5.2 se aluno regular do BC&H: opção de concorrer para os subprojetos: Filosofia e Interdisciplinar.

8.1.5. Caso o candidato já tenha concluído o Bacharelado Interdisciplinar, deverá estar cursando a Licenciatura correspondente à área do subprojeto ao qual estiver concorrendo;

8.1.6. Os dados informados na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo ao responsável pela entrevista a confirmação das informações prestadas pelo candidato através de seu histórico escolar.

8.1.7. Candidatos que informarem dados incorretos e/ou inverídicos serão eliminados da seleção.

8.2. Documentos necessários para apresentação pelo candidato nas entrevistas

8.2.1. Currículo resumido conforme modelo (ANEXO A);

8.2.2. Histórico da Graduação atualizado;

8.2.3. Carta de motivação e compromisso, justificando o interesse em participar do Programa, em matricular-se no curso de licenciatura da área do subprojeto e em atuar futuramente na educação básica pública;

8.2.4. Certificado de quitação emitido pelo site
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>.

8.2.5. A falta de um dos documentos solicitados e/ou o comparecimento após o horário estabelecido nesse edital para as entrevistas implicará na exclusão do candidato da seleção.

9. DO PROCESSO SELETIVO

9.1. O processo seletivo constará de duas etapas: análise documental e entrevista. Serão atribuídas notas de 0(zero) a 100(cem) aos candidatos, somadas as duas etapas.

9.2. A pontuação da primeira etapa (análise documental) observará a seguinte escala:

9.2.1. Horas cumpridas regularmente em Estágio Supervisionado nas Licenciaturas (até 10 pontos):

a) 80h → 02 pontos

b) 160h → 04 pontos

c) 240h → 06 pontos

d) 320h → 08 pontos

e) 400h → 10 pontos

9.2.2. Créditos Cursados em Disciplinas Didático-Pedagógicas das Licenciaturas (até 10 pontos):

a) 03 a 12 créditos → 03 pontos

b) 13 a 24 créditos → 06 pontos

c) 25 a 34 créditos → 10 pontos

9.2.3. Créditos Cursados em Disciplinas Específicas e Eletivas das Licenciaturas (até 10 pontos):

a) 02 a 30 créditos → 05 pontos

b) 31 a 60 créditos → 10 pontos

9.2.4. Para Coeficiente de Aproveitamento (CA) maior do que ou igual a 2, será computado 10 pontos.

9.2.5. Para a carta de motivação entregue pelo(a) candidato(a) será considerada uma nota de até 10 pontos.

- 9.3.** A pontuação atribuída à entrevista variará de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.
- 9.4.** Nos casos de empate será utilizado o Coeficiente de Progressão (CPK) referente à matriz curricular do curso de licenciatura.
- 9.5.** A classificação final em cada uma das áreas do projeto observará a ordem decrescente da soma das pontuações obtidas pelos candidatos.
- 9.6.** Serão considerados classificados no processo seletivo os candidatos que obtiverem uma pontuação final acima de 40 (quarenta) pontos.

10. DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1.** O candidato poderá participar do cadastro de reserva do subprojeto e, também, do cadastro de reserva unificado.
- 10.2.** Os candidatos que expressaram sua participação no cadastro de reserva unificado poderão ser alocados em qualquer um dos subprojetos.
- 10.3.** Os cadastros de reservas são formados com os candidatos aprovados no processo de seleção.
- 10.4.** A classificação em cadastro de reserva corresponde a uma expectativa de vaga que não gera nenhuma garantia ou direito para posterior convocação.
- 10.5.** Os candidatos serão classificados no cadastro de reserva unificado de acordo com a sua nota final no processo seletivo.
- 10.6.** As convocações para assinatura do termo de compromisso dependerão da aprovação da Comissão de Acompanhamento do PIBID – CAP, não cabendo essa competência a Coordenação Institucional do Pibid.
- 10.7.** As convocações serão publicadas na página do PIBID (<http://pibid.ufabc.edu.br>) no site da UFABC e será enviado e-mail aos candidatos para informação.
- 10.8.** No ato da assinatura do termo de compromisso pelo candidato ele terá acesso ao calendário de reuniões e atividades dos subprojetos com vagas disponíveis para confirmar seu interesse.
- 10.9.** É de exclusiva responsabilidade do candidato a atualização de suas informações cadastrais incluindo seu endereço eletrônico.
- 10.10.** Os candidatos classificados, alunos regulares do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), comporão o cadastro de reserva unificado para os subprojetos Filosofia e Interdisciplinar.
- 10.11.** Após esgotado o cadastro de reserva de um subprojeto, serão convocados para assumir vagas disponíveis, quando houver, os candidatos constantes em cadastro de reserva unificado.

11. DOS RESULTADOS, RECURSOS E DO CADASTRAMENTO DO BOLSISTA

- 11.1. A divulgação dos candidatos habilitados para as entrevistas será realizada na página do PIBID (<http://pibid.ufabc.edu.br>), no site da UFABC, a partir das 14 horas do dia 30 de julho de 2015.
- 11.2. No ato da entrevista o candidato deverá apresentar os documentos comprobatórios constantes no artigo 8.2.
- 11.3. A publicação do resultado final acontecerá a partir das 14 horas do dia 07 de agosto de 2015, na página do PIBID (<http://pibid.ufabc.edu.br>) no site da UFABC.
- 11.4. Interposições de recursos referente ao resultado final serão recebidas na Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão da Pró-Reitoria de Graduação situada no Campus Santo André – Bloco A – Piso Térreo – Torre 1, no dia 10 de agosto de 2015.
- 11.5. A convocação de bolsistas para o preenchimento de vagas respeitará a tabela de concessão de bolsas disponível no ANEXO II da Portaria nº 96 de 18 de julho de 2013, estando, portanto condicionada ao número de participantes das diferentes categorias por subprojeto.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. O cronograma do processo seletivo está localizado no ANEXO B desse Edital.
- 12.2. Este edital foi elaborado em consonância com o Decreto 7.692, de 02 de março de 2012 e com a Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013 – que aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).
- 12.3. A inscrição do discente no programa implica o reconhecimento e aceitação de todas as condições previstas neste edital.
- 12.4. Durante o período de execução do projeto PIBID/UFABC, caso haja liberação de vagas, as convocações do Cadastro Reserva obedecerão à ordem de lista de espera.
 - 12.4.1. Somente serão convocados para assinatura do termo de compromisso os alunos que forem classificados nas duas etapas de seleção.
- 12.5. Fica o candidato responsável por manter seus dados cadastrais atualizados junto à Pró-Reitoria de Graduação, assim como acompanhar a publicação e divulgação de informações referente às etapas do processo seletivo do presente edital.
- 12.6. Este edital terá a validade de 01(um) ano a contar da data de sua publicação, ou até que todos os candidatos do cadastro reserva sejam convocados.
- 12.7. Os casos específicos e/ou omissos neste Edital serão analisados pela Comissão de Acompanhamento do PIBID – CAP.

Santo André, 07 de julho de 2015.

Prof.^a Dr.^a Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda
Coordenadora Institucional do PIBID

ANEXO A
MODELO SIMPLIFICADO DE CURRÍCULO

1. DADOS PESSOAIS

(Nome, Endereço, Telefone, Email)

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA

3. FORMACAO COMPLEMENTAR

(Cursos de aperfeiçoamento, Idiomas, Informática)

4. ATUACAO PROFISSIONAL

(Instituição, Função, Período de Atuação)

5. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS

6. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

7. OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

ANEXO B

Cronograma do Processo Seletivo do PIBID 2015

Datas	Etapas
14 a 28/07	Inscrições online
30/07	Divulgação dos horários e locais das entrevistas
31/07, 03 e 04/08	Entrevistas
05/08	Envio do resultado das entrevistas à Prograd para divulgação
07/08	Divulgação do resultado final
10/08	Recursos

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Pró-reitoria de Pós-graduação
Programa de Pós-Graduação em Matemática.
Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.0085/0086/0087
ppg.matematica.@ufabc.edu.br
CNPJ: 07.722.779/0001-06

**ERRATA AO EDITAL Nº 003/2015 PUBLICADO NO BOLETIM DE SERVIÇO Nº 475
de 07 de julho de 2015**

Edital Nº 003/2015

*Errata das Normas d Chamada pública para
credenciamento/recredenciamento de docentes no
Programa de Pós-Graduação em Matemática*

O Programa de Pós-Graduação em Matemática da Universidade Federal do ABC (UFABC) torna pública a ERRATA ao Edital em referência:

- do Edital publicado, **onde se lê:**

5. DA INSCRIÇÃO

5.1.

I. Carta de apresentação e interesse do candidato no credenciamento/recredenciamento junto ao PPG-MAT como docente permanente, destacando em qual curso quer ser credenciado, se mestrado ou se mestrado e doutorado;

II.

- **Leia-se:**

5. DA INSCRIÇÃO

5.1.

I. Enviar e-mail para ppg.matematica@ufabc.edu.br (e-mail institucional do programa) indicando o interesse do candidato no credenciamento/recredenciamento junto ao PPG-MAT como docente permanente, destacando em qual curso quer ser credenciado, se mestrado ou se mestrado e doutorado;

II.

Rodrigo Fresneda

Siape 1837715

Coordenação do Programa de Pós-graduação
em Matemática

wbj



Universidade Federal do ABC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Matemática
Avenida dos Estados, 5001 – Bairro Bangu – Santo André/SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)4996-0085/0086/0087
ppg.matematica@ufabc.edu.br

ERRATA PUBLICADA NO BOLETIM DE SERVIÇO 477 DE 14 DE JULHO DE 2015

EDITAL Nº 003/2015

(publicado no Boletim de Serviço nº 475 de 07 de julho de 2015)

Chamada pública para credenciamento/recredenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação em Matemática

O Programa de Pós-Graduação em Matemática. (PPG-MAT) da Universidade Federal do ABC (UFABC) torna pública a chamada e abertura das inscrições para o credenciamento/recredenciamento de novos docentes com início no mês de Julho de 2015. Este edital é regido pelas seguintes normas e procedimentos para o processo de seleção de candidatos.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1.** A comissão de seleção que conduzirá o processo seletivo será formada por membros da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Matemática da UFABC.
- 1.2.** Todos os docentes credenciados no programa, sejam como permanentes, sejam como colaboradores, devem solicitar recredenciamento, sob pena de serem descredenciados.
- 1.3.** Não há taxa de inscrição para o processo seletivo de que trata o presente edital.

2. DO CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO

2.1. O calendário de inscrição, seleção, divulgação dos selecionados (aprovados) e início das atividades é apresentado a seguir:

Período de inscrição	08/07/2015 a 22/07/2015
Análise da documentação	23/07/2015 a 28/07/2015
Divulgação do resultado	29/07/2015
Prazo para recurso	30/07/2015 a 31/07/2015
Divulgação do resultado final	03/08/2015

3. DAS VAGAS OFERECIDAS

3.1. Não há limite de vagas.

4. ATRIBUIÇÕES DOS CANDIDATOS

4.1. São atribuições dos candidatos selecionados:

- I. Seguir as normativas das Normas Internas do PPG-MAT;
- II. Colaborar com as atividades de ensino determinadas pela coordenação do programa;
- III. Dedicar-se à orientação de alunos regularmente matriculados;

5. DA INSCRIÇÃO



Universidade Federal do ABC

5.1. Para se inscrever no processo seletivo o candidato deverá encaminhar por via eletrônica para o email: ppg.matematica@ufabc.edu.br com o assunto: “**Seleção docente PPG-MAT-nome do candidato**) as cópias digitalizadas dos documentos listados abaixo. A falta de qualquer desses documentos e do atendimento de suas exigências acarretará no indeferimento da inscrição. (Atenção ao tamanho máximo do arquivo que não deve ultrapassar 50 MB)

I. Carta de apresentação e interesse do candidato no credenciamento/recredenciamento junto ao PPG-MAT como docente permanente, destacando em qual curso quer ser credenciado, se mestrado ou se mestrado e doutorado;

II. Cópia em arquivo pdf do Currículo Lattes atualizado (www.lattes.cnpq.br), de onde serão averiguadas as informações sobre:

- a) As publicações mais relevantes do candidato vinculadas à área de Matemática/Probabilidade e Estatística;
- b) As orientações do candidato em andamento dentro do PPG-MAT;
- c) A atuação do candidato como bolsista em produtividade.

6. DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO

6.1. Para ser credenciado no Curso de Mestrado o docente deve satisfazer as seguintes condições: exercício de atividades de pesquisa, demonstradas pela publicação, desde Julho de 2012 (últimos três anos), em periódicos com registro no cadastro ISI que somem pelo menos 2 (dois) pontos de acordo com a tabela no anexo I;

6.2. A solicitação de credenciamento será deferida no caso de o solicitante ser bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, em qualquer área e nível.

6.3 Para ser credenciado no Curso de doutorado o docente deverá satisfazer ao menos uma das seguintes condições:

- a) ser bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, em qualquer área e nível, ou
- b) somar desde Julho de 2010 (últimos 5 anos) ao menos 6 pontos de acordo com a tabela do anexo 1, dos quais, no mínimo, 4 pontos em periódicos no estrato A1, A2 ou B1; e ter orientado ao menos 2 (dois) mestrados acadêmicos ou 1 (um) doutorado (acadêmico).

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1. Será **desclassificado** e automaticamente excluído do processo seletivo o candidato que:

- I. Não apresentar toda a documentação requerida nos prazos e condições estipuladas neste Edital;
- II. Prestar declarações ou apresentar documentos falsos, em quaisquer das etapas da seleção;

III. Não satisfizer aos critérios de credenciamento segundo dispostos nas normas do programa, e repetidas neste Edital no item 6;

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos a que os candidatos têm direito (item 2.1) deverão ser direcionados EXCLUSIVAMENTE para o e-mail institucional do Programa de Pós Graduação em Matemática (ppg.matematica@ufabc.edu.br), conforme calendário estabelecido no artigo 2.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Os casos omissos e não previstos por este Edital serão resolvidos pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Matemática da UFABC.

8.2 Docentes que estejam orientando no período do credenciamento a que se refere esse edital devem igualmente solicitar credenciamento. Caso não satisfaçam os critérios do item 6, permanecerão credenciados como docentes colaboradores do programa e não poderão aceitar novos alunos até que solicitem seu credenciamento.

8.3. Ao se inscrever, os candidatos assumem conhecer e aceitar o conteúdo deste Edital, das Normas Internas do Programa e do Regimento da Pós-graduação Stricto Sensu.

8.4. São de responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a esse processo divulgados na página eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Matemática: <http://posmat.ufabc.edu.br/>

9. DÚVIDAS e INFORMAÇÕES ADICIONAIS poderão ser obtidas pelo e-mail institucional do Programa: ppg.matematica@ufabc.edu.br

Rodrigo Fresneda
Siape 1837715.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Matemática

Anexo I: Tabela de Conversão de Pontos

A tabela abaixo deve ser lida tendo como referência a classificação do Qualis Capes da área de Matemática/Probabilidade e Estatística.

Estrato	Pontos
A1, A2 e B1	2
B2, B3, B4 e B5	1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Pró-reitoria de Pós-Graduação

Avenida dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.0011

REFERENDA DAS DECISÕES DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Período: 16 de junho de 2015 a 06 de julho de 2015

1. Homologação da composição de banca examinadora.

Curso	Discente	Nível	Banca
EEL	André Luiz de Lacerda Ferreira Murari	Mestrado	Dr. Alfeu Joãozinho Sguarezi Filho (Presidente/UFABC), Dr. Darlan Alexandria Fernandes (Titular/UFPB), Dr. Fabiano Fragoso Costa (Titular/UFBA), Dr. Carlos Eduardo Capovilla (Suplente/UFABC), Dr. Milton Evangelista de Oliveira Filho (Suplente/UFSC).

2. Homologação do resultado de defesa pública de dissertação e concessão do título de mestre.

Curso	Discente	Data
CHS	Talita Rodrigues Costa	19/12/2014

3. Homologação da concessão de bolsa estudos da UFABC.

Curso	Discente	Nível	Data	Vigência
BIS	Débora Liliane de Souza Renó	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
BIS	Juliete Vitorino dos Santos	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
BTC	Bruno Eduardo Gomes de Souza	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
BTC	Daiana Ribeiro Bortoletto	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
BTC	Giselle da Silva Pedrosa	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
BTC	Juscemácia Nascimento Araújo	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
BTC	Raquel Koch	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Aline Yuri Ieiri	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Candy Veronica Tenorio Gonzales	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Carlos Eduardo Marchi	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015



Universidade Federal do ABC

CCM	Daniel Rodrigues de Sousa	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Douglas Henrique Castelluber	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Éric Tadeu Camacho de Oliveira	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Marcelo Urbano Pereira	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Rodrigo Teiske China	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CCM	Sheila Nunes de Vasconcelos	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CHS	Danilo Alves da Conceição	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CHS	Laís Boás Figueiredo Kuller	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CHS	Rafael Cardoso da Silva	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CHS	Rafaela Medeiros Rosa	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CHS	Sergio Luiz de Cerqueira Silva	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CTA	Fabiana Ramos Savani	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CTA	Jéssika Souza de Carvalho	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CTA	Leonardo Beltrão Barszcz	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
CTA	Natasha Murgu Valdambrini	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Anderson Passos de Aragão	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Carolina López Castrillón	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Claudio Lima Rodrigues	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Davi Wilkson Furtado Sozinho	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Juan Sebastian Solis Chaves	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Luana dos Santos Andrade	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Marina Carrato Galuzzi da Silva	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Raquel Fernandes de Macedo	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENE	Ronaldo Tamberlini Pagotto	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015

ENE	Sérgio Barboza Júnior	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENS	Eduardo de Araujo Bento	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENS	Tatiana Laine Mendes	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
ENS	Thaís Cristina de Oliveira Rocha	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
EVD	Bruno Garcia Piatto	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
EVD	Daubian Santos	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
EVD	Karina Kitazawa de Souza Santos	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
EVD	Mariana Monteiro de Brito	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
EVD	Mariane Tavares da Silva	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
EVD	Renata Neves Biancalana	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
MEC	Alen Fabian Galvis Acero	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
MEC	Eduardo de Melo Pádua	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
MEC	Guilherme Rinaldo	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
MEC	Santiago Jordan Granados Sanchez	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
NCG	Enzo Pasqualetti	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
NCG	Lucas Scarone Silva	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
NCG	Manasses Pereira Nóbrega	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
NMA	Telma Zambanini	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PGT	Carolina Simões Galvanese	Doutorado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PGT	João Roberto Monteiro Silva Barbosa	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PPU	Ana Carolina Almeida Santos Nunes	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PPU	Daniel Tonelo	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PPU	Fernanda Leoni	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PPU	Juliana Fabbron Marin Marin	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015

PPU	Lais Siqueira Ribeiro Cavalcante	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PPU	Layana Peres de Castro	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015
PPU	Naja Domingos da Silva	Mestrado	12 de junho de 2015	jun/2015 a dez/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 165, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Retifica a Portaria da SUGEPE nº 84, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 21 de maio de 2015.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Retificar a Portaria da SUGEPE nº 84, de 20 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 21 de maio de 2015:

Onde se lê: Coordenadora da Seção de Formação da Divisão Educacional da PROEX

Leia-se: Coordenadora da Seção de Divulgação Científica da Divisão Educacional da PROEX.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 166, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Designa Vanessa Aparecida do Carmo para exercer o encargo de substituta eventual da Coordenadora da Seção de Divulgação Científica da Divisão Educacional da PROEX.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Designar a servidora Vanessa Aparecida do Carmo, SIAPE 1876330, para exercer o encargo de substituta eventual da Coordenadora da Seção de Divulgação Científica da Divisão Educacional da PROEX, código FG-5, durante os afastamentos e impedimentos regulares da titular.

Rodrigo Cabrera
Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 167, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Torna pública a autorização de afastamento para o exterior do servidor Alexandre Hiroaki Kihara.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Tornar pública a autorização do Magnífico Reitor da UFABC para viagem ao exterior com ônus limitado do servidor ALEXANDRE HIROAKI KIHARA, SIAPE 1676367, conforme PCDP nº 616/15, para apresentação de trabalho no “Dynamical Phenomena in Complex Networks”, em Berlim, Alemanha, pelo período de 13 a 23/07/2015, incluindo trânsito.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Superintendência de Gestão de Pessoas

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP

CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556

sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 168, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Torna pública a autorização de afastamento para o exterior do servidor Thiago Fonseca Morello Ramalho da Silva.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Tornar pública a autorização do Magnífico Reitor da UFABC para viagem ao exterior com ônus limitado do servidor THIAGO FONSECA MORELLO RAMALHO DA SILVA, SIAPE 2083043, conforme PCDP nº 587/15, para participação no workshop “Latin American and Caribbean Environmental Economics Program”, em Cidade do México, México, pelo período de 19 a 23/07/2015, incluindo trânsito.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



Universidade Federal do ABC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 169, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Torna pública a autorização de afastamento para o exterior do servidor Alexsandre Figueiredo Lago.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Tornar pública a autorização do Magnífico Reitor da UFABC para viagem ao exterior com ônus limitado do servidor ALEXSANDRE FIGUEIREDO LAGO, SIAPE 2604704, conforme PCDP nº 520/15, para participação na conferência “XXIX International Conference on Photonic, Electronic and Atomic Collision”, em Toledo, Espanha, pelo período de 20 a 29/07/2015, incluindo trânsito.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 170, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Torna pública a autorização de afastamento para o exterior da servidora Ahda Pionkoski Grilo Pavani.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Tornar pública a autorização do Magnífico Reitor da UFABC para viagem ao exterior com ônus limitado da servidora AHDA PIONKOSKI GRILO PAVANI, SIAPE 1669195, conforme PCDP nº 630/15, para participação na conferência “2015 IEEE PES General Meeting”, em Denver, Estados Unidos da América, pelo período de 24/07 a 01/08/2015, incluindo trânsito.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 171, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Torna pública a autorização de afastamento para o exterior do servidor Vilson Tonin Zanchin.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Tornar pública a autorização do Magnífico Reitor da UFABC para viagem ao exterior com ônus limitado para a UFABC e apoio da CAPES, do servidor VILSON TONIN ZANCHIN, SIAPE 382324, para realização de visita técnica ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, em Lisboa, Portugal, pelo período de 09/08 a 09/09/2015, incluindo trânsito.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Superintendência de Gestão de Pessoas

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP

CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556

sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 172, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Torna pública a autorização de afastamento para o exterior do servidor Alysson Fábio Ferrari.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Tornar pública a autorização do Magnífico Reitor da UFABC para viagem ao exterior com ônus limitado do servidor ALYSSON FÁBIO FERRARI, SIAPE 2616823, para participação na “23rd International Conference on Supersymmetry and Unification of Fundamental Interactions”, em Tahoe City, Estados Unidos da América, pelo período de 22 a 31/08/2015, incluindo trânsito.

Rodrigo Cabrera

Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



Universidade Federal do ABC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 173, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Designa Rafael Reis de Oliveira para exercer o encargo de substituto da Chefe da Divisão de Pagamentos e Benefícios.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Designar o servidor Rafael Reis de Oliveira, SIAPE 1680237, para exercer o encargo de substituto da Chefe da Divisão de Pagamentos e Benefícios, código FG-1, durante o período de 20 a 24/07/2015.

Rodrigo Cabrera
Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Superintendência de Gestão de Pessoas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7556
sugepe@ufabc.edu.br

PORTARIA DA SUGEPE Nº 174, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Designa Fabio Senigalia para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 738, de 5 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 173, de 9 de setembro de 2014, seção 2, página 18, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 229, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, páginas 18 e 19, e no uso das atribuições a ele conferidas,

RESOLVE:

Designar o servidor Fabio Senigalia, SIAPE 2932735, para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida, código FG-2, durante os afastamentos e impedimentos regulares do titular.

Rodrigo Cabrera
Substituto eventual do Superintendente de Gestão de Pessoas

CENTRO DE ENGENHARIA, MODELAGEM E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 4996.7940
secretariacecs@ufabc.edu.br

EDITAL Nº 03/2015.

Normas do processo eleitoral para representantes docentes, discentes e técnico-administrativos no Conselho do CECS da UFABC.

A comissão eleitoral, nomeada pela Portaria CECS nº 31, de 26 de junho de 2015, torna público o processo eleitoral para representantes docentes, discentes e técnico-administrativos do Conselho do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS), conforme a resolução ConsUni nº 23, publicada no boletim de serviço nº 64 de 17 de junho de 2009.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** Os servidores docentes e técnico-administrativos, lotados no Centro em efetividade de funções elegerão seus pares;
- 1.2.** O número total de representantes não-docentes será igual ao maior múltiplo de 3, tal que a composição total dos Conselhos de cada Centro preserve a porcentagem de representantes docentes maior ou igual a 70%.
- 1.3.** Todos os representantes, docentes e não-docentes, serão eleitos em chapas compostas por titular e suplente.
- 1.4.** Pelo menos um dos representantes técnico-administrativo deverá ser lotado no próprio Centro e escolhido pelos servidores lotados nesse Centro.
- 1.5.** Os representantes discentes deverão ser escolhidos por todos os discentes, regularmente matriculados na UFABC, respeitando a divisão das categorias de graduação e pós-graduação.
- 1.6.** O número de representantes de docentes do próprio Centro será definido pelo Conselho de Centro, na gestão anterior a dos representantes a serem eleitos.
As vagas para discentes de graduação são distribuídas da seguinte forma: uma vaga para discente de graduação matriculado nos cursos do BC&T ou pós-BC&T e uma vaga para discente de graduação matriculado nos cursos do BC&H ou pós-BC&H.
- 1.7.** Não são elegíveis os membros da comissão eleitoral.



Universidade Federal do ABC

2. DAS VAGAS

Representante	Vagas titulares	Vagas suplentes	Mandato
Docente	6	6	2 anos (de 10/09/2015 a 10/09/2017)
Técnico-administrativo	2	2	2 anos (de 10/09/2015 a 10/09/2017)
Discente de graduação matriculado no BC&T ou pós BC&T	1	1	1 ano (de 20/11/2015 a 20/11/2016)
Discente de graduação matriculado no BC&H ou pós BC&H	1	1	1 ano (de 20/11/2015 a 20/11/2016)
Discente de pós-graduação	2	2	1 ano (de 20/11/2015 a 20/11/2016)
Docente do CCNH para representar o CCNH no CONCECS	1	1	2 anos (de 10/09/2015 a 10/09/2017)
Docente do CMCC para representar o CMCC no CONCECS	1	1	2 anos (de 10/09/2015 a 10/09/2017)

3. DO CRONOGRAMA DAS ELEIÇÕES

14 a 17 de julho	Inscrição dos candidatos – via internet (das 9h do dia 14 de julho às 23h59min do dia 17 de julho)
20 a 22 de julho	Prorrogação de inscrições (caso não atinja o número mínimo necessário) – via internet (das 9h do dia 20 de julho às 23h59min do dia 22 de julho)
23 de julho	Análise das inscrições
24 de julho	Divulgação das inscrições deferidas
27 de julho	Recebimento de eventuais pedidos de recurso (até as 17h na secretaria do CECS – 7º andar do Bloco A).
28 de julho	Homologação de inscrições
29 de julho a 05 de agosto	Campanha eleitoral
06 de agosto	Eleições



06 de agosto	Apuração e divulgação dos resultados
07 de agosto	Recebimento de eventuais pedidos de impugnação (até as 17h na secretaria do CECS – 7º andar do Bloco A)
08 de agosto	Homologação dos resultados
14 de agosto	Conclusão das atividades da comissão eleitoral, mediante apresentação de relatório final à Diretoria do CECS.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão efetuadas, via internet, por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponível na página do CECS (<http://cecs.ufabc.edu.br/>) durante o período de inscrições.

4.2. O candidato e seu respectivo suplente deverão preencher o formulário eletrônico. Cada interessado poderá se inscrever para concorrer à vaga em um único Conselho de Centro. A Comissão Eleitoral constatará a natureza do vínculo do interessado.

4.3. Não serão aceitas inscrições cujo formulário estiver incompleto ou preenchido de forma incorreta, nem as que forem entregues fora do prazo estabelecido.

4.4. Findo o período de inscrições, a Comissão Eleitoral divulgará, em rede interna da UFABC, a lista das deferidas.

4.5. Eventuais impugnações serão analisadas pelo Presidente da Comissão Eleitoral, desde que protocoladas na Secretaria do CECS até as 17h do dia 27/07/2015.

4.6 As vagas para discentes de graduação são distribuídas da seguinte forma: uma vaga para discente de graduação matriculado nos cursos do BC&T ou pós-BC&T e uma vaga para discente de graduação matriculado nos cursos do BC&H ou pós-BC&H.

4.7 Os candidatos deverão informar no momento da inscrição a qual categoria concorrerão.

4.8 Não havendo inscrições para uma das categorias de discentes de graduação, a segunda vaga será automaticamente destinada à outra categoria.

4.9 Havendo número menor ou igual de vagas inscritas em relação ao número de vagas necessárias para preenchimento de vagas, após o período de prorrogação de inscrições, o processo eleitoral se encerrará, e as inscrições homologadas serão consideradas eleitas.

5. DA CAMPANHA ELEITORAL

5.1. Os candidatos poderão, durante o período da campanha eleitoral, utilizar a rede interna de informática, distribuir panfletos, utilizar cartazes, faixas e outros meios de divulgação na UFABC, sem danificar bens da Universidade.

5.2. É vedada a propaganda sonora dentro do câmpus da UFABC, bem como qualquer outra que perturbe as atividades didáticas e administrativas.

5.3. Nos terminais de votação poderão permanecer apenas os membros da Comissão Eleitoral, o eleitor e os mesários designados para colaborar com a Comissão, desde que devidamente identificados.

5.4. É vedada a campanha eleitoral dentro das salas de aula da universidade dentro do período letivo, mesmo que esta tenha sido autorizada pelo docente responsável pela aula em questão.

5.5. Em caso de denúncia fundamentada de descumprimento do artigo 5.4., o Presidente da Comissão Eleitoral poderá adotar as medidas que julgar adequadas, visando assegurar o cumprimento do mencionado artigo, que poderão incluir a cassação de candidaturas envolvidas no respectivo fato denunciado.

6. DAS ELEIÇÕES

6.1. As eleições serão realizadas no dia 06/08/2015, em locais e horários a serem definidos pela Comissão Eleitoral.

6.2. A votação far-se-á por meio de voto secreto, pessoal e intransferível.

7. DO DIREITO DE VOTO

7.1. Os eleitores votarão nos candidatos de sua respectiva categoria.

7.2. Somente poderão votar os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação e de pós-graduação.

7.3. Os eleitores poderão votar em até 2 (duas) chapas para representante discente de graduação e, até 2 (duas) chapas para representante discente de pós-graduação.

8. DA APURAÇÃO DOS VOTOS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1. A apuração dos votos e a divulgação dos resultados serão realizadas no dia 06/08/2015, em sessão pública, em local e horário a serem definidos pela Comissão Eleitoral.

8.2. Concluídos a apuração, a contabilização dos votos e o julgamento de possíveis pedidos de impugnações, a Comissão Eleitoral deverá encaminhar ao Diretor do CECS no dia 14/08/2015, ata circunstanciada da sessão de apuração dos votos, contendo os nomes dos eleitos e o total dos votos brancos e nulos.

8.3. Em caso de empate das categorias discentes, os critérios de desempate serão maior coeficiente acadêmico e maior idade.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Os membros da Comissão Eleitoral, assim como seus parentes de até terceiro grau e/ou pessoas com vínculo acadêmico (projetos de extensão, projetos de pesquisa e orientações de qualquer natureza) que exceda a sala de aula, são inelegíveis. Para se candidatarem, faz-se necessário requerer dispensa das atividades da Comissão no prazo máximo de 72 horas após a publicação deste edital.

9.2. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Prof. Dr. Giorgio Romano Schutte
Presidente da Comissão Eleitoral